



WWF-BRASIL
Universidade Federal de Mato Grosso / UFMT

*Levantamento-Diagnóstico das Experiências de
Educação Ambiental na Região Amazônica*
2ª fase - CPS 481-2001



SHIS EQ QL 6/8
Conjunto E, 2º andar
71620-430 Brasília Brasil
☎ 55 61 364-7400
FAX: 364-7474
@: panda@wwf.org.br
<http://www.wwf.org.br>

Av. Fernando Corrêa da Costa, sn
78060-900 Coxipó
Cuiabá, MT Brasil
☎ 55 65 615-8443 / 615-8430
FAX: 615-8440
@: misato@terra.com.br
<http://go.to/eamt1>

RELATÓRIO Nº 4: **O MOSAICO AMAZÔNICO**

Michèle Sato
Setembro/2001



Foto de Joaci Luz

*A seringueira! Eu já fazia idéia
Desta riqueza. Certamente que há de
Ser a morte do povo de uma aldeia
Como a vida é a vida de povo da cidade*

*Mesmo assim, não lhe serve esta grandeza,
Que a seringueira, aqui na natureza,
De seringueira nunca mais passou!*

*A razão é a razão, o fato é o fato.
Milionário, já viste o retrato,
Que a natureza caricaturou?
(Cunha, 1999: 150)*

1. História amazônica

Diz a lenda que a região amazônica era habitada por guerreiras mulheres, depositárias de fabulosos tesouros nunca encontrados. O navegador europeu, Francisco Orellana, foi responsável pela primeira expedição em 1.542 (Brasil, 1999). Após isso, a região ficou quase intocada por muito tempo, apenas habitada pelos seus povos, cujo estilo de vida era mais cuidadoso com o equilíbrio ambiental do que o momento atual. Considerada a “menina dos olhos” da diversidade biológica, além do seu imenso potencial hídrico, ela é foco de análise e atenção de diversas organizações nacionais e estrangeiras. O Parque Nacional da Amazônia, por exemplo, é uma Unidade de Conservação com 10 mil km² (Brasil, *op. cit.*) que representa o impressionante mosaico da região, como um cenário selvagem, mas historicamente constituída. Para iniciar o debate sobre a Amazônia é preciso, primeiramente, vencer a aparente homogeneidade conferida pelo nome genérico e pela imensa extensão cartográfica. A Amazônia Brasileira, além da diversidade de ecossistemas, tem áreas de intensa ocupação e história cultural bastante particular.

Na década de 70, o governo militar deu início ao projeto desenvolvimentista, que incluía a ocupação e a integração territorial do Brasil. Entre as obras do período do “milagre econômico” (onde a poluição era compreendida como sinônimo de progresso), a Transamazônica é a estrada aberta em plena mata, com cerca de seis milhões de hectares desapropriados ao longo desta via, mas que hoje apresenta muitos trechos novamente engolidos pela selva. Embora o conceito de sustentabilidade esteja longe de ser aceito por unanimidade, é preciso lembrar de que em países com desigualdades, é necessário relacionar a dimensão ecológica à adoção de políticas distributivas e a universalização do atendimento da área social, em especial à saúde, habitação e segurança nacional, considerando que “a prioridade absoluta à educação já é um consenso no país” (Novaes, 2000: IX).

Pesquisador@s¹ do mundo inteiro estão interessados em construir uma metodologia, com base na observação de processos reais, que possa romper com os pressupostos regionalistas, resgatando a compreensão holística e exercitando a construção da cidadania e da investigação. Martins (*apud* Becker, 1993), distingue três ecologias que podem categorizar a Amazônia: a “consciente”, a “utópica” e a “ideológica”.

Em sua visão, a ecologia “consciente” consiste no reconhecimento das pessoas frente aos dilemas ambientais da região, possível em função da existência dos problemas ambientais reais, que ameaçam o futuro de toda a humanidade. Recentes estudos de representação sobre a Amazônia, pel@s amazônidas, revelam que a maioria dos habitantes está consciente destes problemas, apontando a sua conservação como estratégia prioritária para o desenvolvimento da região (Sá & Vasquez, 2001).

Ainda na percepção dos habitantes da Amazônia, Sá & Vasquez (*op. cit.*) nos mostram que o desmatamento e as queimadas; a contaminação dos rios; e a ausência de saneamento são os problemas mais eminentes da região, ao lado dos problemas sociais como desemprego, ausência de infra-estrutura básica da saúde, educação e transportes adequados, além do aumento da criminalidade em regiões urbanas. Fruto da mídia ou ausência de informações qualificadas, observa-se uma tendência negativa com relação às organizações não governamentais internacionais e aos estudios@s e pesquisador@s da área da Antropologia. Estes são considerados agentes externos que trazem a falsa concepção da “finitude” florestal e “povos da floresta”. Acentuam-se discursos altamente regionalistas na crítica da ausência de políticas governamentais e financeiras que assegurem o desenvolvimento autônomo da região. Embora sutil, apontam uma diferença entre “ambientalismo” e “movimento ambientalista”. O primeiro é caracterizado como uma ideologia importante que deve ser bem aceita, mas o segundo é revestido de militantes radicais e pouco preparados, geralmente estrangeiros, que tentam utilizar o discurso ambiental para interesses antibrasileiros. Acreditam, assim, que o amadurecimento ambientalista na Amazônia já ultrapassou a fase “denuncista” (p.

¹ Acatando a recomendação internacional da Rede de Gênero, utilizaremos a simbologia “@” para evitar a linguagem sexista e para idealizarmos um mundo mais plural, conferindo espaços sociais e biológicos aos homens e às mulheres. Reconhecemos que pode haver equívoco gramatical, mas mantemos a posição política.

19), devendo buscar mais espaços para proposições e ações efetivas que garantam a sustentabilidade local.

A segunda ecologia “utópica” aparece como um projeto relativo às aspirações de melhoria da qualidade de vida mundial, onde as questões ambientais ultrapassam leis e mecanismos fronteiriços, abrangendo espaços de importâncias mundiais. Não se trata do perverso debate sobre a internacionalização da Amazônia. Sobre isso, Buarque (2000) considera que a internacionalização de bens mundiais não pode estar centralizada somente nesta região, mas deve abranger outros bens como o museu de Louvre, o petróleo, ou o capital financeiro existente no mundo.

Segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), é preciso 40 bilhões de dólares para ajudar as pessoas do mundo inteiro que estão na miséria. A criação de um imposto, de apenas 1%, sobre o capital internacional geraria bilhões de dólares para combater esta miséria mundial. A Carta da Terra, movimento internacional que visa obter a chancela da ONU durante a Rio+10, reivindica a criação de um fundo internacional para sanar parte deste dilema planetário. Se utilizássemos a dívida externa como mecanismo de negociação para a reserva florestal, por exemplo, poderíamos desafiar os governantes para garantir a “Educação Para Tod@s (EPT)”², trazendo a proposta da “internacionalização das crianças” do mundo inteiro.

Quando os dirigentes tratarem as crianças pobres do mundo como um patrimônio da Humanidade, eles não deixarão que elas trabalhem quando deveriam estudar; que morram quando deveriam viver. Como humanista, aceito defender a internacionalização do mundo. Mas, enquanto o mundo me tratar como brasileiro, lutarei para que a Amazônia seja nossa. Só nossa.

(Buarque, 2000)³

O modelo econômico neoliberal traz em seu bojo um processo de massificação da produção de consumo com a conseqüente massificação cultural. A homogeneização dos processos de produção possibilita a economia de escala, porém desarticula a relação do ser humano com a natureza. A defesa da nossa autonomia não pode ser xenófoba, mas se circunscrever no exercício da responsabilidade.

² Educação Para Todos: <http://www.fronesis.org/prolat.htm>

³ <http://www.cristovambuarque.pro.br/artigos/artigos.html>

Finalmente, a terceira ecologia "*ideológica*" percebe a natureza como capital de realização futura, abrangendo a reserva de valor para a educação, ciência e a tecnologia do amanhã. Ancora-se na sustentabilidade Amazônica, ampliando os espaços físicos para as relações sociais. Todavia, os estudos demonstram que, no caminho metodológico nos estudos de transição da Amazônia, é necessário explicitar a irreversibilidade das transformações ocorridas na dinâmica interna e que a excepcionalidade reside no concreto transformado, que instaura uma lógica diferente, cuja natureza expansionista alcança e altera as relações de produção e sua base técnica.

Moran (1990: 37) adverte que o desmatamento permitido na Amazônia, nessas últimas décadas, contribuiu muito pouco para o aumento da riqueza nacional. "*Ao contrário, grande parte da dívida externa e interna que pesa sobre o povo brasileiro provém da aventura amazônica (...) Na realidade, o desmatamento tem sido uma transferência de riqueza da União para o bolso de um pequeno número de empresários nacionais e estrangeiros*". Assim, a problemática da Amazônia não pode ser direcionada apenas através de sua vinculação à lógica do mercado mundial. Ela requer uma investigação mais profunda, com ponderações constantes sobre as ações científicas, tecnológicas, educacionais e culturais e seus reflexos na sociedade global.

Em relação às indústrias (de madeira, mineral ou a construção de usinas hidrelétricas), elas só têm contribuído para o crescimento do impacto ambiental da região. O alto custo para ocupar a Amazônia causou prejuízos ao colono e à Nação brasileira. Moran (1990) avalia que a ausência de uma metodologia ecológica que considerasse a relação entre a capacidade burocrática e execução, entre pesquisa preliminar e zoneamento agrícola, não oferecia dados e explicações que a colonização era uma estratégia efetiva de ocupação. Neste contexto, os estudos amazônicos requerem também uma investigação mais política. Não se trata de um conhecimento qualquer, mas de um saber construído nas raízes de cada indivíduo que passa a transformar o mundo em processos coletivos.

Sá & Vasquez (2001) demonstram que há uma significativa diferença nas representações entre as populações economicamente desfavorecidas e o

empresariado (ao lado dos militares). Embora o termo “desenvolvimento sustentável” apareça como um discurso politicamente correto para ambos segmentos, para os empresários da região, o ambientalismo é uma denúncia exagerada que é contra o desenvolvimento. Para as populações mais pobres, entretanto, a biodiversidade é uma riqueza que deve ser protegida. Deste modo, essas populações são capazes de citar organizações ambientalistas e valorizam suas ações.

Assim, percebemos que o processo de ocupação do espaço é o resultado de um jogo político travado sobre ele, nos seus diferentes momentos históricos. A organização espacial que se configura como segunda natureza é a expressão do trabalho nos diferentes grupos humanos. No processo de satisfação da sobrevivência humana, a paisagem vem construindo-se por meio de obras que esse trabalho constrói. É possível considerar, portanto, que as paisagens, natural ou cultural, sempre estiveram intrinsecamente conectadas entre si (Sato, 1997).

Neste cenário, a Educação Ambiental (EA) sempre foi lembrada como função prioritária, permitindo que a mediação pedagógica se estabeleça para a compreensão da complexa relação “ser humano-sociedade-natureza”. Embora se constituindo como um foco privilegiado nessa paisagem amazônica, a EA também sofre desafios complexos. Se por um lado, os recursos naturais e a riqueza cultural favorecem suas ações, por outro lado, temos a fome e o não-atendimento às funções vitais das populações. O horizonte se mostra visível, todavia, permitindo que a educação desempenhe sua função transformadora:

As escolas da floresta, que já começam a se multiplicar, formarão uma grande rede e contribuirão para uma renovação tecnicamente qualificada da gestão e da produção nessas comunidades. Novos métodos pedagógicos surgirão no encontro da escola formal com a sabedoria dos povos tradicionais. A história, o mito, a música, o teatro, as artes plásticas, toda a cultura receberá águas limpas de uma nova fonte. Assim como o nordeste deu ritmo e poesia à formação do povo brasileiro, também a Amazônia revelará dimensões hoje desconhecidas do espírito humano, acordando a alma que dorme o sono da indiferença.

(Silva, 2001)⁴

⁴ <http://www.geocities.com/pinkaiti/>

É nesse contexto que o projeto do WWF-Brasil se justifica, na práxis educativa de tentar implementar estratégias que realmente considerem a realidade local (biorregião), com respaldo às necessidades regionais e na construção de uma sociedade que priorize a solidariedade e a participação como projeto político de toda ação educativa.

2. O WWF-Brasil na Amazônia

O WWF-Brasil é uma Organização Não Governamental (ONG) brasileira, que através de diversas parcerias estabelecidas na região amazônica, visa a promoção da Educação Ambiental (EA) para garantir a sustentabilidade biológica e cultural da região. A vasta experiência neste campo, aliada às intervenções datadas de um longo período, vem tentar concretizar um sonho amazônico: o início da formação de uma "Rede Amazônica em EA".

A experiência realizada com oito ONG da região permitiu um acúmulo de experiências com divers@s educador@s das comunidades, através da (re)construção de conhecimentos ambientais para participar efetivamente no manejo responsável de seus ambientes. Através desta rede de atividades, podemos observar que existem múltiplas iniciativas de EA, elaboradas e implementadas pelas comunidades que nem sempre têm sido disseminadas, ao menos em suas propostas com maior potencial demonstrativo. Estas experiências metodológicas e resultados de EA local bem sucedidas estão por serem registrados e disseminados. Assim, a meta do projeto "*Levantamento-Diagnóstico das Experiências em Educação Ambiental na Amazônia*" é contribuir com esta visibilidade, em três etapas fundamentais (Sato & Tamaio, 2001):

- **Primeira fase:** Levantamento de projetos e experiências em EA, aglutinando seis estados mais representativos da região amazônica - Acre (AC), Amapá (AP), Amazonas (AM), Pará (PA), Rondônia (RO) e Roraima (RR), que culminou num total de 117 experiências. Esta avaliação foi assistemática para a formação de um banco de dados. A metodologia privilegiada foi o reconhecimento em *locus*, embora algumas vezes tenha se consultado documentos e *sites* disponíveis na Internet;

- **Segunda fase:** Um grande fórum definiu alguns representantes de cada estado para as reuniões de trabalho, em 3 pólos⁵, com processos de formação permanente, atualização do banco de dados, elaboração participativa de 16 critérios para uma avaliação sistemática das experiências em EA e 3 encontros regionais (um em cada pólo) para início da formação de uma rede amazônica, além dos intercâmbios, diálogos e construção dos conhecimentos em EA; e
- **Terceira fase:** Publicação de um livro com visibilidade e divulgação das experiências, um encontro amazônico englobando todos os três pólos e o fortalecimento de uma política para a formação da rede amazônica em EA.

No contexto da multiplicidade amazônica, qualquer análise referente às ações e reflexões da EA é sempre um desafio. As metas do WWF-Brasil se somam, embora com certa independência entre si. A publicação do livro não significa o retrato das avaliações, nem a rede amazônica propõe exclusão das experiências. Diversos recortes podem ser oferecidos, sem contudo, mostrar um quadro real das diferentes "Amazônias". Estamos convictos, pois, de que nosso retrato amazônico é um "*ponto de mutação*" (Capra, 1982) encontrando-se na dimensão dos valores individuais e coletivos, ancorados em aspirações e expectativas que possam compreender as interações dinâmicas e processuais da localidade. Representa muito mais uma "*metamorfose ambulante do que ter uma velha opinião formada sobre tudo*"⁶.

Assim, a meta deste estudo é avaliar diversas experiências em EA na região, tentando manter uma interface necessária com os fundamentos ecológicos e sociais deste universo, respeitando e compreendendo as potencialidades e as limitações existentes neste mosaico amazônico. Julgamos, entretanto, que o projeto é apenas o início de uma "*meta-avaliação*"⁷ onde cada grupo social envolvido fará a sua própria avaliação da trajetória estabelecida, através dos critérios construídos coletivamente, que possibilitarão uma efetiva avaliação dos processos desencadeados na EA.

⁵ Três grandes encontros regionais foram realizados durante o meses de junho-julho/2001: 1º pólo: AC e RO (Porto Velho); 2º pólo: AP e PA (Belém); e 3º pólo: AM e RR (Manaus), com apresentação de 97 resumos de trabalhos (Sato, Tamaio & Medeiros, 2001-b).

Na variedade amazônica a diversidade humana de seus povos necessariamente tem que ser levada em consideração. As inúmeras nações indígenas, os garimpeiros, os produtores rurais, os extrativistas, as populações ribeirinhas, os assentados, a população das capitais e centros urbanos, criam uma diversidade cultural "única" na sua diferenciação do resto do país, mas rica em sua variedade de formas, expressões, artesanatos, lendas, e histórias.

(Tamaio, 2000: 37)

A avaliação torna-se, assim, uma proposta de verificação dos processos desenvolvidos com seus resultados, na qual permite novas orientações das ações para superação dos limites visando a manutenção das potencialidades. A avaliação é a tentativa de romper com a partição binária do pensamento cartesiano (certo ou errado; encontros ou despedidas; homens ou mulheres), é a estratégia de perceber nossos passos, que muitas vezes desviam-se do destino, escondem-se nas matas ou quando perdemos o sorriso. Mas é também um renovar de esperanças, "buscando

⁶ Raul Seixas: *Metamorfose ambulante* (Warner Chappell).

⁷ Depresbiteris (2001) nos mostra que uma meta-avaliação envolve a avaliação da própria avaliação, incentivando a auto-avaliação e a participação dos grupos sociais envolvidos.

*novas auroras a cada dia, cuidando do broto para que a vida nos dê flores e frutos*⁸ (Sato, Tamaio & Medeiros, 2001-a).

O exercício de pensar no tempo, de pensar a técnica, de pensar o conhecimento enquanto se conhece, de pensar o quê das coisas, o para quê, o como, o em a favor de quê, de quem, o contra quê, o contra quem são exigências fundamentais de uma educação democrática à altura dos desafios do nosso tempo.

(Freire, 2000: 52)

2.1. Uma janela para o horizonte amazônico

Ainda um conceito em construção, com diversas tendências e paradigmas educacionais, a EA vem sendo desenhada em múltiplas facetas. O levantamento-diagnóstico realizado pelo WWF, sobre os projetos (117 projetos na primeira fase) e as experiências atualizadas subsequentes (97 resumos de trabalhos apresentados nos encontros regionais) em desenvolvimento na Amazônia (totalizando 214 experiências e projetos nos seis estados - AC, AM, AP, PA, RO e RR), revelam que a EA ainda é mal compreendida, sendo desenvolvida dentro de uma abordagem altamente complexa, mas com estratégias metodológicas meramente informativas (*folder* e cartazes), ações pontuais (plantio de árvores em datas comemorativas) ou diluída dentro de outros programas relacionados com a temática ambiental, em especial aos temas relacionados com a agricultura. Embora esta realidade não seja diferente do que acontece no plano nacional ou até mesmo internacionalmente, convém sublinhar que muitas propostas apresentam dimensões mais complexas, dentro de uma perspectiva do sistema político mais participativo, numa real conexão das interações dinâmicas da sociedade com a natureza, muito mais crítica e criativa do que qualquer região considerada economicamente mais favorável. Por outro lado, muitos projetos que não explicitam a proposta da EA em seus títulos, também trazem a riqueza da EA, oferecendo um caleidoscópio colorido do ambientalismo amazônico.

Para favorecer o diálogo, visibilidade e intercâmbio no cenário amazônico, fortalecendo os caminhos para a tessitura de uma rede em EA, a análise dos

⁸ Wagner Tiso e Milton Nascimento: Coração de estudante (EMI).

projetos e experiências obedeceu 16 critérios elaborados em processos democráticos entre a equipe WWF-Brasil e as pessoas responsáveis por cada estado amazônico. Foram critérios desenhados através de difíceis discussões e consensos, mas o melhor proposto neste exercício participativo. Apresentam falhas, certamente, que deverão ser revistas e melhor estruturadas para outras situações. É preciso reconhecer que eles são relativos e mutáveis de acordo com a flecha do tempo - movendo-se para trás, mirando-se pelo presente e lançando-se no futuro. Transmudam-se em espaços e contextos diferenciados. Todavia, a presença de um rol destes critérios, em vez de somente alguns, possibilita melhor análise dos 214 projetos e experiências registrados no nosso banco de dados:

1. **Participação ativa da comunidade:** resgate da importância do envolvimento e participação comunitária, ancorado na lógica interna, regionalidades e necessidades locais (classificado quanto à presença e visibilidade; o caráter implícito; ou a ausência ou não possibilidade da visualização);
2. **Comprometimento com a construção da cidadania:** tentando eliminar a representação de que a EA está ligada somente aos aspectos conservacionistas e de cunho biológico (classificado quanto à presença e visibilidade; o caráter implícito; ou a ausência ou não possibilidade da visualização);
3. **Valorização da educação formal e não formal:** promovendo a aliança entre a escola e a comunidade do entorno, estimulando a pluralidade e o diálogo de saberes - acadêmicos e populares (classificado quanto à presença e visibilidade; o caráter implícito; ou a ausência ou não possibilidade da visualização);
4. **Potencial de replicabilidade:** Não se ancora em cientificismo cartesiano de "produtos generalizáveis", mas privilegia e capacidade de apresentar dados que contribuam para potencializar outras experiências (classificado quanto à presença e visibilidade; o caráter implícito; ou a ausência ou não possibilidade da visualização);
5. **Diversidade do público:** estabelece análise para a verificação da abrangência do projeto, ao invés de localizar-se pontualmente em grupos pequenos específicos (classificado quanto à presença e visibilidade; o caráter implícito; ou a ausência ou não possibilidade da visualização);
6. **Tempo de duração:** vem no sentido de demonstrar criticidade às ações pontuais, exigindo planejamento, intervenção, estudos e avaliação do processo



(classificado quanto à intervenção longa; ou de média e curta duração; ou ainda pela não possibilidade da visualização);

7. **Potencial de sustentabilidade:** para verificação de que as experiências possam ter continuidade, com garantia dos grupos sociais, enquanto agentes históricos, autônomos e sujeitos históricos não dependentes de quem organiza (ou coordena) as experiências e projetos (classificado quanto à presença e visibilidade; o caráter implícito; ou a ausência ou não possibilidade da visualização);
8. **Aspectos metodológicos:** para verificação da práxis educativa, que não se limite às ações pontuais de palestras e cursos, nem somente de estudos teóricos para verificação das representações ou diagnósticos engavetados, mas que realmente a ação e a reflexão sejam verificadas (classificada quanto metodologia centrada em cursos ou palestras pontuais; ou de estudos ou pesquisas mais do tipo teórica, ou finalmente, da práxis educativa caracterizada pela ação e a pela reflexão);
9. **A existência de uma equipe de trabalho:** no sentido de garantir os diversos olhares e os diálogos entre os diferentes pontos de vista (classificado quanto à presença e visibilidade; o caráter implícito; ou a ausência ou não possibilidade da visualização);
10. **O apoio institucional:** para evitar a centralidade pessoal, compreendendo que liderança não é personalismo, além de constatar o apoio e o engajamento dos sujeitos envolvidos (classificado quanto à presença e visibilidade; o caráter implícito; ou a ausência ou não possibilidade da visualização);
11. **A legitimidade do reconhecimento das experiências:** para verificação da aceitação dos pares institucionais, inclusive com visibilidade de publicações e materiais educativos pertinentes (classificado quanto à presença e visibilidade; o caráter implícito; ou a ausência ou não possibilidade da visualização);
12. **A sedução da construção do conhecimento:** para que a EA não seja percebida somente como um instrumento de gestão ambiental ou ferramenta sem campos epistemológicos definidos nos diferentes níveis de compreensão sobre a EA (classificado quanto à presença e visibilidade; o caráter implícito; ou a ausência ou não possibilidade da visualização);
13. **A existência dos processos de avaliação:** para reconhecimento dos limites e formas de superação, e estratégias de manutenção das potencialidades (classificado quanto à presença da avaliação pelo próprio grupo social; ou pela

avaliação pelas agências financiadoras ou para os grupos favorecidos; ou cujo caráter não oferece possibilidade da visualização);

14. A criatividade e a inovação da proposta educacional: não se limitando às ações pontuais de oficinas, cursos ou palestras sem intervenção processual (classificado quanto à riqueza presente nos trabalhos; ou pelo caráter pouco original; ou pela ausência ou não possibilidade da visualização);

15. A diversidade de materiais: para que um pool de alternativas pedagógicas possa ser oferecido na construção da EA, não se limitando às leis ou imposições de "cartilhas" e "manuais" acríticos que desfavorecem a criatividade e criticidade na implementação da EA (classificado quanto à presença da diversidade de materiais; ou pela presença de material próprio do grupo; ou a ausência ou não possibilidade da visualização); e

16. A inserção da EA nos currículos: no caso da EA escolarizada (fundamental, médio e superior) a inserção da EA nos currículos que obedeça a uma lógica interna, própria e regional, em detrimento de parâmetros generalistas que não respeitam os movimentos culturais de cada local torna-se essencial. Aqui, a classificação ocorreu pela presença de um currículo sob a cultura e ambiente local; ou sob a tendência dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); ou ainda pela ausência de verificação.

De uma forma geral, é possível dizer que os critérios estão presentes na região amazônica (figura 1), com alta participação comunitária, equipe presente e forte apoio institucional. Verifica-se a intenção cidadã, a diversidade de público, a riqueza material e a criatividade das intervenções. Citações de autores e autoras da EA estão presentes e a metodologia é reforçada pela literatura.

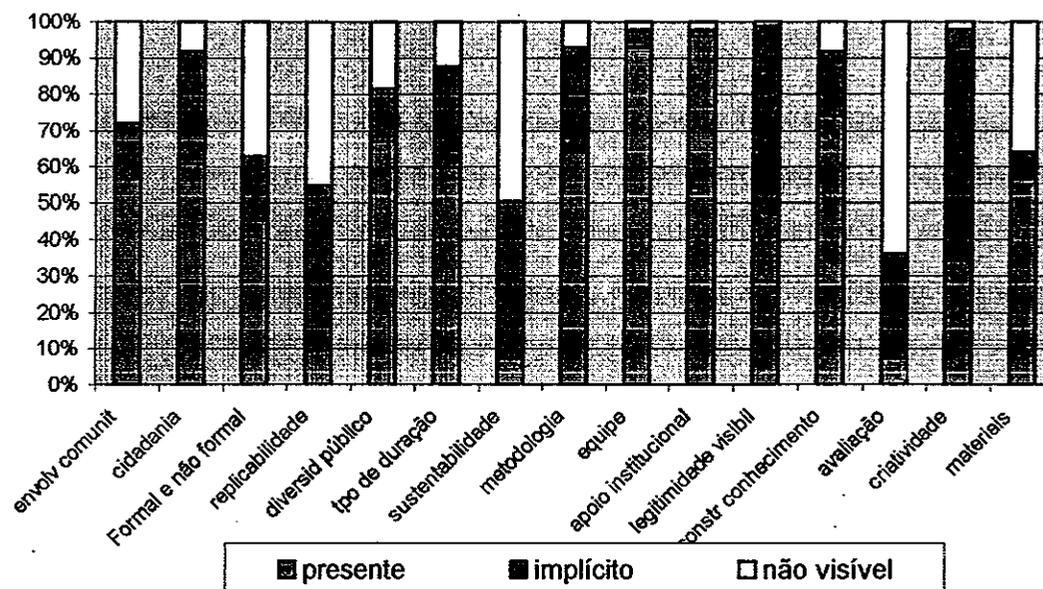


Figura 1: Critérios gerais para a educação ambiental

No histórico da EA, observa-se a corrente positivista (Sato, 1997), ancorada na transmissão de informações ecológicas em detrimento do processo ensino aprendizagem. Suas estratégias versam sobre material potencialmente capaz de trazer as informações necessárias e o enfoque comportamentalista, de mudanças de atitudes individuais, é a grande meta estabelecida. Em oposição a esta vertente, uma nova abordagem construtivista vem ampliar os espaços da EA, trazendo a preocupação pedagógica e o cuidado na aprendizagem. A afetividade e a corporeidade somam-se à dimensão informativa, buscando elos sociais e ecológicos mais amplos. Diversas estratégias educativas são observadas com ênfase na formação, com abandono das excessivas informações. A última corrente adentra-se numa dimensão mais crítica, preocupa-se com a participação e o "empowerment" dos grupos sociais, privilegiando a emancipação e autonomia numa perspectiva mais política, sem contudo, negligenciar as informações ecológicas e a construção dos conhecimentos. Acentuam-se discursos sobre a coletividade, solidariedade e cooperação como alternativas para combater os modelos de desenvolvimento consumista, numa espiral auto-reflexiva de questionamento individual e coletivo que pode gerar melhor estudo das complexas relações "ser humano-sociedade-natureza". A pesquisa-ação e a pesquisa colaborativa são alternativas metodológicas que sublinham esta última abordagem.

A análise qualitativa destes itens revela que, enquanto referencial teórico, a EA é considerada num contexto social mais amplo, visando a construção da cidadania (*critério 2*) e a transformação de realidades. Observam-se objetivos arrojados, transformadores e muitas vezes grandiosos demais para alcance de seus resultados. Mas a parte metodológica (*critério 8*) se contradiz, muitas vezes revelando estratégias simplistas de cursos e palestras, algumas vezes com ações bastante pontuais com pouca originalidade pedagógica. Isso não significa que as abordagens da EA são hermeticamente fechadas e que não mantêm diálogos entre si, mas dentro das experiências analisadas, ainda observamos o hiato que se estabelece entre a prática e a teoria. Dentro dos parâmetros metodológicos estabelecidos, entretanto, observa-se riqueza na criatividade (*critério 14*), com resgate dos mitos e lendas através de diversas expressões artísticas (brinquedoteca com sucatas de lixo, teatro na praça, produção de histórias em quadrinhos, vídeos, programas pelo rádio e outros materiais didáticos). Há uma preocupação na intervenção, embora o cuidado em tornar o grupo social autônomo e independente (*critério 7*) não seja amplamente visível. Observamos, assim, que a EA tradicional é abandonada, sublinhando a aprendizagem através de dinâmicas lúdicas e afetivas. Herança da escola Piagetiana, a transformação política das realidades é tímida, com pouca penetração na EA dita crítica, que através de reflexões epistemológicas, alcancem sintonias desejadas para a participação das comunidades.

Uma das primordiais tarefas da pedagogia crítica radical libertadora é trabalhar contra a força da ideologia fatalista dominante, que estimula a imobilidade dos oprimidos e sua acomodação à realidade injusta, necessária ao movimento de dominadores. É defender uma prática docente em que o ensino rigoroso dos conteúdos jamais se faça de forma fria, mecânica e mentirosamente neutra.

(Freire, 2000: 43)

A maioria dos projetos apresenta público diversificado (*critério 5*), envolvendo grupos diversos, com capacidades críticas e bons referenciais teóricos (*critério 12*), mas com poucos dados que possam contribuir com outras experiências (*critério 4*). A participação de diversas Bancas de Avaliação em diferentes programas de pós-graduação na região, a análise das experiências e projetos propostos pelas universidades amazônicas, bem como a revisão da literatura, reafirmam que as experiências e as pesquisas realizadas ainda têm pouca influência

na consolidação das políticas públicas locais. Este cenário pode também ser observado em todo território nacional.

Embora o critério de "Gênero" não tenha sido foco de análise, os discursos presentes revelam uma tendência sexista, com a condição masculina predominante e na ênfase da relação "homem-natureza", encerrando a proposição de que a relação dos seres humanos é direta (não há mediatização social, tecnológica ou cultural), além de trazê-lo como mero observador, afastado do ambiente, sem sentido de pertencimento. Muitas vezes, torna-se somente como um "vilão", destruidor da natureza. A mudança destas representações requer um estudo mais elaborado (*critério 12*), com critérios efetivos de participação que não se limitem ao enclausuramento de diagnósticos e campos perceptivos, mas que sublinhem a participação (*critérios 1 e 7*) como o maior desafio dentro da EA. Além disso, respeitar a diversidade (social, sexual e biológica) merece mais cuidado na elaboração de propostas que possam oferecer potencial de contribuição às políticas públicas de qualquer região.

Os estudos de gênero são categorias relacionais que compreendem a atribuição de significados históricos, culturais e biológicos, permitindo inquietação num diálogo crítico do dominado feminismo e das suas diferenças, que permite a construção de um quadro epistemológico capaz de adensar referências, apontar inconsistências e afirmações apressadas (Carvalho, 1999). Para Storey (1998), os estudos sobre "gênero" são diferentes de "feminismo", desde que pretende considerar as relações sociais entre homens e mulheres, permitindo a descoberta de que estamos, tod@s, inserid@s num mundo de desigualdades. Não basta, assim, privilegiar o potencial feminino, mas sobretudo, é preciso compreender a importância do diálogo entre os dois sexos, responsáveis pela construção social que se enraíza na natureza.

A existência de uma equipe de trabalho (*critério 9*) é um ponto marcante nestes projetos amazônicos. Isso favorece uma visão mais multidisciplinar, com abordagens interdisciplinares na EA (*critério 14*). Em alguns projetos, todavia, a "multidisciplinaridade" é tratada como sinônimo de "interdisciplinaridade", como se atendessem ao simples jargão da própria EA, sem nenhuma proposição crítica destes paradigmas. A existência destas equipes assegura o apoio institucional

(*critério 10*) de cada instituição, seja governamental ou não, oferecendo visibilidade e legitimidade das atuações em EA (*critério 11*). Embora o tempo de duração das experiências pela equipe seja satisfatório (*critério 6*), a parte metodológica permanece em ações temporais curtas com grupos sociais diversos. Isso significa dizer que uma mesma equipe (de um mesmo projeto) promove cursos e palestras em diversos locais, sem oferecer a continuidade das intervenções num mesmo grupo ou local privilegiado.

Entretanto, convém lembrar de que este paradigma coletivo traz também angústias e crises. O mal-estar gerado nestas construções de alianças é fundamental para qualquer análise da postura existencial. A crise gerada implica em superação, é ela que constrói o indivíduo, destruindo-lhes todas as finitudes e gerando nele o senso de possibilidades. As possibilidades podem ser terríveis como agradáveis, desdobrando-se de um modo infinito de existência. Portanto, sublinhar as dificuldades, o lado obscuro das personalidades individuais que desenham o todo é uma transição essencial na formação das parcerias em EA (Sato, 2001).

Os projetos ainda trazem uma significativa porcentagem da produção de algum tipo de informação qualificada (*critério 15*), através de boletins, jornais, vídeos, livros, cartilhas, camisetas, *botons* ou outros materiais para determinados segmentos da sociedade. Tais produtos são até comercializados, porém o retorno obtido está aquém dos lucros, além de não fortalecer a imagem das instituições. Foi também constatado que, lamentavelmente, poucas oferecem visibilidade de suas ações enquanto organização social, limitando seus produtos a informações de determinados "conteúdos" do que suas propostas políticas, propriamente ditas. Segundo Trabjer & Costa (2001: 17), as mudanças nos meios de comunicação e informação implicam em mudanças sociais, "*cujo pensamento funciona de forma tissular (de tecido), em rede, gerando jovens ávidos por experimentar, coletivamente, formas de comunicação diferentes das tradicionais*". Vale ressaltar, assim, que uma boa parte dos materiais produzidos são ricamente teóricos (*critério 12*), visualmente agradáveis e bastante criativos (*critério 14*).

Três aspectos parecem bastante fragilizados no cenário amazônico: a ausência de dados concretos que possam ser replicados, a descontinuidade das ações e a ausência de processos avaliativos dos projetos em desenvolvimento. A

replicabilidade (*critério 4*) não foi proposta em bases das ciências naturais, que generalizam conhecimentos e tomam a "verdade absoluta" da veracidade dos fatos e fenômenos, mas apontam para um patrimônio do conhecimento existente na EA que merece ser mais bem estudado. Sugere um cuidado mais aguçado para que a experiência tenha legitimidade e possa ser adequada a outras situações, inclusive com legitimidade pelos pares existentes.

A sustentabilidade dos projetos (*critério 7*) é um dos critérios que apresenta maior dificuldade, não somente na Amazônia, mas em todo cenário internacional. Requer uma política efetiva, onde as mudanças dos tomadores de decisão, em especial as entidades governamentais, não obstaculizem a continuidade das experiências iniciadas e onde o grupo social favorecido possa continuar sua participação, enquanto sujeitos históricos do processo (*critério 1*), ao invés da dependência do elenco que faz a intervenção ou a pesquisa. Obviamente, a ausência de uma política efetiva relaciona-se com a escassez financeira e apoio às experiências em EA. Nos 8 projetos coordenados pelo Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por exemplo, apenas um deles foi financiado pelas agências nacionais. Isso porque o sub-projeto era um guarda-chuva de um Programa de Pesquisa em Saneamento Básico (PROSAB), que enfatizava a reciclagem dos resíduos sólidos e era coordenado pela Engenharia Sanitária e Ambiental.

As avaliações (*critério 13*) estão presentes em relatórios entregues às agências financiadoras, ou são realizadas pelos grupos sociais favorecidos. Apenas 4% dos projetos e experiências revelam a presença da auto-avaliação como processos de fortalecimento da EA. A recriação da EA pode também se ancorar em processos avaliativos que possibilitem a identificação de limites e possibilidades. O diagnóstico destas experiências revelou alto potencial de análise e reflexão sobre os caminhos da EA. Doravante, o horizonte se mostra visível e os passos a serem seguidos deverão buscar novos roteiros para a superação dos limites, mantendo as potencialidades de cada indivíduo e grupo social envolvido nesta realidade amazônica.

No âmbito da EA escolarizada, é raro observar o envolvimento da comunidade do entorno (*critério 3*), com pouca inserção da dimensão ambiental na estrutura curricular (*critério 16*). Embora seja observada uma grande atenção à proposta dos

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), há um foco direcionado ao desenho curricular mais biorregional, em consonância com os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de cada escola. Fruto da nova orientação dos PCN, a transversalidade é uma tentativa requerida através do uso de temas geradores. A utilização do rádio para os programas de formação permanente de professores e professoras, em processos lúdicos também aponta para uma política local mais efetiva. Propostas sócio-construtivistas, com forte base em Vygotsky também são desenvolvidas com seringueir@ancoradas em realidades locais, com intensa criatividade pedagógica e aprendizagens transformadoras.

Sob a ótica fenomenológica de Merleau-Ponty (1971) que privilegia a diversidade e a potencialidade de cada sujeito, Passos & Sato (2001) acreditam que um currículo crítico deve ser um projeto dinâmico, circunstancial e histórico que implica no abandono e na restrição de comprometer-se politicamente naquela direção - é um exercício do poder eleito, numa perspectiva propositiva, cuja escolha traz o peso das questões éticas, porque implica em caminhos a percorrer e restrições a outras possibilidades. Propor um currículo significa chamar à liberdade e à governabilidade própria, em contraste com a cultura hegemônica previamente definida pelas sociedades e pelo Estado.

Embora com lacunas ou falhas, é possível considerar que as experiências em EA são legítimas e que muitas trazem importantes contribuições à região Amazônica. Mais do que apontar as limitações, é preciso estimular as iniciativas para que as idéias não se percam. Não será o processo de exclusão que fará os projetos e experiências melhorarem, mas fundamentalmente, é necessário inclui-las para que coletivamente possamos potencializar as ações nas reflexões, trazendo o sentido de participação para o fortalecimento da EA.

2.2. ❧ temática problematizada

Dos diversos temas presentes (figura 2), o tema mais abordado ancora-se na gestão de resíduos sólidos, talvez justificado pela facilidade e pela percepção imediata do problema local. Tema altamente popular em todo cenário nacional e internacional, vem no sentido de alertar os problemas urbanos, cujos impactos ambientais vem

sendo causados também em função do êxodo rural. As políticas de gestão, assim, devem pressupor a compreensão das inter-relações dos processos culturais e ecológicos, exigindo, assim, processos multidisciplinares, considerando a inserção do Brasil na era globalizada (Novaes, 2000). Há que se reconhecer, também, a existência de uma lógica triunfante e arrasadora na implantação gradativa do capitalismo, sobretudo em sua vampiresca forma neoliberal, com desdobramentos óbvios para a ecologia local. *“Ao capitalismo, restaram a fábrica de ilusões, a necessidade intrínseca de industrializar os sonhos e os pesadelos, embalá-los, vendê-los e revendê-los (...) Enfim a Terra globalizou-se. Até quando, porém, suportará o sistema orgiástico a sua própria mola entropicamente já desgastada?”* (Marques, 1999: 47). Cabe, por isso, ressaltar uma vez mais a violência histórico-cultural institucionalizada, encarnada no aparelho do Estado, que permite a violência, sustenta-a e ainda a promove. Ao denunciar isso, não estamos fugindo do escopo deste trabalho, cuja finalidade primordial é apontar a violência (social e biológica) na região por nós pesquisada e relacioná-la a suas raízes econômico-políticas, com ênfase nas diversidades.

Diante da crise ecológica, a democracia está miope, pois contribui para que se faça o lixo global e o luxo nacional. Mas o lixo tomará conta do luxo, se a democracia dos países ricos não for controlada por uma ética maior do que os seus interesses imediatos e mesquinhos.

(Buarque, 2001)

Temas	%
Resíduos sólidos (coleta seletiva, reciclagem de papel)	18
Uso da terra (agricultura, queimada, reflorestamento)	16
Biodiversidade (conservação e manejo)	12
Formação de professor@s (currículo, didática, representações)	11
Biorregiões (comunidades locais e indígenas)	9
Turismo (unidades de conservação, trilhas, vivências pedagógicas)	8
Potencial hídrico (assoreamento, matas ciliares, poluição)	7
Políticas públicas (legislação, programas e políticas)	6
Saúde (malária, doenças respiratórias)	5
Áreas específicas nas disciplinas (representações e diagnósticos)	3
Clima (mudanças climáticas, chuva/seca, umidade)	2
Outros temas	3
TOTAL	100

Figura 2: Temas mais presentes na Amazônia

Estudos, intervenções e pesquisas sobre o uso da terra aparecem em múltiplas relações com a queimada, agricultura, reflorestamento ou atividades agro-

pastoris. A agricultura familiar abrange, hoje, uma diversidade de sistemas de plantio na Amazônia, desde os pequenos cultivos de sobrevivência até os cultivos mais perenes, além da pecuária. Genericamente analisando, a agricultura praticada na Amazônia tem evoluído mais em função do aumento da área plantada do que em função dos ganhos de produtividade. Segundo Novaes (2000) a produtividade não apresenta evidências de crescimento para a grande maioria das culturas temporárias e permanentes, também em função do elevado custo dos insumos agrícolas e da baixa capacidade de gestão dos produtores.

As desvantagens comparativas da agricultura familiar na Amazônia forçam os produtores à sobreexploração dos recursos, promovendo a rotação acelerada de áreas e adoção de práticas inadequadas de manejos, como o fogo (...). A tendência inevitável nessa dinâmica produtiva é a ocupação de novas áreas.

(Novaes, 2000: 77)

A tão sonhada proteção à biodiversidade amazônica vem terceiro lugar entre os temas abordados. A complexidade que envolve este tema, entretanto, deve ultrapassar definições somente biológicas, inserindo-se em dimensões econômicas, tecnológicas, científicas, política, epistemológica e ética. "O conceito envolve, pois, diferentes funções que induzem diferentes usos e valores" (Becker, 2001: 93). A "Convenção da Diversidade Biológica", entretanto, priorizou o risco e as necessidades de preservação da biodiversidade, mais do que a distribuição de seus benefícios para os habitantes da Amazônia, tornando-se um tema de interesse de menos importância, como um *slogan* do radical movimento ecológico. Para a ciência e pesquisador@s, entretanto, a biodiversidade tem relação econômica direta e não pode ser tratada apenas pela substituição das técnicas, inscrevendo-se em valores mais significativos de uso para as populações.

Assim, a temática sobre a biodiversidade é forte na formação de professor@s e nas intervenções nas biorregiões (comunidades rurais e indígenas), com cuidados na conexão intrínseca entre cultura e natureza. A literatura tem se referido a estas comunidades, com o nome genérico e duvidoso de "populações tradicionais", ou algumas vezes, "populações ribeirinhas". Na compreensão de Arruda (1999), as populações chamadas, pejorativamente de "tradicionais", por não fazerem parte do elo dos núcleos dinâmicos da economia capitalista,

adotando um modelo biorregional, muitas vezes por absoluta falta de opção. Refugiaram-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes. Isto possibilitou sua sobrevivência e a reprodução desse modelo cultural relacionado à natureza, com inúmeros variantes locais determinados pela especificidade ambiental e histórica da comunidade.

Embora essas populações pratiquem um modo de vida ecologicamente mais equilibrado, vêm sendo negligenciadas quanto aos subsídios para a elaboração de políticas públicas regionais, assim como são as primeiras a sofrerem os impactos ambientais e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental (Arruda, *op. cit.*). Nesse sentido, a participação ativa da comunidade faz-se fundamental. Para tal participação, todavia, há que se criarem mecanismos educacionais eficientes que realmente incentivem o exercício de cidadania da comunidade para a manutenção dos ambientes (Sato & Passos, 2001). Assim, rever o próprio conceito de “tradicionalidade” faz-se necessário, pois a mudança social dos “povos tradicionais” passa a ocorrer em tempos não tradicionais. Mais do que isso, há que se duvidar dos fenômenos da globalização, *“uma tendência americanizante que não passa de uma MacDonalldização do mundo - uma dessacralização massiva, uma banalização exagerada, uma profanação consentida vestida de alteridade”* (Marques, 1999: 66).

Estas comunidades já incorporaram a biodiversidade em suas culturas, mas o acelerado desenvolvimento vem eliminando as espécies e trazendo a pobreza da região, em nome do perverso adjetivo “sustentável”. Alguns trabalhos d@ estudantes da Universidade Federal do Acre (UFAC) revelam que a percepção destes habitantes traz uma “infinitude” florestal, reivindicando mais áreas para o desmatamento das indústrias madeireiras, coincidentes com os estudos de Sá & Vasquez (2001), sobre as representações do empresariado da região, em antagonismo com o mito de que a Amazônia represente um símbolo eterno da biodiversidade mundial. Configuram-se, assim, conflitos e valores quanto à biodiversidade: é um estoque de vida, ou um valor econômico de países periféricos?

A apropriação de territórios e ambientes como reserva de valor, isto é, sem uso produtivo imediato, torna-se uma forma de controlar o capital natural para o futuro. Os países centrais, detentores de tecnologia, pressionam os países periféricos,

detentores da biodiversidade, a preservá-la segundo padrões cujas bases não estão claramente definidas.

(Becker, 2001: 97)

O respeito às comunidades indígenas e outras biorregiões repousa no valor da biodiversidade, desde que suas culturas mantêm-se conectadas ao sistema natural. As reservas extrativistas (Resex) são uma conquista da sociedade, muitas vezes em forma de cooperativas com direção ao comércio da borracha e castanha, como é o caso específico do estado de Acre. Certamente, o legado de Chico Mendes já provou que é impossível divorciar ecologia de luta social.

Na temática "Unidade de Conservação (UC)", foram consideradas propostas que englobavam trilhas interpretativas, turismo ou manejo das áreas verdes. Algumas propostas intituladas "ecoturismo" não acompanhavam orientações ecológicas adequadas, inserindo-se nos processos comuns de turismo. O termo "ecoturismo" vem atraindo um número sem fim de interessad@s em áreas naturais, porém aparecem marginalmente falsas, polarizando-se com o turismo rural e a base comercial das comunidades. As trilhas e outras atividades desenvolvidas, assim, são propostas mais pontuais, não apresentando sustentabilidade com os grupos sociais envolvidos, nem apresentando um grau de conhecimento adequado para a proteção do ambiente. Todavia, alguns trabalhos desenvolvidos conjuntamente com outras atividades apresentam rico potencial educativo e em consonância com os princípios da EA.

A maioria dos trabalhos das universidades, em especial da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da UFAC, entretanto, limitam suas pesquisas em fortes diagnósticos e estudos das representações sociais, com pouca atenção a outras estratégias metodológicas na EA. Embora a maioria seja constituída de trabalhos de iniciação científica, a metodologia adotada ainda é centrada na promoção de cursos e palestras com oficinas e trabalhos de campo, com pouca observação das ações. Os estudos teóricos são ricos e diversificados, mas limitam-se a diagnósticos sem reflexões práticas, tornando a práxis impossível de ser visualizada. Já as pesquisas da Universidade da Amazônia (UA) e da Universidade de Rondônia (UNIR) apresentam estudos mais amplos, muitas vezes iniciando-se nas representações,

mas ampliando as pesquisas para intervenções e construções dos conhecimentos mais concretos.

A maior bacia hidrográfica mundial não recebe a atenção quanto aos seus estudos, talvez pela sua própria abundância (78% do total brasileiro, segundo Novaes, 2000). As legislações federais, estaduais e regionais ganham espaços nas políticas de cada estado amazônico. Além de origem e habitat das numerosas espécies vivas, a bacia desempenha serviços ecossistêmicos de ciclagem de nutrientes e materiais, da produção e depuração do ar e de estoques pesqueiros significativos, além de meio de transporte na região. A água doce tem especial relação com as mulheres, tema quase inexistente nas experiências diagnosticadas na região Amazônia, contrariamente à sua lenda e origem nominal.

A gestão das bacias hidrográficas, em especial à Amazônica, vem assumindo importância cada vez mais acentuada, desde que os impactos ambientais que atingem o regime hídrico e os corpos d'água vêm acontecendo em escala imensa. A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9433/97), estabelece novos parâmetros a serem adotados: a gestão da água deverá ser realizada por bacia hidrográfica e deve ter valor econômico (Frank, 1999: 5). Assim, os estudos amazônicos deveriam incorporar *"a análise das mudanças no regime hidrológico; a identificação das formas de uso no solo; as diferenciações sócio-econômicas; e a análise da estrutura institucional"*, além de garantir uma gestão participativa para elaboração e planejamento de estratégias que possam contribuir efetivamente para uma política regional. Bohn & Correia (1999) constataram que no manejo das bacias hidrográficas, o envolvimento da comunidade fortalece as políticas regionais e garante a concretização da função social dos institutos acadêmicos e de pesquisa, além de aprimorar as normas jurídicas.

A questão da biodiversidade, particularmente em relação à cobertura vegetal, o uso do solo na agricultura ou pasto e o potencial hídrico mantém conexão íntima. Todavia, os temas aparecem desvinculados e os estudos relacionados com a saúde da população não recebem devida atenção. Experiências e pesquisas na área do ensino de ciências ou outra área específica do conhecimento, bem como museologia ou apicultura também aparecem em menor proporção e sem vínculo com uma dimensão mais integrada.

No contexto deste movimento, o WWF-Brasil surge como uma possibilidade para o fortalecimento de uma EA mais política. Um dos caminhos que a equipe acreditou, foi a formação de uma rede em EA, em parceria com diversos órgãos públicos, escolas, universidades, associações, Organizações Não-Governamentais (ONG), e empresas que possam tecer uma rede da EA, a exemplo das diversas redes estaduais brasileiras e da própria Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA).

3. A Rede Amazônica

A idéia da rede é uma nova alternativa para quem quer romper com as hierarquias autoritárias de poder. Ela se estabelece no diálogo aberto entre as pessoas e instituições, favorecendo crescimento mútuos, em processos de co-educação. A proposta da rede inscreve-se numa trajetória (Passos & Sato, 2001). É uma demarcação de um movimento tenso entre pólos diferenciados, é um caminho aberto de "Tra-jectus". O prefixo "tra", significa "através" ou "por entre", relaciona-se com o caráter entrelaçado do ser humano com as coisas - caráter este imprevisível e dramático, porque se trata de um processo que emerge no intento da busca de caminhos. O sufixo "jectus ou jactus", do latim, significa jogar, no sentido de lançar adiante, para frente, para o futuro. Uma trajetória supõe mirar adiante, desafiar, estabelecer um horizonte de referência, sempre palpitante, e que pelo próprio andar, se desloca à frente, abrindo dimensões ainda não vistas, ampliando horizontes e emprestando significação ao próprio andar.

De acordo com Sato (2001), as redes foram propostas pelas Organizações Não-Governamentais (ONG), através da luta pela democracia, pela independência e soberania participativa nas tomadas de decisões e na apropriação comunitária das condições culturais, econômicas e ecológicas. Hoje, entretanto, agregam todos os setores engajados na EA, inclusive os organismos governamentais. A maioria destas redes promove eventos ou cursos pautados em diversos temas, além de fortalecer os meios de comunicação através de publicações, listas de discussão online, jornais, programas de vídeo ou outros veículos de informação (REBEA, 2000). A meta das redes, assim, é o fortalecimento da EA em todos os níveis e idades.

Viezzer e Ovalles (1995: 102) consideram que *"a rede é comparável a um tecido com múltiplos fios ligados entre si por nós que se espalham para todos os lados, sem que nenhum deles seja central"*. Questionando a organização estrutural em forma de pirâmide hierárquica, a proposta da rede implica numa horizontalização dos níveis de decisão, garantindo ampla participação. Assim, a idéia central da rede, circular e não linear, de retroalimentação constante, confere que o ser humano é um animal natural amarrado às teias de significados que ele mesmo teceu, e a cultura é a teia de sua análise existencial.

Para Sorrentino (2001), a formação da rede deve obedecer sete passos criteriosos:

- a) Uma arqueologia virtual interna, que favoreça uma radiografia do indivíduo, de seus desejos e valores, de suas potencialidades para a contribuição da coletividade;
- b) A explicitação das dúvidas e das incertezas, que possibilitem o inesperado (Morin, 2000) e saia de um enclausuramento teórico controlado e que consiga trazer a limitação de cada área do conhecimento;
- c) Isso obriga a necessidade do diálogo, do reconhecimento que vivemos em grupo, que nossas verdades não são necessariamente as mesmas e que a diversidade deve ser respeitada;
- d) O estabelecimento de um pacto ético, que não busque nivelar as identidades, mas que fundamentalmente consiga fazer a interlocução entre as tensões e os conflitos;
- e) A ação local e global, permitindo uma visão mais globalista e complexa do pensamento, sem perder as características regionais e particulares de cada local;
- f) A necessidade da revisão das políticas públicas e suas efetividades, facilitando o diálogo e a construção permanente de estratégias; e
- g) A importância e da existência de um processo de avaliação participativa que permita sempre a verificação da importância de uma rede e sua função social.

Os encontros regionais ofereceram alguns caminhos preliminares para a construção da rede amazônica. Entre inúmeras proposições e princípios, foram apontados melhor interlocução e diálogos entre os representantes de cada município e estado,

inclusive via comunicação eletrônica; a criação de um portal que disponibilize uma síntese das experiências; o fortalecimento das políticas públicas através da gestão participativa; a criação de uma lista de discussão online; a troca e intercâmbio entre os diversos organismos na região amazônica; um encontro amazônico envolvendo os seis estados; e o fortalecimento das experiências amazônicas, com suas dimensões naturais e culturais. Muitas outras sugestões específicas foram citadas, mas não houve nenhum encaminhamento contrário à criação desta rede amazônica.

É possível dizer que a Amazônia, exuberantemente admirável do seu ponto de vista natural, siga desenhando suas propostas de acordo com sua própria beleza cultural. Embora tenhamos o cuidado para evitar as tendências ou circunscrevermo-nos no "efeito de halo" (Depresbíteris, 1999), para não mostrar uma "ilusão de transparência", num perigo de compreender as coisas somente através da glória, clareza e idealizada por fortes sentimentos, encontramos forças sinérgicas que conferem um potencial imenso na região. Os insucessos, embora presentes, tomam contornos essenciais no processo da avaliação, oferecendo um grau de confiabilidade maior na amplitude real e fidedigna de todo o processo. Aliás, a mediação social é mais importante do que o resultado em si.

Os desejos da EA estão presentes nas necessidades locais, ora representando uma dicotomia, ora um *continuum* que se interconvertem. Marques (1999) nos lembra que este é um território tênue, onde as necessidades de algumas pessoas representam os desejos de outras. De qualquer forma, o horizonte se mostra para andarmos de mãos dadas na construção de um melhor Brasil, desde que ao mudarmos um pedaço do mundo, também mudamos o mundo.

Nessas escolhas se revelará a importância cada vez maior que a questão ambiental, neste caso a floresta amazônica, terá sobre a posição do Brasil no mundo. Essa importância é material, física, econômica, pois as riquezas ali guardadas representam uma reserva significativa de tudo aquilo que o mundo inteiro necessitará. Um grande tesouro em três reinos, mineral, vegetal e animal, a serviço da manutenção de uma relativa estabilidade do planeta, ameaçada frente ao risco do desaparecimento da floresta. Mas é também uma importância simbólica, um tesouro do reino humano, tanto pela sabedoria ancestral de povos que habitam a floresta, quanto pelo significado que ela tem para toda a humanidade. A Amazônia é a fronteira da civilização.

Representa os limites da possibilidade de domínio total sobre a natureza, justamente porque, gigantesca e delicada, a Amazônia nos alerta para o desastre que o não reconhecimento desse limite pode provocar. Pensar na contribuição que a floresta pode dar ao futuro é, antes de mais nada, garantir que haja realmente um futuro.

(Silva, 2001)

Bibliografia

- ARRUDA, Roberto (1999) "Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação". *Ambiente e Sociedade* 2(5):79-92.
- BECKER, Bertha (1993) "A Amazônia pós ECO-92: por um desenvolvimento regional responsável". In BURSZTYN, M. (Org.) *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 129-143.
- BECKER, Bertha (2001) "Amazônia: construindo conceito e a conservação da biodiversidade na prática". In GARAY, I. & DIAS, B. (Orgs.) *Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento*. Petrópolis: Vozes, 92-101p.
- BOHN, Noemia & CORREIA, Márcia (1999) "A implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos: o caso do comitê do Itajaí". In *Revista de estudos ambientais* 1(2): 46-58.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente (1999) *Parques nacionais*. São Paulo: Empresa das Artes & IBAMA, 341p.
- BUARQUE, Cristovam (2000) "O mundo para todos". In *O Globo*, 23/10/00 [capturado] <http://www.cristovambuarque.pro.br/artigos/artigos.html>, 29/05/01.
- BUARQUE, Cristovam (2001) "O lixo global". In *O Globo*, 09/04/01 [capturado] <http://www.cristovambuarque.pro.br/artigos/artigos.html>, 29/05/01.
- CAPRA, Fritjof (1982) *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix, 452p.
- CARVALHO, Marília (1999) *No coração da sala de aula - gênero e trabalho docente nas séries iniciais*. São Paulo: Xamã, 247p.
- CUNHA, Quintino (1999) *Pelos Solimões*. Manaus: Vaíer, 260p.
- DEPRESBITERIS, Léa (1999) *Avaliação educacional em três atos*. São Paulo: SENAC, 102p.
- DEPRESBITERIS, Léa (2001) "Avaliação em educação ambiental". In *Encontro regional de educação ambiental na Amazônia*. Manaus, Belém & Porto Velho: Projeto WWF-Brasil (palestra).

FRANK, Beate (1999) "Uma abordagem para a gestão ambiental da Bacia do Rio Itajaí, com ênfase para o problema das cheias". In *Revista de estudos ambientais*, 1(1): 5-18.

FREIRE, Paulo (2000) *Pedagogia da indignação - cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 134p.

MARQUES, José G. W. (1999) "Dinâmica cultural e planejamento ambiental: sustentar não é congelar". In BASTOS-Filho, J. et al. (Orgs.) *Cultura e desenvolvimento: a sustentabilidade cultural em questão*. Maceió: PRODEMA/UFAL, 37-68p.

MERLEAU-PONTY, Maurice (1971) *Fenomenologia da percepção*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos S.A.

MORAN, Emílio (1990) *A Ecologia Humana das Populações da Amazônia*. São Paulo: Vozes, 1990.

MORIN, Edgar (2000) *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 118p.

NOVAES, Washington (2000) *Agenda 21 brasileira - bases para discussão*. Brasília: MMA, 192p.

PASSOS, Luiz Augusto & SATO, Michèle (2001) "Educação Ambiental: O Currículo nas Sendas da Fenomenologia Merleau-pontyana". In SAUVÉ, Lucie; ORELLANA, Isabel et SATO, Michèle (Dir.) *Sujets choisis en éducation relative à l'environnement - D'une Amérique à l'autre*. Montréal: ERE-UQAM (antecipé).

REBEA (2000) "Cultura de Redes e Educação Ambiental". In *Relatório de Reunião da Rede Brasileira de Educação Ambiental*. Rio de Janeiro: REBEA, sem paginação.

SÁ, Rosa & VASQUEZ, Regina (2001) *Desenvolvimento e conservação do meio ambiente: pesquisa de opinião com lideranças e a população amazônica*. Brasília: WWF-Brasil, 100p.

SATO, Michèle (1997) *Educação para o ambiente amazônico*. São Carlos: Tese de Doutorado, PPG-ERN/UFSCar, 245p.

SATO, Michèle (2001) "Réseau de dialogues au sujet de l'éducation environnementale". In *Éducation Relative à L'Environnement*, vol. 3, (antecipé).

SATO, Michèle & TAMAIO, Irineu (2001) *Levantamento-Diagnóstico em educação ambiental na Amazônia*. Brasília: Termo de consultoria para a 2ª fase, Projeto WWF-Brasil, 18p.

SATO, Michèle; TAMAIO, Irineu & MEDEIROS, Heitor (2001-a) "Relatório parcial nº 1 - o primeiro olhar". In TAMAIO, I. (Coord.) *Levantamento-Diagnóstico de educação ambiental na Amazônia*. Brasília: WWF-Brasil, 17p.



SATO, Michèle; TAMAIO, Irineu & MEDEIROS, Heitor (2001-b) "Relatório parcial nº 3 - encontrando-nos na educação ambiental". In TAMAIO, I. (Coord.) *Levantamento-diagnóstico de educação ambiental na Amazônia*. Brasília: WWF-Brasil, 33p.

SATO, Michèle & PASSOS, Luiz Augusto (2001) "Biorregionalismo: identidade histórica e caminhos para a cidadania". In LAYARGUES, P. et al. (Orgs.) *Sociedade e Ambiente - a Educação Ambiental para a Cidadania*. São Paulo: Cortez (no prelo).

SILVA, Marina (2001) *Amazônia: era uma vez no futuro?* [capturado]
<http://www.geocities.com/pinkaiti/>, 19/04/01.

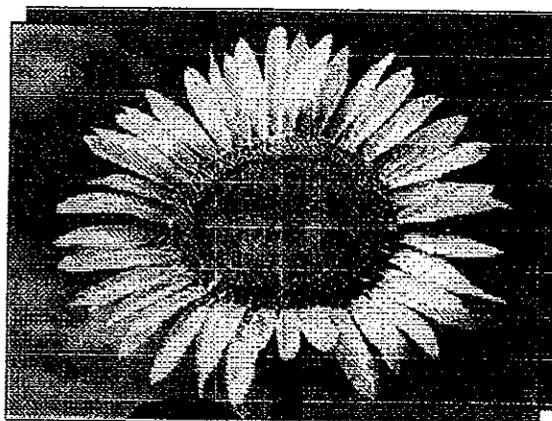
SORRENTINO, Marcos (2001) "Tecendo redes em educação ambiental". In *Encontro regional de educação ambiental na Amazônia*. Manaus, Belém & Porto Velho: Projeto WWF-Brasil (palestra).

STOREY, Christine (1998) "Gênero e educação ambiental na Amazônia". In NOAL, F.; REIGOTA, M. & BARCELOS, V. (Orgs.) *Tendências na educação ambiental brasileira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 55-81.

TAMAIO, Irineu (2000) *Levantamento de experiências em educação ambiental na Amazônia*. Brasília: Relatório final da 1ª fase, WWF-Brasil, 101p.

TRAJBER, Rachel & COSTA, Larissa (2001) "Avaliando materiais audiovisuais de educação ambiental". In TRAJBER, R. & COSTA, L. (Orgs.) *Avaliando a educação ambiental no Brasil - materiais audiovisuais*. São Paulo: Peirópolis & Ecoar para a cidadania, 13-51.

VIEZZER, Moema & OVALLES, Omar (1995) *Manual Latino Americano de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia, 192p.



anexos

Anexo 1: Caracterização dos estados

Anexo 2: Sistematização de dados (encontros regionais)

Anexo 3: Relatório de reunião em Belém / PA



anexo 1: Caracterização Geral dos
estados: AC, AM, AP, PA, RO & RR

Levantamento-Diagnóstico das Experiências de Educação Ambiental na Região Amazônica



acre - AC

Dados Gerais

Estado distante e fronteiriço, é o único que encontra-se totalmente no 5º fuso horário. Grande parte da população vive à beira-rio e utiliza barcos para ir de uma localidade à outra. Seu nome deriva de *Áquiri*, distorção da palavra indígena *Uwákuru*, feita pelos exploradores da região. Seus 22 Municípios estão divididos pelas Regionais do Juruá, do Tarauacá e Envira, do Purus, do Alto Acre e do Baixo Acre.

- Localização: Oeste da Região Norte
- Área: 153.149,9 km²
- Limites: Amazonas (N); Rondônia (L); República da Bolívia (SE); República do Peru (S e O)
- Relevo: Planalto, Serra da Contamana (O) e planície (N)
- Vegetação: Floresta Tropical
- População: 557.337 habitantes (2000)
- Densidade populacional: 3,63 hab/km²
- Municípios: 22
- Analfabetismo: 34,8 %
- Rios principais: Juruá, Tarauacá, Muru, Envira, Xapuri, Purus, Iaco, Acre
- Clima: Equatorial
- Capital: Rio Branco
- Temperatura média anual: 26°C
- Chuvas: Novembro a Março
- Hora local (relação à Brasília): - 2h
- Cidades mais populosas: Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Sena Madureira e Brasiléia

Cultura

A comida típica do Acre utiliza o pato e o pirarucu, da herança indígena, e bobó de camarão, vatapá e carne de sol com macaxeira, da herança nordestina. O artesanato oferece artigos confeccionados com materiais da extraídos da floresta amazônica.

Do seringal surgiu a figura do seringueiro. Seringueiro-patrão ou seringalista, beneficiário do crédito da casa aviadora, e seringueiro-extrator, subordinado ao patrão. Um morando no barracão, sempre localizado à beira do rio, e o outro, na barraca, no meio da selva.

Em Rio Branco encontra-se uma comunidade religiosa chamada Alto Santo (Centro de Iluminação Cristã Universal) que pratica o Ritual do Santo Daime, típico do Acre, de origem indígena, que usa o Daime, um chá natural feito com folhas e cipó, usado pelos índios como forma de aproximação a Deus. Todos tomam o chá, inclusive as crianças e os idosos. Os integrantes usam fardas de marinheiro e cantam o hinário, intercalando com Ave-Marias e Pai-Nossos.

Economia

A economia acreana depende exclusivamente da extração vegetal, principalmente da borracha, que é feita ao longo dos rios. A maior parte da produção estadual deriva da Bacia dos Rios Purus, Juruá e Madeira, com destaque para a região do Vale do Rio Acre, que, além de possuir o maior número de seringueiras, possui grande quantidade de castanheiras. O Acre é o maior produtor de borracha do País.

A coleta de castanha-do-pará é irregular porque depende das chuvas.

Acontece também, na floresta, a exploração madeireira, de forma seletiva, sem nenhum tipo de manejo, além de ser exportada em toras, fato que não traz riqueza alguma, nem para a região e nem para o Estado. A agricultura denota pequenas culturas de mandioca, feijão, guaraná, cana-de-açúcar e arroz.

A pecuária abastece o mercado interno com produtos de boa qualidade (carne, leite e derivados) e produz, ainda, consideráveis excedentes para a exportação, principalmente na Regional do Purus. Destaca-se o rebanho de gado bovino (410 mil); suíno (172,2 mil); e ovino (26 mil).

A indústria de transformação baseia-se em algumas serrarias e pequenas fábricas de rapadura e de farinha de mandioca.

O comércio é feito quase todo por via fluvial e os produtos são exportados através dos portos dos Estados do Amazonas e Pará.

História

Os preços altos que a borracha alcançou no final do século XIX e as secas nordestinas serviram de estímulo para que grandes massas humanas se movimentassem e chegassem ao território do Acre. Isto provocou sua colonização de forma espontânea, pois a política imperial só se interessava pelo café, deixando de lado o extremo ocidental do País.

Graças a alguns sertanistas brasileiros, a região foi explorada buscando facilitar a instalação dos colonos. Conquista-se o Rio Purus; o Rio Acre, o Xapuri; e a Bacia do Alto Tarauacá. Todo esse desbravamento se deu, na maior parte, em terras bolivianas.

Essa movimentação exploratória despertou o interesse da Bolívia, que solicitou melhor fixação de limites. Após várias negociações, em 1867 assinou-se o Tratado de Ayacucho, que reconhecia a posse e foi estabelecida como fronteira entre os dois países a confluência dos Rios Beni-Mamoré, em direção ao leste, até a nascente do Javari.

A ocupação do território pela população brasileira aumentava à medida que o preço da borracha subia. Os seringais multiplicavam-se pelos Vales do Acre, do Purus e, mais a oeste, do Tarauacá.

O Governo Imperial, diante disso, considerou brasileiro todo o Vale do Purus. Os Governos do Amazonas e do Pará logo instituíram as chamadas "Casas Aviadoras", que financiavam vários tipos de operações, garantiam créditos e promoviam o incentivo comercial nos seringais.



Antes de acabar o século XIX, o Acre já era totalmente ocupado por brasileiros que tinham como objetivo apenas a produção de borracha, mas em terras bolivianas. Em 1890, a Bolívia desperta para o problema. Havia mais de 300 seringais na Bacia do Juruá ocupados por brasileiros, desrespeitando o Tratado de 1867. Nomeou-se, em 1895, nova comissão para o ajuste das divisas.

Em 1899, os bolivianos estabeleceram um posto administrativo em Puerto Alonso (atual Porto Acre), cobrando impostos e lançando taxas aduaneiras sobre as atividades dos brasileiros. No ano seguinte, o Brasil aceitou a soberania da Bolívia na zona, quando reconheceu oficialmente os antigos limites na confluência Beni-Mamoré.

Os seringueiros, alheios a isso, se sentiram lesados e iniciaram movimentos de rebeldia. Em 1890, ocorreu uma ação armada, que culminou na expulsão das autoridades bolivianas. Logo depois a Bolívia iniciou negociações com um truste anglo-americano, o *Bolivian Syndicate*, a fim de promover, com poderes excepcionais (cobranças de impostos, força armada), a incorporação política e econômica do Acre a seu território. O Governador do Amazonas enviou contingentes militares para ocupar Puerto Alonso e foi proclamada a República do Acre, com objetivo de afastar o domínio boliviano para depois pedir anexação ao Brasil, a exemplo do que fizera o Texas, na América do Norte. Ante os protestos da Bolívia, o Presidente Campos Sales extinguiu a República, em março de 1900.

Os bolivianos se reinstalaram na região onde sofreram, a seguir, ataque de uma outra expedição amazonense. Por fim, comerciantes e proprietários no Rio Acre resolveram promover outra insurreição com um corpo improvisado de seringueiros. Em 1902, iniciaram as operações na Vila de Xapuri, no Alto Acre, e aí prenderam as autoridades bolivianas e tomaram Puerto Alonso.

Organizou-se, então, o Governo em Puerto Alonso. Daí por diante a questão passou à esfera diplomática, pois a Bolívia havia arrendado as terras para o *Bolivian Syndicate*, que aceitou a quantia de dez mil libras esterlinas, oferecidas pelo Brasil, para desistir do contrato.

A 17 de novembro de 1903, Brasil e Bolívia assinam o Tratado de Petrópolis, pelo qual o Brasil adquiriu o Acre por compra (dois milhões de libras esterlinas), e por troca de territórios (pequenas áreas no Amazonas e no Mato Grosso) e com o compromisso de construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Dissolveu-se o Estado Independente, passando a constituir o Território Brasileiro do Acre, organizado em três departamentos administrativos: o do Alto Acre, o do Alto Purus e o do Alto Juruá, chefiados por Prefeitos.

Solucionada a parte da Bolívia, um outro caso tinha de ser resolvido com o Peru. O Governo de Lima reivindicava todo o Território do Acre e mais uma extensa área do Estado do Amazonas. Delegações administrativas e militares desse País tentaram estabelecer-se no Alto Purus (1900, 1901 e 1903) e no Alto Juruá (1898 e 1902). Inicia-se uma grande luta entre brasileiros e peruanos que findou com a retirada das forças peruanas.

A organização administrativa do Acre, decretada em 1904, alterou-se em 1912, com a criação de mais um departamento: o do Alto Tarauacá, desmembrado do departamento do Alto Juruá. De 1920 até 1962, a administração do Território do Acre era unificada, exercida por um Governador. Em 1962 o Território foi elevado a Estado.



Infra-estrutura

Sua infra-estrutura apresenta-se bastante heterogênea. Concentra-se em Rio Branco (Baixo Acre) e Cruzeiro do Sul (Juruá). Os povoados ficam muito distantes uns dos outros levando-se dias de caminhadas pela floresta e às vezes, com as chuvas, tornam-se isolados, dificultando a irradiação da saúde pública. Apenas Rio Branco tem abastecimento de água encanada, mas não possui serviço de esgoto eficiente.

O potencial hidrelétrico é pequeno. A ELETRONORTE é a responsável pela geração de energia para os Municípios de Rio Branco, Bujari, Porto Acre, Senador Guimard e Plácido de Castro, enquanto que a ELETROACRE, por meio de sistemas isolados de usinas dieselétricas, é responsável pelo restante.

Os transportes terrestres são precários, e a maior parte de seus Municípios permanecem isolados da Capital por falta de acesso. Atualmente conta com a BR-364, uma estrada que liga Rio Branco à Cruzeiro do Sul e estabelece a conexão do Acre com o Centro-Sul do País, através de Porto Velho e , asfaltada até a divisa com Rondônia. Cruzeiro do Sul, a maior Cidade do oeste, tem mais ligação com Manaus, Amazonas, que com Rio Branco.

A navegação fluvial só é possível na época das enchentes. Os portos que escoam a produção acreana estão no Amazonas: Boca do Acre, para a Bacia do Purus, e Eirunepé, para a do Juruá. Não há ferrovia no Estado. Essa precariedade dos meios de transporte contribui para que haja duas regiões econômicas distintas, ligadas apenas por uma estrada de terra: Alto Purus, com sede na Capital Rio Branco, e Alto Juruá, centralizada em Cruzeiro do Sul.

A maioria dos Municípios não apresenta água encanada e nem rede de esgoto. O Acre não tem pedras, o que dificulta a construção do asfalto; muitas ruas são feitas com tijolos. Os atendimentos médicos nas áreas rurais são esporádicos, fato que dificulta os moradores do campo terem acesso aos serviços de saúde, principalmente no período de inverno, já que os ramais não permitem tráfego nesta época.

Os serviços de telecomunicações têm registrado significativas melhorias e em alguns pontos já se pode contar com a telefonia celular, contrastando com Municípios onde só o rádio amador é o meio de comunicação.

Na Capital encontra-se o Aeroporto Internacional do Estado (Aeroporto Internacional Eduardo Gomes), o Campus Universitário, onde funciona a Universidade Federal do Acre - UFAC, e a única universidade particular do Estado, Faculdade Integrada Rio Branco - FIRB. Cruzeiro do Sul possui teatro, ginásios cobertos para a prática desportiva, aeroporto, ruas pavimentadas e um comércio bem aparelhado.

A Regional do Purus é o local onde são feitas as maiores apreensões de madeiras nobres, principalmente do mogno, extraídas ilegalmente da região e onde são registrados casos de trabalhos forçados, caracterizando a existência de semi-escravidão na Regional. A Regional do Alto Acre apresenta a atuação predatória dos fazendeiros no corte de seringa e na coleta da castanha e, o movimento sindical e de seringueiros tentando impedir esta ação, causando uma série de conflitos sociais rurais e um forte fluxo migratório, inclusive para além da fronteira, além da existência das Zonas de Livre Comércio, ainda por implantação definitiva e um intercâmbio econômico e social fortalecido com o Peru e a Bolívia. A região com maior índice de analfabetismo (61%) é a do Tarauacá e Envira.



Quadro Humano

A população do Estado, a maioria nordestinos, é escassa sendo que mais da metade concentra-se em Rio Branco e Cruzeiro do Sul (Baixo Acre).

É dispersa ao longo dos rios, levando à dependência da navegação fluvial para as comunicações.

A maior parte vive na zona urbana (66%) e a população feminina corresponde a 49,6% do total. 63,5% são pardos, 35,6% brancos, 0,8% negros e 0,1% amarelos ou índios.

A região do Purus é a que apresenta menor densidade populacional. A população indígena é espalhada pelo Estado mas a Regional que apresenta a maior concentração de índios é a do Tarauacá e Envira.

Quadro Natural

O relevo do Estado encontra-se na chamada Terra Firme da Amazônia Brasileira, um planalto com altitude média de 200 m que se inclina de sudoeste para nordeste. No extremo oeste se encontra a Serra da Contamana ou do Divisor, com as maiores altitudes do Estado (609 m). Cerca de 63% da superfície estadual ficam entre 200 e 300 m de altitude; 16% entre 300 e 609 m; e 21% entre 200 e 135 m.

O clima é quente e muito úmido, e apresenta estação seca nos meses de junho, julho e agosto. Ocorrem, por vezes, invasões da Massa Polar Atlântica que provocam o fenômeno conhecido regionalmente como "friagem". As temperaturas mínimas absolutas descem, a valores bem baixos, como 7°C, em Sena Madureira e 9°C, em Cruzeiro do Sul.

A Floresta Amazônica recobre todo o território estadual, sendo rica em seringueiras e apresentando bosques de cipó, palmeira e bambu. O potencial econômico da flora estadual é muito grande pois apresenta várias espécies de madeiras, uma variedade grande de árvores frutíferas como o açaí, andiroba, camu-camu, castanha do Brasil, urucum, copaíba, cacau, bacuri, jarina, pupunha, etc., além da existência de plantas medicinais e ornamentais, como orquídeas, bromélias, helicônia, filodendro, samambaia, palmácea, jibóia, ficus, comigo-ninguém-pode, mussaenga, etc.

A bacia hidrográfica do Estado do Acre pertence à Bacia Amazônica e seus principais rios são o Juruá, o Tarauacá, o Muru, o Embirá, o Xapuri, o Purus, o Iaco e o Rio Acre, navegáveis apenas nas cheias e que atravessam o Estado com cursos quase paralelos.

Parques Estaduais:

Parque	Área total (ha)	Município
Extrativista Chico Mendes	970.570	Assis Brasil, Brasiléia, Rio Branco e Xapuri
Extrativista do Alto Juruá	506.186	Cruzeiro do Sul e Tarauacá

Turismo

As Regionais de Tarauacá e Envira têm grande potencial turístico, devido à beleza de seus rios, da fauna e da flora. Em Rio Branco pode-se ver construções da época do Ciclo da Borracha que contrastam com modernos edifícios.



Culinária Acreana

A cozinha acreana é influenciada pela culinária indígena e nordestina. Usando os produtos nativos, a comida possui sabor exótico e ligeiramente picante, na maioria das vezes, usando a farinha de mandioca conhecida pelo nome de farinha d'água; o jambu, que possui a capacidade de adormecer os lábios quando mordemos o seu talo e a chicória.

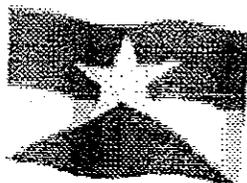
Receitas:

Salgados

Bobó de Camarão
Carne de Sol com Purê de Macaxeira
Pato no Tucupi
Pirarucu de Casaca
Tacacá
Tambaqui na Brasa
Tucunaré Recheado
Tucupi
Vatapá

Doces

Beiju de Folha
Bolo de Pupunha
Bombom de Cupuaçu
Pudim de Cupuaçu
Pudim de Tapioca
Torta de Cupuaçu



Rondônia - RO

Dados Gerais

De dois Estados, Amazonas e Mato Grosso, herdou seu território. De um sertanista, Marechal Rondon, herdou seu nome. Atualmente, transformado em Estado, deixa ao Brasil exemplos de pioneirismo.

É o primeiro Estado a ter uma política de preservação ambiental e o primeiro a eleger uma mulher como Governadora.

A maioria dos seus 53 Municípios estão localizados, principalmente, às margens dos rios.

- Localização: Oeste da Região Norte
- Área : 238.512,8 km²
- Limites: Amazonas (N), Mato Grosso (L), República da Bolívia (S e O), e Acre (O).
- Relevo : Planície litorânea, depressões e planalto
- Vegetação: Floresta Amazônica e cerrado (O)
- População: 1.377.792 habitantes (2000)
- Habitante: Rondoniano
- Densidade populacional: 5,77 hab/km²
- Municípios: 52
- Analfabetismo: 18,67 %
- Rios principais: Madeira, Ji-Paraná, Guaporé e Mamoré
- Clima: Equatorial
- Capital: Porto Velho
- Temperatura média anual: 26°C
- Chuvas: Outubro a abril
- Hora local (relação à Brasília): -1h
- Cidades mais populosas: Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal e Vilhena
- Atrações: Porto Velho e Guajará-mirim

Cultura

O artesanato indígena é o mais difundido no Estado. Conta com objetos de cerâmica como caldeirões, panelas e tigelas, utilizados no preparo e consumo de suas comidas e bebidas típicas, cestos, usados para guardar ou transportar os utensílios; pulseiras e colares.

A culinária é baseada em peixes e frutos da floresta. É fortemente influenciada pela culinária indígena.

O folclore das Pastorinhas foi o mais difundido em Rondônia, mas hoje está sendo abandonado.



Economia

A economia do Estado se baseia no extrativismo vegetal e na agropecuária. Na agricultura destacam-se o cacau, o café, o milho, o feijão, o algodão, amendoim, a soja, o arroz, a mandioca e a banana.

A pecuária, iniciada em 1970, cresceu com muita rapidez e os rebanhos que mais se destacam são o bovino (5,2 milhões) e o suíno (1,1 milhão). A avicultura é praticada em larga escala.

O extrativismo colocou Rondônia no patamar de Estado, quando foram descobertas as minas de cassiterita. Atualmente, a importância diminuiu mas continua sendo extraída junto com ouro, diamante, borracha, castanha-do-pará, madeiras nobres, granito, pedras ornamentais, columbita-tantalita, prata, cobre, cobalto, chumbo, zinco, platina, paládio, terras raras, cromo, fósforo, esmeralda, calcário e topázio. A pesca ainda é artesanal. Rondônia tem 3.391 indústrias, sendo a maioria de pequeno e médio porte. As que mais se destacam atuam nas áreas madeireira, de produtos alimentícios; de construção civil; de produtos metalúrgicos; de movelaria; e de confecções.

A indústria madeireira desenvolveu-se em função da abertura da BR-364, extraído mogno, vinhático e cerejeira, mas a preocupação dos ecologistas com relação às devastações e a comprovação de que 30% das florestas estavam devastadas, fez com que o Governo demarcasse reservas na floresta e criasse incentivos ao reflorestamento. As madeiras passaram também a produzir compensados e laminados. Atualmente investe-se no ecoturismo.

História

Os primeiros visitantes da região são Padres Missionários, no século XVI e no século XVIII. Com a descoberta de ouro em Goiás e Mato Grosso, aumenta o interesse pela região. Surgem, então os bandeirantes, que buscam riquezas minerais também nessa região e passam a explorar o Vale do Rio Guaporé.

Como suas terras pertencem à Espanha devido ao Tratado de Tordesilhas, de 1722 a 1747 várias negociações são feitas e se redefine a posse de cada País através dos Tratados de Madri e de Santo Ildefonso. Portugal passa a ter o domínio da região e para defendê-la, em 1776, militares ocupam a área e fundam o Forte do Príncipe da Beira, junto ao Rio Guaporé, estimulando a implantação dos primeiros núcleos coloniais.

Um grande surto de colonização acontece com o auge do ciclo da borracha, no final do século XIX, quando muitos nordestinos migram para a área e se constrói a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em 1903, e faz-se a ligação telegráfica, estabelecida por Cândido Rondon.

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, ligando Santo Antônio do Madeira a Vila Bela, na confluência do Beni-Mamoré, com 366 km de extensão, tem sua inauguração em 1912. Atrai imigrantes bolivianos, espanhóis e gregos, mas poucos serviços presta. Porto Velho é elevada a Cidade em 1919.

Em 1943, os Municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim, ricos em borracha, cassiterita, pescado, castanha-do-pará, couros e peles silvestres, são desmembrados dos Estados do Amazonas e Mato Grosso e formam o Território Federal do Guaporé, com Capital em Porto Velho.

Passa a se chamar Rondônia em 1956, homenageando ao Marechal Rondon, desbravador dos sertões de Mato Grosso e da Amazônia.



A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré se incorpora, em 1957, à Rede Ferroviária Nacional S.A., e em 1966 é entregue ao Ministério do Exército para que, aos poucos, vá fazendo a substituição pela estrada de rodagem.

O Território só começa a se desenvolver por volta das décadas de 60 e 70, quando a política de incentivos fiscais e os grandes investimentos do Governo Federal estimulam a migração e os empresários se interessam em investir em agropecuária e na extração madeireira. Formam-se inúmeros aglomerados urbanos ao longo da BR-364, deslocando a importância econômica para esses Municípios. Ocorrem derrubadas e queimadas na floresta, mas como a infra-estrutura urbana era muito deficiente, a malária tornou-se comum. A população cresce quase oito vezes em duas décadas. A ferrovia é desativada em 1972.

Com a grande quantidade de migrantes que chega devido à descoberta de cassiterita e ouro, o Território passa a ter problemas. A exploração é feita de forma predatória e com grande impacto ambiental. Causa a erosão do leito e das margens do Rio Madeira, contaminação das águas por mercúrio, poluição por óleo e sedimentação do canal navegável, chegando a comprometer a BR-425 que vai até Guajará-Mirim. No local são encontrados fósseis de mastodontes e tatu-gigante, entre outros. No final dos anos 70 e início dos 80 a migração aumenta com o objetivo do trabalho na agricultura. A malária já é suportada e, apesar das limitações tecnológicas, a produção agrícola cresce. Cresce, então, a necessidade de transformá-lo em Estado, o que ocorre em 1981. A Ferrovia Madeira-Mamoré volta a funcionar em 1981, mas para fins turísticos apenas, num trecho entre Porto Velho e Santo Antônio.

Os migrantes continuam chegando ao Estado mas a economia já mostra sinais de declínio. Em 1987, entra em litígio de terras com o Acre, na Ponta do Abunã, uma região de terras férteis e valiosas pedras de brita, chegando a ter intervenção do exército para garantir que o Governo do Acre acate um parecer do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que dá ganho de causa a Rondônia. A economia é limitada à agropecuária e ao extrativismo vegetal e mineral, e a infra-estrutura urbana é deficiente.

Na década de 90, a floresta tem 30% de sua área devastada, há sérios problemas de corrupção político-administrativa, tráfico de drogas na fronteira com a Bolívia e a Colômbia e de violência dos grandes proprietários contra colonos e posseiros e milhares de famílias que vivem na região aguardam a distribuição de terras pelo Incra.

Infra-Estrutura

A malha rodoviária total conta com 27.240 km, com 1.397 km pavimentados. Sua principal estrada é a BR-364, com 1.450 km de extensão, que liga Rondônia diretamente a Cuiabá e São Paulo, seguida da BR-319, que faz a ligação Guajará-mirim/Abunã/Porto Velho/Humaitá (AM) e da BR-236, que liga Abunã a Rio Branco (AC). A rede rodoviária estadual é composta por cerca de 5.200 km de estradas.

O Estado não tem ferrovias. A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, desde a sua desativação em 1972, é utilizada apenas para atividades turísticas. Possui 4 aeroportos, o de Porto Velho, de Vilhena, de Guajará-mirim e de Ji-Paraná, com saídas e chegadas diárias das principais Capitais e Cidades brasileiras, tendo linhas regulares de todas grandes companhias áreas nacionais.

Conta com a Hidrelétrica de Samuel, que assegura o abastecimento de energia elétrica para 50% do Estado, pois ainda não está concluída.



Abriga o Porto de Porto Velho, por onde passam gêneros alimentícios com destino a Manaus e outros produtos para o Peru, através do Rio Madeira, que é altamente navegável, durante o ano todo no trecho entre Porto Velho e Amazonas, transformando-o na via natural de acesso ao Oceano Atlântico e aos mercados das Américas Central e do Norte, África e Europa e aos principais centros econômicos do País. É utilizado para o escoamento da Zona Franca de Manaus e para o abastecimento da Capital amazonense. Várias Cidades encontram-se em sua margem, inclusive a Capital.

A Eletronorte é a responsável pela produção e transmissão de energia, fornecendo-a à CERON através do seu sistema hidrotérmico, constituído pela Usina Hidrelétrica de Samuel.

O Estado conta com 2 universidades, a Universidade Federal de Rondônia-UNIR, com vários Campus em outros Municípios, criada em 1982, e a Universidade Luterana do Brasil-ULBRA (particular), em Porto Velho, além de 5 escolas agrotécnicas federais.

Quadro Humano

O Estado de Rondônia é uma miscigenação de brasileiros de outros Estados, principalmente do Nordeste, que chegaram na região para explorarem a borracha e atualmente, de todos, principalmente do Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Essa migração causa problemas com a assistência médica, a educação e o abastecimento de energia, além de agravar os conflitos de terra entre índios, posseiros e garimpeiros. A maior parte da população é urbana (64%) e do sexo masculino (51,3%). 52,2% são pardos, 45,5% brancos, 2,1% negros e 0,2% amarelos ou índios.

A grande maioria de suas Cidades se encontra às margens dos Rios Madeira e Guaporé. Rondônia tem a maior incidência de malária na Amazônia. Rondônia conta com 19 terras indígenas e mais de 42 etnias, com uma população aproximada de 6.156 indivíduos, nos Municípios de Jaci-Paraná, Guajará-mirim, Ariquemes, Cacoal e Ji-Paraná.

Quadro Natural

Seu relevo se constitui em planalto e planície. Cerca de 66% da superfície do território se encontra entre 100 e 300 m de altitude; 30%, entre 300 e 800 m; e 4%, abaixo de 100 m. O planalto ocupa a maior parte do Estado e na extremidade noroeste recebe o nome de Serra ou Chapada dos Parecis e Serra dos Pacaás Novos.

A planície, sujeita a inundações, se desenvolve ao longo do curso do Rio Guaporé. Seu clima é equatorial com estação seca pouco marcada e a temperatura mantém-se elevada durante todo o transcorrer do ano. Tem um período de estio que vai de maio a setembro e um de chuvas que vai de outubro a abril. O período de dezembro a maio é o mais úmido.

Seus rios apresentam enchentes e vazantes e pertencem à Bacia do Rio Madeira, afluente do Amazonas e correm diretamente para o Madeira, localizados na parte oriental do Estado, ou para o Mamoré e o Guaporé, os da região ocidental. O Rio Madeira apresenta dois trechos distintos, denominados Alto e Baixo Madeira. O Alto, de 360 km, não apresenta condições de navegabilidade devido à grande quantidade de cachoeiras e o Baixo, de 1.340 km. Os rios do Estado formam 8 bacias importantes:

- Guaporé - Divide o Brasil e a Bolívia e apresenta-se navegável para embarcações de pequeno e médio calados na época da vazante;



- Mamoré - Aceita a navegação de embarcações de médio calado em qualquer época do ano;
- Abunã - Divide o Brasil e a Bolívia no extremo oeste e não é navegável devido às inúmeras cachoeiras;
- Mutum-Paraná - Serve de via de penetração para o interior;
- Jacy-Paraná - Serve de via de penetração para o interior;
- Jamari - Abriga a primeira usina hidrelétrica do Estado e serve de via de transporte de passageiros e cargas entre Porto Velho e Ariquemes;
- Ji-Paraná - Corta todo o Estado no sentido sudeste/nordeste, escoando a produção do extrativismo vegetal pelos trechos onde apresenta-se navegável;
- Aripuanã - Oferecem grande potencial hidrelétrico inexplorável pois se encontram dentro de reservas indígenas.

A maior parte se sua superfície é coberta pela Floresta Amazônica, e a parte restante por cerrados e cerradões.

Reservas Estaduais:

Reserva	Área total (ha)	Municípios
Extrativista Rio Ouro Preto	204.583	Guajará-Mirim e Nova Mamoré

Turismo

Porto Velho é o maior polo turístico da região, possuindo boa infra-estrutura para receber turistas, com hotéis de qualidade e restaurantes variados. Nela pode-se ver o Museu da Estrada de Ferro, as Caixas d'Água Três Marias e o Museu Estadual e em torno do Rio Madeira: a Praia de Santo Antônio.

As Lagoas do Belmont e Cuniã, ou as Praias dos Periquitos e Areia Branca também são boas opções. Outros Municípios estão investindo no turismo como Ji-Paraná, no turismo de eventos; Guajará Mirim no ecoturismo e turismo histórico-cultural, além da Área de Livre Comércio e Costa Marques, no ecoturismo e turismo histórico, representado pelo Forte Príncipe da Beira, além de desenvolver o Projeto de Quelônios da Amazônia.

A Ferrovia Madeira-Mamoré faz o turista voltar ao passado, além de ver uma linda paisagem fluvial.

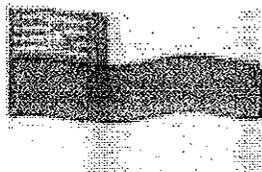
Culinária Rondoniense

A culinária de Rondônia é baseada em peixes e frutos da floresta e não difere das comidas dos outros Estados da região. É influenciada pela culinária indígena.

Receitas:

Salgados
Caldeirada de Tucunaré
Salada de Pirarucu
Torta de Pirarucu

Doces
Bolo de Macaxeira
Bombom de Castanha-do-Pará
Doce de Cupuaçu
Pudim de Cupuaçu
Torta de Castanha-do-Pará
Torta de Cupuaçu



Amazonas - AM

Dados Gerais

Mais extenso Estado brasileiro, cortado pela Linha do Equador, o Amazonas é recoberto pela maior floresta equatorial do planeta e abriga fauna e flora objetos de estudos científicos da maior parte dos Países do Mundo. Seu nome é devido à existência do Rio, batizado por Francisco Orellana em 1541, que afirmou ter combatido uma tribo de mulheres guerreiras, comparando-as às Amazonas, guerreiras lendárias que amputavam o seio direito para melhor manejarem o arco. Seus 62 Municípios ficam, em sua maioria, às margens de rios.

- Localização: Centro da Região Norte
- Área: 1.577.820,2 km²
- Limites: República da Venezuela e Roraima (N), República da Colômbia (NO), Pará (L), Mato Grosso (SE), Rondônia (S), Acre e República do Peru (SO)
- Relevo: Planície Amazônica e planalto
- Vegetação: Floresta Amazônica
- População: 2.840.889 habitantes (2000)
- Habitante: Amazonense
- Densidade populacional: 1,8 hab/km²
- Municípios: 62
- Analfabetismo: 20,67%
- Rios principais: Juruá, Purus, Madeira, Negro, Amazonas, Içá, Solimões, Uaupés e Japurá
- Clima Equatorial
- Capital: Manaus
- Temperatura média anual: 32°C
- Chuvas: Dezembro a junho
- Hora local (relação à Brasília): -1h a leste da linha que vai de Tabatinga a Porto Acre; -2h a oeste
- Cidades mais populosas: Manaus, Manacapuru, Tefé, Parintins e Itacoatiara.
- Atrações: Manaus e Parintins

Cultura

As mais importantes entidades culturais do Estado são o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, a Academia Amazonense de Letras e a Associação Comercial do Amazonas, todas na Capital.



Abriga diversas bibliotecas, sendo as mais importantes as Bibliotecas Pública do Amazonas e Central da Universidade do Amazonas; e diversos Museus, entre eles o do Homem do Norte, o do Índio e o de Ciências Naturais.

As festas populares, que mais se destacam são o Festival Folclórico de Parintins, com a disputa entre os Bois Garantido e Caprichoso; Festa do Cupuaçu, em Presidente Figueiredo, em maio; Carnaval em Manaus; Festa do Açaí em Codajás ; Festa da Laranja em Rio Preto da Eva, em agosto; Festa do Guaraná em Maués; FECANI (Festival da Canção de Itacoatiara), em setembro; Festa da Banana em Coari; Festa da Castanha em Tefé; Festibal (Festival da Cultura Indígena), em Maués, em abril; e o Festival do Leite em Autazes.

Entre as festas religiosas as principais acontecem em Soure, com as dedicadas ao Menino Deus, São Pedro e ao Círio de Nossa Senhora de Nazaré. Conta, também, com a Folia de São Benedito, a Festa de São Roque (16 de agosto), a Festa do Divino (domingo de Pentecostes), a Alumiação (2 de novembro), e a Meia-Lua, procissão fluvial no Rio Amazonas.

Seu folclore é o resultado da miscigenação racial do branco europeu (português), do índio nativo, um pouco do negro escravo e do mascate libanês. As danças são representadas pelo Carimbó, pelo Lundum e pela Chula Marajoara (a Dança do Vaqueiro) e suas lendas, mistura entre lendas indígenas e superstições africanas, mais conhecidas são a do Pretinho da Bacabeira, do Vaqueiro Boa Ventura, da Mulher Cheirosa, do Curupira (anão de cabeleira rubra e pés ao inverso), da Cobra Grande, da Mãe de Fogo, do Boto Tucuxi (ser encantado em peixe), da Iara, do Uirapurú (pássaro encantado), do Urutaí (símbolo da quietude), da Matinta Pereira, do Muiraquitã (talismã de pedras verdes), da Boiúna (a quem são atribuídos os acontecimentos mais inverossímeis), do Maguapari (monstro das florestas), do Mapinguari (animal fabuloso, semelhante ao homem, mas todo cabeludo), do Poronominare (herói de um ciclo de aventuras), do Uiauara (duende assombrador) e da Carrocinha. Os folguedos mais comuns são a Vaquejada e o Boi-Bumbá.

Sua culinária típica é baseada em frutas tropicais, peixe e farinha de mandioca. Os peixes mais usados são: o Tambaqui, servido assado ou como caldeirada; o Pirarucu, conhecido como o bacalhau da região pelo processo de conservação utilizando o sal, o Tucunaré utilizado para as caldeiradas e o Jaraquí com farinha e molho de pimenta. Normalmente são servidos com molho de tucupi (sumo fermentado da mandioca). Além dos peixes, o Estado tem o Pato no Tucupi e o Tacacá (espécie de sopa indígena servida em cuias negras).

A farinha de mandioca é uma das principais combinações junto com as verduras e pimentas. Como sobremesas, quebra-queixo; broas; pamonhas, tapiocas com castanha. Os sucos são a base de frutas regionais como o cupuaçu, a graviola, o taperebá, o buriti, o maracujá, a pupunha, o tucumã, o açaí, o buriti, o bacaba, o patoá e o guaraná, que servem também para fazer doces, geléias, cremes e sorvetes.

O artesanato basicamente é representado pela cultura indígena, com as cestarias, utensílios e armas de caça e guerra, com predominância de traços geométricos. A população ribeirinha confecciona objetos com a massa do guaraná e elementos da floresta.

Economia

A economia se baseia no extrativismo, mineração, indústria e pesca. Os principais produtos extrativos são: a borracha, a castanha-do-pará, madeira, as gomas não elásticas cacau, essência de pau-rosa, óleo de copaíba, a piaçava, coco, bacuri e açaí,



ainda exploradas segundo métodos primários e de maneira insuficiente. A manga também é farta nas ruas e quintais.

A extração mineral vem-se ampliando e os produtos mais importantes são: ferro, bauxita, sal-gema, manganês, linhita, ouro, cassiterita (nos Municípios de Presidente Figueiredo e Novo Aripuanã), diamante, níquel, petróleo (no Município de Coari), gás, cobre, calcário, gipsita, chumbo, caulim e estanho.

Nos rios e lagos amazônicos são encontradas grandes quantidades de peixes, e suas florestas abrigam variada fauna, fazendo com que a caça seja uma atividade importante. Na agricultura, os principais produtos são: a juta, o guaraná, a mandioca, a pimenta-do-reino, o milho, a banana, a cana-de-açúcar, o feijão e a laranja.

Na pecuária, apresenta gado bovino (639,8 mil) e suíno (204,1 mil) criados principalmente nos campos de várzea.

Sua indústria se concentra na Cidade de Manaus, com estabelecimentos de beneficiamento de borracha, castanha-do-pará, madeiras, moinho de trigo e tecelagem de juta, além da produção de materiais elétricos, da indústria metalúrgica, da fabricação de relógios, da indústria alimentícia e de bebidas e da refinaria de petróleo de Manaus. A madeira é exportada para Alemanha, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos e os maiores consumidores domésticos são os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

História

O primeiro a chegar no território do Amazonas foi o espanhol Francisco de Orellana que desceu o Rio Marañon até alcançar o Atlântico (1539-1542), comunicando sua descoberta à Espanha e despertando o interesse dos Governos Colonialistas europeus, Portugal, França, Holanda e Inglaterra.

Mais tarde, os espanhóis ainda fizeram outra incursão à Amazônia, mas devido às dificuldades de conquistar o território, resolveram adiar a tarefa de colonizá-lo. Os ingleses e os holandeses resolveram, então, fazer incursões no Amazonas e começar a explorá-lo.

Em 1596 fundam feitorias e pequenos fortes, passam a fazer o comércio de madeiras e pescado e iniciam a plantação de cana, algodão e tabaco, através das Companhias de Londres e Flessingen. Os portugueses, nessa época, estavam expulsando os franceses do Maranhão e resolvem estender a conquista até o Amazonas, já que há a União Ibérica desde 1580.

Em 1616, inicia-se um combate entre portugueses e ingleses e holandeses ali estabelecidos, com vitória portuguesa.

Em 1640, com o fim da União Ibérica, o Pará encontra-se sob o domínio português pois os espanhóis haviam delegado a eles a ocupação do território. De 1648 a 1652, o bandeirante Antônio Raposo Tavares desce o Amazonas. Os portugueses conquistam os Rios Negro, Solimões e Branco, e se apossam formalmente da região. Iniciam-se as missões franciscanas e a construção de um forte em Guaporé.

Os portugueses enfrentam muitas dificuldades para se estabelecerem na região. No Rio Negro, os índios Manaos e na Bacia do Madeira, os Torás, lutam contra os colonizadores e os franceses, instalados em Caiena, fazem incursões na região.

Na zona do Solimões, os portugueses encontram missões castelhanas, e expulsam os padres e os soldados que as amparam, tomando posse da região entre 1691 e 1697, enquanto garantiam também o domínio na Região do Alto Madeira e na Bacia do Napo. Vários grupos religiosos iniciam a tarefa sistemática de colonização, espalhando suas



missões pelo vale amazônico e iniciando a exploração econômica. Começa a exportação regular de cravo, cacau, baunilha, canela, resinas aromáticas e plantas medicinais, sob o controle dos missionários e com a mão-de-obra indígena.

Com o objetivo de espalhar a fé católica e de ampliar o comércio de especiarias, os religiosos se transformam em nômades, seguindo sempre a margem dos rios, fundando aldeamentos que dão origem a dezenas de povoados, e se expandem cada vez pelo oeste. No Rio Negro, entretanto, a oposição indígena é violenta.

Nos anos seguintes, intensificam-se as atividades espanholas e francesas na região. Para melhor defender a posse lusitana no Amazonas, funda-se, em 1669, o Forte de São José do Rio Negro. A partir de 1750, se iniciam negociações com a Espanha sobre as terras invadidas e colonizadas.

Em 1755, cria-se a Capitania de São José do Rio Negro, separada do Pará, para consolidar o domínio luso do Amazonas, com Capital em Barcelos. Estimula-se a ocupação do território oferecendo privilégios a quem lá fosse morar.

Em 1759, os jesuítas são expulsos da região.

A economia da Capitania, entretanto, não vai bem. A Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão reprime as atividades extrativas de São José do Rio Negro, até que, em 1780, ocorre a recuperação econômica que dura até 1820. Criam-se pequenas indústrias de tecidos de algodão, manufaturas de çordoalhas, manteiga de tartaruga, cerâmica e velas, além da agricultura de café, tabaco, algodão, arroz, milho, cacau, mandioca, cana-de-açúcar, e da pecuária no Vale do Rio Branco. A Capitania chega a ser responsável por 1/3 da exportação total do Pará.

Incentiva-se as explorações científicas, trabalhos topográficos e ecológicos. Surge o Povoado da Barra, hoje Manaus, em 1786, e a Capital é aí instalada. Após a Independência a Capitania não passa a Província do Império, ocorrendo conflitos políticos. Em 1832, inicia-se uma guerra armada que desliga o território da Província do Pará e proclama o Amazonas, Província Imperial, sem reconhecimento por parte do Governo. Em 1833, passa a denominar-se Comarca do Alto Amazonas. Em 1850, a Comarca é promovida a Província, mas o progresso é lento. O crescimento demográfico é inexpressivo.

Inicia-se o surto da borracha e com ele chega a navegação a vapor, cria-se a Biblioteca Pública e o primeiro jornal. Cientistas identificam a flora, a fauna, o solo, o subsolo e os grupos indígenas. O Museu Botânico em Manaus é fundado em 1883 e nordestinos ocupam o interior em busca da borracha. Em 1884 a Província declara extinta a escravidão.

Com a Proclamação da República, a Província passa a Estado e Manaus é urbanizada. Aterram-se igarapés, abrem-se ruas, avenidas, praças, constroem-se edifícios públicos. Enquanto isso, a borracha dos seringais do Purus-Acre, do Juruá e do Madeira enriquecia o Amazonas.

Surgem o Teatro Amazonas, o Mercado Municipal, um complexo flutuante, galerias de esgoto, linhas de bondes e instala-se a iluminação elétrica, 2ª Cidade do País a ter este benefício. Tudo isso construído pelos ingleses e com suas matérias-primas.

Manaus adquire fama mundial. Em seu Teatro, apresentam-se as melhores companhias européias, a população aumenta. Chegam médicos, bacharéis, jornalistas, engenheiros, agrônomos, comerciantes e operários. Navios de vários países atracam em seu Porto.

O amazonense é o maior contribuinte, *per capita*, do Erário Federal. Apenas Manaus absorve o *boom* da borracha. Os demais centros urbanos não se desenvolvem, e entram em colapso, dando início a um movimento que desfralda a Bandeira do Amazonas para os



amazonenses, que só aceitam políticos do local. Em 1909, começa a desvalorização da borracha. O Amazonas sofre com a decadência. O funcionalismo público passou a ser caloteado. Explode a I Guerra Mundial. A navegação é suspensa para o Amazonas, inclusive a de navios nacionais. As casas comerciais alemãs e de aliados são colocadas na lista negra e a miséria cresce. A situação se prolonga até 1924, quando militares tomam o Governo.

Em 1953, o Governo Federal cria a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, transformada na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966, e oferece incentivos fiscais para a instauração de empreendimentos no setor da agroindústria. Instalam-se fábricas, moinhos de trigo, refinaria e usina.

Em 1956, a criação dos Territórios Federais de Rondônia e Roraima desfalcou o Estado em área e população. Seus Municípios desmembram-se, elevando-se para 44. No final dos anos 50, constrói-se a Rodovia Belém-Brasília, rompendo o isolamento da região. Em 1967, é criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), que permite um aumento do fluxo turístico na Cidade, conseqüentemente, constroem-se redes hoteleiras convencionais e de selva, *lodges* e um aeroporto internacional.

No início dos anos 70, estimula-se a instalação de empresas na região. Constrói-se a Transamazônica, que corta o Amazonas desde Jacareacanga, no Pará, até Humaitá, no Rio Madeira, e diversas agrovilas que atraíram milhares de migrantes com a concessão de lotes de terras. Porém o solo da região, depois da retirada das árvores, não se mostra adequado à agricultura e impede a fixação de grande número de migrantes. Grande parte das estradas é engolida pela floresta. Os grandes empreendimentos madeireiros e agropecuários causam graves problemas ambientais e conflitos com a população nativa. As áreas de saúde e educação são ineficientes.

Em 1987, o Governo Federal anuncia a descoberta de reservas de petróleo de qualidade muito superior ao da Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. Em 1989, inicia-se o movimento internacional pela preservação da Amazônia. Nos primeiros anos da década de 1990, a Zona Franca de Manaus enfrenta uma profunda recessão, que aumenta drasticamente o desemprego na região. Hoje estimula-se o turismo ecológico como forma de atrair brasileiros e estrangeiros.

Infra-Estrutura

A rede rodoviária conta 3 rodovias de longa distância, a BR-319, que liga Manaus a Porto Velho (RO), com 890 km; a BR-174, que liga Manaus a Boa Vista (RR), com 765 km; e a BR-230, a Transamazônica, que atravessa o sul do Estado, no momento interdita. Conta, ainda, com estradas estaduais que ligam Manaus a alguns Municípios, como a AM-010 - Manaus / Itacoatiara com 240 km; AM-070 - Manaus / Manacapuru com 80 km; AM-080 - Manaus / Autazes com 100 km; e a AM-363 - Manaus / Silves. No total, pouco mais de um terço é pavimentado. O Amazonas não possui ferrovias.

O transporte fluvial é o mais usado pela população, facilitado pela suavidade dos leitos dos rios, principalmente do Amazonas. Conta com a Hidrovia do Rio Madeira, que liga Porto Velho (RO) ao Amazonas, através de um sistema de barcaças.

O transporte aéreo conta com o Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, localizado a 15 km do Centro de Manaus, operando com aeronaves de qualquer tipo e porte para vôos internacionais e interestaduais e um anexo menor, chamado de "Eduardinho", com vôos para vários Municípios do interior do Estado e interestaduais.



Conta com o Porto de Manaus, capaz de receber navios de grande calado, construído em 1907, com docas flutuantes. Abriga a Zona Franca de Manaus, implantada em 1967, como centro industrial, comercial e agro-industrial, com influência em todos os Estados da Amazônia Ocidental (Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre) mais o Amapá. As empresas instaladas recebem incentivos fiscais dos Governos Federal, Estadual e Municipais e são administradas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

A energia solar é obtida através de coletores providos de células fotovoltaicas, que captam a radiação solar e a transformam em energia elétrica. A ELETRONORTE é a responsável pela geração de energia na Região Norte.

A Universidade Federal do Amazonas foi fundada em 1965. A fim de fiscalizar a floresta está sendo implantado o Projeto Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), com uma rede integrada de telecomunicações que recebe imagens por meio de satélites.

Quadro Humano

Sua população é uma das mais rarefeitas do País e sua distribuição se faz ao longo dos rios, sendo constituída quase inteiramente de caboclos e de nordestinos, vivendo em casas sobre palafitas. Cerca de 74% da população vive na zona urbana e 26% na zona rural. Conta, ainda, com portugueses, japoneses, sírio-líbaneses e espanhóis, porém em pequeno número e com 33 grupos indígenas. Do total da população 50,2% são do sexo masculino, 66,7% pardos, 29,9% brancos, 2% negros e 1,5% amarelos ou índios.

Manaus concentra quase metade da população e desempenha o papel de Capital Regional para uma vasta área, que inclui, além do Estado do Amazonas, o Acre e Roraima.

Quadro Natural

Seu relevo, em quase sua totalidade, é composto por terras baixas, chamadas de terra firme, quando estão fora das cheias; terra de várzea (inundada em determinados períodos) e Igapós (planície de inundação). As elevações são encontradas nos limites com o Estado de Roraima e a República da Venezuela, onde encontramos as Serras de Itapirapecó, Imeri (local onde se encontra o pico culminante do Brasil, o Pico da Neblina com 3.014 m), Urucuzeiro e Cupim. Cerca de 61% da superfície do Amazonas se situa abaixo de 100 m, 32% entre 100 e 200 m e somente 7% acima dos 200 m de altitude.

O clima é tropical quente e chuvoso, com exceção da região oriental, onde há uma estação seca nos meses de julho e agosto. O Rio Negro tem o ponto máximo de sua cheia em junho e maior vazante em setembro. Em virtude de serem intensamente lavados pelas chuvas, os solos de terra-firme são em geral pobres em nutrientes minerais. Já os solos de várzea, sujeitos a inundações, renovam-se periodicamente pela deposição de aluviões, mantendo-se férteis.

Sua vegetação é densa e heterogênea, formando a Floresta Equatorial, a maior do Planeta, recobrando 90% da superfície do Estado, que se divide em:

- **Mata de Terra-Firme** - Livres das inundações periódicas, é o local onde se encontram árvores com copas tão grandes que impedem a penetração dos raios solares, fazendo do interior da floresta um lugar escuro, como por exemplo, a castanheira;
- **Mata de Igapó** - Inundada quase permanentemente é formada pelas trepadeiras, arbustos e árvores de 20 m que, na época das cheias, só deixam à vista suas copas, tendo como exemplo a vitória-régia, conhecida como a "Rainha dos Lagos", símbolo da Amazônia;



- **Mata de Várzea** - Localizada entre a terra firme e os igapós, tendo como exemplo a seringueira.

Ocorrem ainda campos limpos, nas várzeas, e campos cerrados, nas terras firmes. Calcula-se que cerca de 500 mil km² da Amazônia esteja desmatada. Sua flora oferece uma série de plantas medicinais, entre as quais o guaraná, a copaíba e o urucúm. As frutas regionais comestíveis da Amazônia são cerca de 300. A maioria delas tem ocorrência também no Amazonas. As mais consumidas e comercializadas são: açaí, guaraná, cupuaçu, castanha-do-pará, camu-camu e pupunha.

Os animais da floresta, em sua maioria, são de pequeno e médio portes, incluindo felinos, roedores, aves, quelônios e primatas. O maior deles é a anta. Os animais silvestres se constituem numa das principais fontes de alimentação para os habitantes de terra-firme. Alguns animais encontram-se ameaçados de extinção e são protegidas por órgãos especializados do Governo, como por exemplo o macaco uacari-branco, o sagüi, o papagaio-do-peito-roxo, o tamanduá-bandeira, a preguiça-real, o tamanduá, o mutum, a lontra, a anta, o porco-do-mato, o maguari, a arara-vermelha, o veado-galheiro e a onça. Existem cerca de 3.000 espécies de peixes na Amazônia, muitas ainda desconhecidas. Das várias espécies de peixes existentes, se destacam o tucunaré, o dourado amazônico, o gamitana e a pescada. A piranha e o pirarucu são encontrados em abundância. Os peixes mais pescados são: o tambaqui, o jaraqui, o curimatã e o Pacu.

Sua hidrografia pertence à Bacia Amazônica, que representa 1/5 de toda a reserva de água doce do Planeta, possuindo 20 mil km de vias navegáveis. Seu rio principal é o Amazonas, o segundo mais extenso do mundo e o primeiro em volume de água e com mais de 7 mil afluentes. Ao longo dos rios observam-se numerosos lagos, entre os quais se destacam os de Coari, Badajós, Piorini e Canaçari e o Arquipélago de Anavilhanas, formado por 400 ilhas, no Rio Negro.

Parques Estaduais:

Parque	Área total (ha)	Municípios
Serra do Araçá	1.818.700	Barcelos
Nhamundá	28.370	Nhamundá

Reservas Estaduais:

Reserva	Área total (ha)	Municípios
Biológica do Morro dos Seis Lagos	36.900	São Gabriel da Cachoeira

Turismo

Manaus é o único centro de atração turística do Estado, com o Teatro Amazonas, seus palácios e suas igrejas. Os passeios de barco pelos Rios Negro (com águas escuras) e Solimões (com águas barrentas), principalmente onde se verifica o encontro das águas, que correm lado a lado sem se misturarem, por uma extensão de cerca de 6 km, formando o Rio Amazonas; a pororoca, encontro das águas do Amazonas e do Oceano Atlântico formando grandes ondas que destroem árvores e as margens do Rio; as piscinas naturais de Flores, Turumãzinho e Bosques; as praias fluviais de Ponta Negra e Cacau Pirera; e a Cachoeira de Turumã Grande são pontos de grande interesse turístico. Presidente Figueiredo, Silves, São



Gabriel da Cachoeira, Barcelos, Novo Airão, Iranduba e Manacapuru desenvolvem o turismo ecológico e Parintins atrai pelo Festival Folclórico que acontece em junho, durante 3 noites. Na Região Amazônica existem vários parques ecológicos onde o turista pode fazer passeios de canoas pelos igarapés.

No Estado encontram-se hotéis de selva ou *lodges* que são construídos na margem de rios, flutuando sobre as águas e oferecem caminhadas na selva, visitação a residência de ribeirinhos, instru o de sobrevivência na selva, pescarias, focagem de jacarés, nata o e muito mais. Ficam em Manaus e em outros Municípios das proximidades. Para compras a boa op o é a Zona Franca que conta com inúmeras lojas oferecendo artigos estrangeiros.

Culinária Amazonense

A culinária do Amazonas é a que mais preservou as origens pois é basicamente indígena, com pouca influência portuguesa e africana. É a mais exótica do País. Caracteriza-se pelo uso de peixes de água doce, pela farinha do Uarin , com grãos grossos e amarelados; pelo jambu, que possui a capacidade de adormecer os lábios quando mordemos o seu talo e pela chicória. A tartaruga é o mais tradicional prato da culinária amazonense.

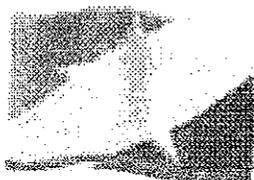
Receitas:

Salgados

Caldeirada de Peixe
Caldo de Vitela
Javali   Moda da Selva
Moqueca de Pirarucu
Moqueca de R 
Pato no Tucupi
Pirarucu de Casaca
Tacacá
Tambaqui na Brasa
Tucunaré de Forno
Tucupi

Doces

Bolo de Guaran 
Bolo de Pupunha
Doce de Buriti
Paçoca de Buriti
Pamonha
Pudim de Açai
Pudim de Cupuaçu
Pudim de Tapioca
Torta de Cupuaçu



Roraima - RR

Dados Gerais

Roraima é o Estado mais setentrional do País. Seu nome inicialmente foi Rio Branco, mas devido a confusões com a Capital do Acre, passou a se chamar Roraima, nome indígena lanomâmi, que presta uma homenagem ao maior dos tepuis (montanhas constituídas por arenito e conglomerados de quartzo), o Monte Roraima, que por sua vez tem este nome por ser a Montanha (ima) Verde Azulada (rora), cor dada pela defração do sol.

- Localização: Noroeste da Região Norte
- Sigla: RR
- Área: 225.116,1 km²
- Limites: Venezuela (N e NO), Guiana (L), Pará (SE) e Amazonas (S e O).
- Relevo: Planalto (N) e depressões (S)
- Vegetação: Floresta Amazônica e cerrado
- População: 324.152 habitantes (2000)
- Habitante: Roraimense
- Densidade populacional: 1,43 hab/km²
- Municípios: 15
- Analfabetismo: 18,78%
- Rios principais: Branco, Tacutu, Uraricoera, Alalaú e Catrimani
- Clima: Equatorial (N, S e O) e tropical (L)
- Capital: Boa Vista
- Temperatura média anual: 28°C
- Chuvas: Abril a setembro
- Hora local (relação à Brasília): -1h
- Cidades mais populosas: Boa Vista, Mucajaí, Alto Alegre e Normandia.
- Atrações: Boa Vista, Normandia e Mucajaí

Cultura

O artesanato do Estado apresenta fortes características indígenas. Os lanomami executam vários tipos de trabalhos como, cestos, leques, tipóias, redes, etc. Na Capital realiza-se aos domingos a Feira de Artesanato e Comidas Típicas, com peças de cerâmica, cipó, couro, madeira, fibras e pedra-sabão, destacando-se as panelas de cerâmica macuxi. Sua culinária recebe influência do Maranhão e apresenta as características dos pratos amazônicos, com o peixe como prato principal.

Sua música apresenta forte influência das músicas caribenha, andina, do *reggae* e da própria MPB.



A cultura lanomâmi se espalha no Estado. Eles são parte dos povos mais primitivos do Planeta, e se conservam, ainda, em estado silvestre, vivendo com costumes milenares, sendo comparados à Era Neolítica. Não conhecem a escrita, sistema numérico, contam no máximo até 2, usam como calendário as luas crescente e minguante, desconhecem o uso de metais e antes do contato com os brancos, não conheciam panelas, facões e faziam o fogo pelo atrito de gravetos. Andam nus e vivem de pequenas culturas produzidas pela comunidade local (banana, mandioca e cana). Caçam, pescam e plantam para sobreviver. São um povo nômade. Cada índio possui mais de uma mulher, podendo este número ultrapassar 10. São muito risonhos e gostam de festas e de se enfeitar com tintas naturais da floresta e penas coloridas de aves da mata. Quando um membro da aldeia morre o corpo é incinerado e as cinzas são comidas pelos demais em uma espécie de mingau feito à base de banana. Atualmente, existe problema de alcoolismo entre os lanomami, que trocam artesanato e vassouras por bebidas alcoólicas e são freqüentes a prisão e o espancamento deles.

Economia

A economia do Estado se baseia na agricultura, na pecuária e no extrativismo. Na pecuária, conta com o gado bovino (348,8 mil), desenvolvido nas áreas de campo cerrado, voltado para os mercados da Venezuela e da Guiana e com suínos (59,6 mil) e galináceos.

Na agricultura, seus principais produtos são: arroz, feijão, laranja, milho, mandioca, banana, café, cacau, amendoim, girassol, guaraná e caju.

O extrativismo se faz de forma limitada devido ao processo de demarcação de terras indígenas, mas são explorados a castanha-do-pará, gomas não-elásticas, as madeiras e os minérios, ouro, diamantes, cassiterita, molibdênio, bauxita, cobre, areia, argila e granito. A industrialização ainda é deficiente, porém já encontra-se algumas da construção civil, produção de móveis, confecções, utensílios domésticos e alimentos industrializados.

História

As primeiras explorações em suas terras são feitas por volta de 1670 pelos portugueses, holandeses, espanhóis e ingleses que tinham o interesse de capturar os índios, que viviam no território, e escravizá-los. Inicia-se uma série de batalhas pela posse da terra e só em 1718, os portugueses derrotam e expulsam todos os invasores e estabelecem a soberania sobre a região.

Durante o século XVIII vários grupos portugueses capturaram e dizimaram selvagens e recolheram drogas do sertão. A partir de 1725, missionários fazem diversas visitas ao território tentando, sem sucesso, conquistar a confiança dos índios Manaos que estavam fazendo contato com o Suriname. Esse contato chegou ao seu clímax quando em 1741, os holandeses atingem o Rio Branco e o Rio Negro e intensificam sua aproximação através dos Rios Tacutu e Jauaperi. Os portugueses se assustam com isso e constroem um posto fortificado para efetivar sua soberania.

Entre 1771 e 1773, os espanhóis invadem o território português, vindo do Orenoco, estabelecendo-se no Rio Uraricoera, onde fundam os núcleos populacionais de: Santa Rosa, São João Batista e Santa Bárbara. Por esta ocasião, o Governo Brasileiro não tinha controle sobre as terras do Vale do Rio Branco.



Em 1775 os portugueses constroem o Forte São Joaquim na confluência dos Rios Uraricoiera e Tacutu, localização onde se poderia controlar a entrada em direção à Venezuela e à então Guiana Inglesa e passam a ter o domínio da região. Criam povoados reunindo os índios do local, entre os quais a Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio (no Rio Uraricoera), São Felipe (no Rio Tacutu) e Nossa Senhora do Carmo (futura Boa Vista) e Santa Bárbara (no Rio Branco). Os índios não aceitam as condições impostas pelos portugueses e em 1781 os abandonam.

Em 1784, há nova tentativa de colonização por aldeamento, com a fundação de 4 novas aldeias, causando uma grande revolta denominada como Revolta da Praia de Sangue. A Coroa Portuguesa, então, abandona a idéia de aldeamento e decide efetivar a colonização do Rio Branco, com a introdução do gado bovino e eqüino.

Em 1789, a primeira fazenda foi montada no Rio Uraricoera com o nome de Fazenda São Bento, depois cria-se a Fazenda São José, no Tacutu e posteriormente a Fazenda São Marcos (1799). Esta ainda hoje existe, pertence aos índios e está localizada em frente ao local onde existia o Forte São Joaquim.

Os fazendeiros passaram a usar a mão-de-obra indígena em suas fazendas mas descuidavam dos pagamentos de seus trabalhos gerando revolta. Os conflitos se tornam freqüentes nessa época.

Em 1890, funda-se o Município de Boa Vista do Rio Branco, pertencente à Província de São José do Rio Negro, hoje o Amazonas, porém a região não se desenvolve, culminando com a desativação do Forte São Joaquim, em 1900. A disputa pelas terras com a Inglaterra continuam, e só terminam definitivamente em 1904, com a arbitragem do soberano italiano Vítor Emanuel II, que tirou do Brasil o trecho do Pirara, incorporado à Guiana Inglesa. Nesse período chega à região os primeiros migrantes nordestinos que vinham foragidos da seca, ou atrás da borracha, desencadeando novamente o interesse do Governo da Província.

Abre-se um caminho na selva entre Manaus e Boa Vista, facilitando o fluxo migratório de nordestinos e também de missões religiosas que fundam os colégios São José e Euclides da Cunha, a Igreja Matriz, a Prelazia e o Hospital Nossa Senhora de Fátima. O desenvolvimento, porém, é lento.

Em 1943, desmembra-se do Amazonas e junta-se os Municípios de Boa Vista e de Moura numa nova unidade da federação, denominada de Território Federal do Rio Branco, com o objetivo de receber estímulos do Governo Federal e com isso incrementar o povoamento e desenvolver a economia.

De 1951 a 1952, inicia-se um grande programa de colonização com a criação das colônias do Mucajaí (Colônia Fernando Costa), Cantá (Colônia Brás Aguiar) e Taiano (Colônia Coronel Mota), constituídas principalmente por migrantes maranhenses. O Território, porém, é mal governado e não alcança o desenvolvimento esperado.

Em 1962, devido a confusões que ocorrem pelo mesmo nome do Território e da Capital do Território do Acre, seu nome é mudado para Território Federal de Roraima. No início da década de 1980, começaram os conflitos entre agricultores, garimpeiros e índios pelo uso da terra. Suas riquezas minerais atraíam cada vez mais pessoas, principalmente de Rondônia. O Governo Federal, em 1982, resolve criar a Reserva Ianomâmi, gerando grandes protestos por parte de fazendeiros e garimpeiros. Depois disso, os ianomâmis tiveram suas terras freqüentemente invadidas pelos garimpeiros, sofrendo prejuízos irreparáveis, sendo necessária a intervenção do Governo Federal.

Em 1988, Roraima passa à condição de Estado e com isso, por muitas mudanças significativas, tanto em sua estrutura administrativa como em sua economia. Chega a energia elétrica, a saúde, a educação e aumenta a oferta de empregos.



A corrida do ouro prossegue, com altos índices de violência e pouca segurança, custando a vida de muitos garimpeiros. Em 1992, os garimpeiros invadem as áreas indígenas de outras tribos, pois só as ianomâmis são demarcadas. Roraima perde o controle sobre a maior parte de seu território. O Ibama proíbe a exploração econômica de 84% das terras do Estado.

A economia do Estado depende da cassiterita, mas as melhores jazidas ficam na reserva dos ianomâmis e dos índios Macuxis, mantendo acesa a disputa pelo uso da terra. Em 1998, a estiagem aliada a queimadas feitas por pequenos agricultores causou um dos maiores incêndios já ocorridos na história do Brasil. Foram 2 meses de fogo que destruíram pelo menos 30% da floresta e lavrado roraimenses. Os focos de incêndio se concentraram na Região Norte, atingindo as Colônias de Apiaú, Boqueirão e as Confianças.

Seu longo período ocasionou distúrbios respiratórios e infecções oculares na população, além da falta de alimentos em algumas comunidades indígenas, provocando desnutrição e piorando as condições de saúde da população.

Infra-Estrutura

A malha viária possibilita a conexão do Estado com todo o Brasil e com Países latinos. Conta com 3 rodovias federais: a BR-174, que faz a ligação com Manaus e Venezuela, passando por vários Municípios de Roraima, cortando-a de sul ao norte, asfaltada em 1998; a BR-210 Perimetral Norte, que faz a ligação com os Municípios de São João da Baliza, São Luiz e Caroebe, cruzando o Estado no sentido leste/oeste, chegando ao limite com o Estado do Pará; e a BR-401, que faz a ligação de Boa Vista com Bonfim e Normandia conectando-as à fronteira da Guiana. Conta ainda com rodovias estaduais que ligam várias regiões do Estado com as rodovias federais.

Todas as Cidades e Vilas do interior são servidas pelos ônibus intermunicipais e interestaduais diariamente, sendo o transporte rodoviário o mais usado pela população. No Estado não há ferrovias.

Há um Porto Fluvial em Caracará que funciona no inverno. O Estado conta com um Barco-hospital dotado de centro cirúrgico, UTI pós-operatório, radiologia e laboratório que leva a assistência médica às regiões de mais difícil acesso, inclusive às comunidades indígenas. O transporte aéreo faz a ligação de Boa Vista, diariamente, com qualquer parte do Brasil ou do mundo.

O sistema de telefonia atende todas as sedes de Municípios no interior e na Capital e a telefonia celular móvel só atende o Município de Boa Vista.

A energia elétrica é comprada da Venezuela, através do projeto LINHA DE GURI, que está em andamento. Em 1993, o Rio Jatapu foi represado para a construção de uma nova hidrelétrica, destinada a suprir a crônica deficiência de energia no Estado.

Conta com uma Universidade Federal, a UFRR; com formação profissionalizante com a atuação do SENAI, SENAR, SENAC, SEBRAE e com a Escola Técnica Federal de Roraima. Desenvolve cursos de formação de professores para comunidades indígenas, o projeto denominado Caimbé, que proporciona a conservação da cultura original das comunidades, além do conteúdo programático normal de qualquer escola.

Quadro Humano

A população é formada por: índios, caboclos, desbravadores portugueses e migrantes de várias regiões do País, com predominância de maranhenses, amazonenses e cearenses, embora conte com as outras regiões também. A população masculina é de 51,1% do total e 76,1% do total são urbanos. 68,5% são pardos, 25,6% brancos, 3,2% negros e 2,7% amarelos ou índios. O Estado apresenta um grande contingente populacional indígena.

Das etnias que formam a população indígena de Roraima a Macuxi é, hoje, a mais populosa. Eles chegaram à região junto com ingleses procedentes do Caribe e quando da visita dos expedicionários, ofereciam suas jovens para casamento, por isso, são os que mais se destacam quanto ao contingente populacional e organização. Têm população de 11.598 pessoas, vivendo na região de lavrado e, praticando a pecuária.

Além destes, várias outras etnias compõem o Estado, como por exemplo, os Wapixanas, a segunda maior tribo de Roraima, Taurepangs, os Ingarikós, os Uaimiris / Atroaris e os Maiongongs, além dos lanomâmis que não têm muito contato com os não índios, embora atualmente esse quadro esteja se revertendo. É o Estado com menor densidade demográfica. Mais de metade da população se concentra na Capital, Boa Vista. O restante se encontra disperso na região de campos cerrados.

Quadro Natural

Cerca de 60% da superfície de Roraima se encontra abaixo de 200 m de altitude, 25% entre 200 e 300 m, 14% entre 300 e 900 m e 1% acima de 900 m. Dominam no Estado grandes extensões de relevo plano ou levemente ondulado. É composto de planalto e escarpas, ambas integrantes do Planalto das Guianas. As escarpas constituem a borda de um planalto mais elevado que domina o norte com recebem em o nome de Serras Parima e Pacaraima e Monte Roraima, este último com 2.875 m de altitude.

Seu clima é quente e úmido. Só existem duas estações no ano: inverno (período de chuva) e verão (período seco). Os meses de junho e julho são os que mais chovem, enquanto dezembro e janeiro são os mais secos. A temperatura é amena nas regiões com maior altitude e podem chegar a 6°C à noite em altitudes como a do Monte Roraima.

Sua hidrografia pertence à Bacia do Rio Negro e tem como principal rio o Rio Branco que em Roraima forma uma bacia. As chuvas influenciam na quantidade de água no Rio Branco. Durante o verão ele fica quase que intráfegável para barcos grandes. Isso dificulta muito o transporte fluvial entre Manaus e Caracarái (Cidade-Porto de Roraima).

Sua vegetação é a floresta tropical na parte meridional e ocidental e campos cerrados, conhecido também como savana, na porção setentrional e oriental. Na região serrana os vales são ricos em húmus e com gramíneas de boa qualidade para os animais de criação.

Nas margens dos rios temos matas de terra firme, de várzea e igapós.

Sua fauna é bem rica. Nas florestas encontramos onça, anta, jacaré, lontra, veado, macacos e muitas outras espécies; nos campos, tamanduás, tatus, jabutis, cutias, cobras, etc e na Bacia do Rio Branco, uma grande variedade de peixes, entre eles pacu, tucunaré, surubim, piranha, traíra, além de tartarugas. Apresenta também grande quantidade de pássaros, como o jaburu, garças e carcarás.

Parques e Reservas Estaduais:

Todos são Parques e Reservas Nacionais.



Turismo

O Estado está despertando para o ecoturismo, pois é rico em cenários naturais, com serras, rios e cachoeiras, igarapés, orquídeas e bromélias, o clima ameno de montanha e os buritizais. O Rio Branco possui praias de areias brancas e sua água límpida, ideal para natação e pesca amadora. Pode-se, ainda, visitar as ruínas do Forte São Joaquim e a Fazenda São Marcos.

A cerca de 140 km de Boa Vista está o conjunto arqueológico e paleontológico de Pedra Pintada, um *inselberg*, com pinturas e gravações rupestres. O Monte Roraima é, sem dúvida, a atração de maior beleza, inserido no Parque Nacional de mesmo nome. Permanentemente envolvido em neblina, a difração dos raios de luz dá às paredes verticais uma tonalidade azulada, fazendo com que os turistas se surpreendam com a beleza.

Na Semana Santa, na Cidade de Mucajaí, à 51 km de Boa Vista na BR-174 (sentido Manaus), todos os anos acontece um espetáculo artístico, ao ar livre, que encena a Paixão de Cristo, muito freqüentado por turistas.

Culinária Roraimense

A culinária de Roraima tem opções variadas misturando as características das regiões Nordeste, Sul e Sudeste, fruto da diversidade de colonizadores. Não possui uma comida tipicamente regional.

Receitas:

Salgados

Carne-de-Sol ao Forno
Paçoca com Banana
Pernil de Cabrito Assado
Pirarucu de Casaca

Doces

Cuscuz
Tapióquinha
Torta de Castanha-do-Pará
Torta de Cupuaçu



Pará - PA

Dados Gerais

Porta de entrada da Amazônia, abriga a maior ilha fluvio-marítima do mundo, a Ilha de Marajó. Seu nome, Pará, em tupi, quer dizer mar, pois, ao se juntar com o Rio Tocantins, lembra uma imagem oceânica, de onde não se pode ver a outra margem.

- Localização: Centro da Região Norte
- Sigla: PA
- Área 1.253.164,5 km²
- Limites: Suriname e Amapá (N), Oceano Atlântico (NE), Maranhão e Tocantins (L), Mato Grosso (S), Amazonas (O), Roraima e Guiana (NO)
- Relevo: Planície Amazônica e planalto
- Vegetação: Mangues, campos, cerrados e floresta Amazônica
- População: 6.188.685 habitantes (2000)
- Habitante: Paraense
- Densidade populacional: 4,93 hab/km²
- Municípios: 143
- Analfabetismo: 20,99 %
- Rios principais: Amazonas, Tapajós, Tocantins, Jari e Pará
- Clima: Equatorial
- Capital: Belém
- Temperatura média anual: 27 °C
- Chuvas: Novembro a junho
- Hora local (relação à Brasília): - 1h (Santarém até Limite Oeste)
- Cidades mais populosas: Belém, Santarém, Marabá, Altamira, Castanhal e Abaetuba.
- Atrações: Belém, Ilha de Marajó, Santarém

Cultura

O Estado conta com o Museu Paraense Emílio Goeldi, de fama internacional, com o Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e o do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará. As principais bibliotecas são a Biblioteca e Arquivo Público e a da Universidade Federal do Pará (40 mil volumes). Conta com 4 universidades, além de diversas faculdades isoladas.

Seu folclore apresenta o Boi-de-Reis, o Boi-Bumbá (variante do Bumba-meu-Boi), a Marujada e o Carimbó; e suas festas mais populares são as de São João e a Festa Religiosa de Nossa Senhora de Nazaré, em outubro, quando se realiza a Procissão do Círio, que atrai multidões de fiéis e turistas.



A culinária recebe grande influência indígena e seus mais típicos pratos são: o pato ao tucupí, o tacacá, a maniçoba (folhas da mandioca), moídas e cozidas e as casquinhas de siri. Suas bebidas típicas são principalmente preparadas com o açaí e entre seus doces típicos destaca-se o doce de cupuaçu.

O artesanato, também, tem características indígenas e se destaca a cerâmica, que se divide em Marajoara (detalhes em alto e baixo relevo, com cores fortes); Santarena ou Tapajônica e Maracá. As peças mais comuns são as urnas e vasos funerários, as tangas e as estatuetas. São comuns outros artigos como a juta, o tururi e o miriti, de onde fabricam-se cestos e brinquedos que são comercializados na época do Círio do Nazaré. O artesanato paraense pode ser encontrado em feiras de artesanato de Belém, barracas nas praças, lojas especializadas e em Icoaraci. A cultura indígena é a grande responsável pela presença de ervas medicinais, raízes milagrosas, amuletos, banhos-de-cheiro, olhos de boto, dentes de jacaré e animais empalhados nas feiras populares do Pará.

Economia

Sua economia se baseia no extrativismo, na agricultura, na pecuária e na indústria. A extração de madeira, castanha e borracha são das mais lucrativas fontes de rendas do Pará e na mineração destacam-se o ferro, a bauxita, o manganês, o alumínio, o cobre, o níquel, o calcário, o caulim, o ouro e o estanho. Também se exploram diamantes e cristal de rocha, no Vale do Tocantins. Perfurações da Petrobrás, no Médio Amazonas, revelaram um dos maiores depósitos de sal-gema do Mundo. As reservas de bauxita de Carajás são consideradas gigantescas.

Na agricultura, o Pará é hoje o maior produtor nacional de dendê, mandioca e pimenta-do-reino e o segundo maior produtor de abacaxi. Sobressai ainda a juta, laranja, café, cacau, cana-de-açúcar, arroz, milho, feijão, palmito e coco-da-baía. A agricultura familiar ainda é a base da produção.

Na pecuária, os rebanhos de bovinos (8,1 milhões) e suínos (2 milhões) são os mais numerosos da Amazônia. A maior parte dos bovinos encontra-se na Ilha de Marajó, onde encontramos também o rebanho bubalino (714,1 mil), fazendo do Pará o maior criador nacional. Segue-se o eqüino (255,1 mil) e o ovino (155,7 mil).

A atividade industrial está concentrada, quase que totalmente, em Belém, destacando-se os produtos alimentícios, tecidos, minerais não-metálicos, madeira. Os produtos industriais mais importantes são: os tecidos de juta, a madeira serrada (ou desdobrada), o cimento e vários tipos de bebidas.

História

Os portugueses começam a fazer incursões no atual território do Estado do Pará durante a União Ibérica, no século XVI. Na mesma época, holandeses, ingleses e franceses o invadem em busca de sementes de urucum, guaraná e pimenta. A Coroa Ibérica se vê diante da necessidade de consolidar seu domínio pela Região Norte do País.

Em 1616, uma expedição entra num rio, hoje chamado Guajará, junto à Ilha de Marajó e constrói o Forte do Presépio, origem da Cidade de Belém. Entretanto, a colonização do território para ser eficiente, é preciso destruir os engenhos holandeses que existem ali.

A metrópole envia reforço militar, estimula à emigração para as zonas estratégicas e descentraliza a administração da região. Inicia-se a colonização.



Em 1621, passa a fazer parte da Capitania do Maranhão e Grão-Pará, subordinado diretamente a Portugal, abrangendo a área dos atuais Maranhão, Piauí, Ceará e Pará e 6 Capitânicas, a de Caeté, Cabo do Norte, Marajó, Cametá, Xingu e a Capitania Real de Gurupá. Os missionários entram pelo sertão. Em 1647, destrói-se os últimos contingentes holandeses. A economia paraense firma-se na exportação de cana, algodão, café e cacau. Em 1667, Portugal envia degredados com o objetivo de aumentar o número de colonos. A agricultura prospera.

Logo após o Tratado de Madri, de 1750, que deu a Portugal o direito de posse sobre uma vasta área até então pertencente à Espanha, começam a ser construídas novas fortalezas em pontos da fronteira.

Entre 1752 e 1754 as Capitânicas passam à Coroa e em 1755, o Governador do Grão-Pará extingue a escravidão indígena e acaba com a influência jesuítica nas missões e para dinamizar a economia regional e estimular as atividades agrícolas além do extrativismo, é criada a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A Capitania do Maranhão e Grão-Pará é desfeita em 1774.

Em 1778, chegam casais açorianos à região e surgem algumas localidades, como Óbidos. A região desenvolve-se rapidamente e, no início do século XIX, Belém desponta como um grande centro urbano, com edificações de vulto, civis e religiosas e um jardim botânico para estudos de espécimes vegetais.

Em 1821, a Revolução Constitucionalista do Porto, em Portugal, encontra apoio no Pará, marcando o Estado como o primeiro a se revoltar no País inspirado no liberalismo. Entretanto, o Pará, devido à autonomia imposta pela Metrópole, fica à margem dos acontecimentos do restante do País e fica excluído da Independência do Brasil, necessitando de várias batalhas para ser incorporado ao Governo Imperial. O domínio português só termina em 1823. Inicia-se uma série de revoltas pela Província, revelando a impotência das autoridades: a mais importante, a Cabanagem (1835), chega a decretar a sua Independência. Quando a Cabanagem é dominada, a população da Província encontra-se dizimada e muitos núcleos, em áreas produtivas, desaparecem. A lavoura e a pecuária acham-se arruinada. Nesta época, metade da década de 1850, as reservas de seringueiras da Amazônia despertam o interesse do Reino Unido e dos Estados Unidos, que promovem expedições científicas à região.

Surge, então, em 1870, estudos sobre a arqueologia amazônica, tendo no Pará, a cultura marajoara do Pacoval, na área do Lago Arari (foz do Amazonas) despertado maior interesse. De 1870 em diante, o Pará se integra totalmente ao restante do País e sua economia e seu povoamento crescem gradativamente devido ao ciclo da borracha.

Belém volta a ser metrópole regional. Abrem-se novas ruas e avenidas com traçado moderno; empresas bancárias (Banco do Pará, Banco de Belém, Banco Comercial do Pará), hotéis, hospitais, teatros, a Biblioteca Pública de Belém e o Museu Paraense (hoje Goeldi), e constroem-se casas. Em 1874 estabelece-se a ligação telegráfica entre Belém e o Rio de Janeiro, e em 1896 começa a funcionar o serviço de luz e força.

Com o colapso da borracha, em 1919, o Pará entra numa fase difícil. Em algumas regiões, implantam-se novos recursos econômicos com o objetivo de equilibrar a economia do Estado, como por exemplo a lavoura em Bragança, a pesca em Salgado e o gado em Marajó.

De 1950 em diante, inicia-se um novo período de recuperação econômica do Pará. A abertura da Rodovia Belém-Brasília e da Transamazônica, a aplicação de recursos governamentais nas comunicações e usinas hidrelétricas e a criação da Superintendência da Amazônia (SUDAM) levam para a Amazônia investimentos de grandes empresas e



incentivos à diversificação econômica, além do retorno dos fluxos migratórios. Entre 1970 e 1980, vários projetos polêmicos foram executados no Estado. A construção da Usina de Tucuruí, inaugurada no final de 1986, projetada para fornecer energia para o futuro parque industrial do Estado, desperta uma série de denúncias sobre o desmatamento e o desastre ecológico; o garimpo de Serra Pelada causa uma migração caótica que arruína a vida e a saúde de milhares de pessoas e esgota seus recursos devido à exploração descontrolada; surgem conflitos fundiários com sucessivos crimes de morte.

Um dos poucos projetos que dão certo, é o Projeto Carajás, exportação do minério de ferro extraído da Serra de Carajás através do Porto de Itaquí, no Maranhão. Em 1996, é anunciada a descoberta de uma das maiores jazidas de ouro do mundo, em Serra Leste, provocando um grande conflito entre a Companhia Vale do Rio Doce (autorizada a explorá-la) e os garimpeiros de Serra Pelada, que alegam ter direito de lavra sobre a área, necessitando a intervenção do Exército e da Polícia Federal.

Um dos principais problemas sociais enfrentados pelo Estado é a grande concentração fundiária, que provoca conflitos entre trabalhadores rurais sem-terra, grileiros, posseiros e índios.

Infra-Estrutura

A energia elétrica é gerada pelas Hidrelétricas de Curuá-Una e Tucuruí, a maior genuinamente nacional.

O transporte fluvial é o mais usado pela população e o Porto de Belém é o mais importante da região amazônica.

Não existem ferrovias. Na rede rodoviária, o Estado conta com a Belém-Brasília (BR-010), a Belém-São Luís (BR-316), e a Transamazônica (BR-230), ainda incompleta. As rodovias estaduais mais importantes são a PA-150, Marabá-Belém; a PA-275, que dá acesso a Carajás; e a PA-332, Marabá-São Luís.

O Estado conta com 3 distritos industriais localizados nos Municípios de Belém, de Ananindeua (Região Metropolitana de Belém), de Marabá e 2 polos industriais, em Tucuruí e Barcarena. Conta com Aeroporto em Belém, Tucuruí e Marabá.

Quadro Humano

A população é composta pela miscigenação entre índios e europeus, gerando o caboclo. A partir do século XVII, acrescentou-se o negro. 66,5% da população encontram-se nas Cidades e 50,5% são homens, 72,4% são pardos, 25,3% brancos, 2,1% negros e 0,2% amarelos ou índios.

Mais de metade da mão-de-obra ocupa-se de atividades agropecuárias e extrativas. Os povos indígenas, ainda hoje, são habitantes do Pará. Formam 32 povos, com aproximadamente 16 mil índios, falando línguas de três troncos distintos: Macro-jê, Tupi e Karib. Existem 39 terras indígenas demarcadas, que representam 24,52% da área total do Estado.

Belém atua como Metrópole Regional da Amazônia, influenciando quase todo o Estado e algumas Cidades do Amazonas e de Tocantins. A parte do Estado que não é influenciada por Belém, recebe-a de Santarém e Macapá (AP).

Quadro Natural

O relevo paraense é formado por grandes superfícies planas ou onduladas. Cerca de 86% do território estadual encontram-se abaixo de 300 m de altitude sobre o nível do mar. A planície abrange 58% de seu território e se encontram abaixo de 200 m, ao longo do Rio Amazonas, que atravessa o Estado de leste a oeste. Os 14% que ultrapassam a cota de 300 m, são constituídos pelos Planaltos Guiano, ao norte, como a Serra do Tumucumaque, com 900 m; e Central Brasileiro, como a Serra dos Carajás, no sul do Estado. Apresenta também a planície litorânea com falésias entre 5 e 20 m de altura.

Seu clima é quente e úmido, tipicamente equatorial, com 2 estações nítidas: o verão, de julho a outubro; e o inverno, de novembro a junho, época das grandes chuvas. Em Belém, não existe a estação seca, pois as chuvas são tão freqüentes que seus habitantes costumam marcar os encontros para antes ou depois das chuvas. Seus rios pertencem a três bacias hidrográficas: a Amazônica, a do Tocantins-Araguaia (onde se encontra a Usina Hidrelétrica de Tucuruí), e a do Nordeste e apresentam grande potencial energético.

Sua vegetação é a Floresta Amazônica, com a mata de terra firme, onde ocorre a castanheira; e a mata de várzea, onde cresce a seringueira; os campos limpos, nas várzeas de alguns dos rios ou na Ilha de Marajó; e os cerrados, no Baixo Planalto de Santarém. A pesca, praticada em grande escala, é predatória e mal regulamentada. Em sua fauna conta com mais de 2 mil espécies de peixes, cerca de 950 tipos de pássaros e 300 espécies de mamíferos. Algumas espécies acham-se ameaçadas de extinção, inclusive mamíferos como a ariranha, o guará e o peixe-boi, além de várias espécies de tartaruga.

Parques e Reservas Estaduais:

Todos são Parques e Reservas Nacionais.

Turismo

Belém, com inestimável patrimônio histórico-cultural-artístico, com suas ruas arborizadas margeadas por mangueiras, o Teatro da Paz, o famoso Mercado do Cais e Ver-o-Peso, o Bosque Municipal Rodrigues Alves, a Cidade Velha, o Museu Emílio Goeldi e o Mercado Público de São Brás, entre outras, é o grande polo turístico do Estado.

Belém possui ainda mais de 40 ilhas selvagens espalhadas pela Baía de Guajará, destacando-se Mosqueiro, a 64 km da Capital por estrada, com praias de água doce que têm ondas. Outra atração é a Ilha de Marajó, a maior ilha flúvio-marítima do Globo, onde floresceu a civilização pré-colombiana Marajoara. Muitos descendentes ainda vivem na Ilha, e se vestem como seus ancestrais a séculos atrás. Com uma área de quase 50 km², é um dos mais importantes santuários ecológicos do Planeta, e um dos principais pólos do ecoturismo na Amazônia, com suas praias, seus rios, furos, lagos, e igarapés. Na Ilha encontram-se 16 Municípios do Estado, entre eles, Soure e Salvaterra. Santarém, Bragança e Marabá também merecem destaque.

Culinária Paraense

A culinária do Pará sofre influência indígena e se baseia em frutas típicas, raízes, ervas e peixes. O grande destaque é a mandioca ou maniva pois dela se extrai o tucupi, símbolo culinário do Estado.



Receitas:

Salgados

Arroz de Jambu
Bolinho de Piracuí
Churrasco de Filhote
Lagarto no Tucupi
Maniçoba
Moqueca de Pirarucu
Pato no Tucupi
Pirarucu no Forno
Tacacá
Tucunaré Recheado
Tucupi

Doces

Bombom de Castanha-do-Pará
Bombom de Cupuaçu
Doce de Castanha-do-Pará
Língua de Morena
Manjar de Tapioca com Açaí
Mousse de Bacuri
Pudim de Açaí
Pudim de Cará
Pudim de Cupuaçu
Tapioquinha
Torta de Castanha-do-Pará



Amapá - AP

Dados Gerais

Com uma paisagem exótica, abrigando os diversos ecossistemas da Amazônia, é o Estado que possui a menor taxa de degradação ambiental. Mistura de todas as raças, é cortado pela Linha do Equador e nele ocorre o Equinócio, quando o sol incide exatamente sobre a linha que divide os Hemisférios da Terra, e a Pororoca, o encontro das águas do Rio Araguari com o Oceano Atlântico.

Seu nome é originado no amapazeiro, uma árvore que dá leite, utilizado no tratamento de doenças pulmonares.

- Localização: Nordeste da Região Norte
- Área: 143.453,7 km²
- Limites: Guiana Francesa (N), Suriname (NO), Oceano Atlântico (L) e Pará (SE)
- Relevo : Planície e planalto
- Vegetação: Mangue, campos e Floresta Amazônica
- População: 475.843 habitantes (2000)
- Habitante: Amapaense
- Densidade populacional: 3,31 hab/km²
- Municípios: 16
- Analfabetismo: 16,92%
- Rios principais: Amazonas, Jari, Oiapoque, Araguari, Maracá e Calçoene
- Clima: Equatorial
- Capital: Macapá
- Temperatura média anual: 25°C
- Chuvas: Verão
- Hora local (relação à Brasília): A mesma
- Cidades mais populosas: Macapá e Santana
- Atrações: Macapá, Mazagão Velho e Calçoene

Cultura

O Estado conta com o Museu Histórico e Científico Joaquim Caetano da Silva, onde se pode ver amostras de minérios, madeiras e plantas medicinais da Amazônia. Abriga duas universidades, sendo uma delas a Universidade Federal do Amapá, além de cursos profissionalizantes de nível médio. Conta ainda com a Escola Sambódromo de Artes Populares do Amapá, inaugurada em 1998, que visa oferecer um espaço de valorização da cultura e da arte amapaense, introduzindo experiências para a preservação e o desenvolvimento do patrimônio cultural.



O Amapá mantém diversas festas folclóricas e religiosas em seu calendário. Traz consigo os valores marcantes da Amazônia, onde água, florestas e animais são indicativos de superstições, como a Cobra-Grande, a Mãe-d'Água, o Boto e Matinta Perêra. Os ritmos afros são predominantes na música e na dança. Em Mazagão Velho realiza-se a Festa de São Gonçalo e de São Tiago (trazida pelos portugueses), com cavalhada, procissão e baile de máscaras. Na Capital, destacam-se a Festa do Marabaixo (folclore africano, em homenagem ao Divino Espírito Santo), 40 dias após a Semana Santa, com exibição da Zimba, trazida pela negros da Guiana Francesa; Sairé, uma dança tipicamente amazônica, e a Folia que reúne tradições profanas e religiosas; o Batuque do Igarapé do Lago; e o Boi-Bumbá.

O artesanato é uma das fontes de renda dos povos indígenas do Amapá, fabricando colares de contas ou ossos, entre outros.

No Município de Oiapoque acontecem os Jogos Indígenas, uma competição entre tribos, em modalidades esportivas.

Na culinária destacam-se o camarão ao molho do tucupi, o açaí e a gengibirra, uma bebida típica feita de gengibre ralado, cachaça e açúcar.

Economia

A economia se baseia na silvicultura (extração vegetal e mineral), principalmente a da castanha-do-pará, do palmito, da madeira e na mineração de manganês. O Estado caracteriza-se como exportador de matérias-primas, produtos primários e semi-elaborados.

O Amapá é o 2º produtor nacional de manganês, minério que o Estado explora desde 1957, em suas jazidas da Serra do Navio arrendadas pela ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S.A.) que paga *royalties* ao Governo do Estado. Atualmente, as minas de manganês encontram-se em exaustão e a empresa mineradora já está em processo de desmonte. Também na Serra do Navio exploram-se pequenas jazidas de cassiterita, columbita e tantalita.

O Amapá é o primeiro produtor nacional de caulim e o sexto de ouro, explorado nos garimpos dos Rios Calçoene, Cassiporé, Igarapé de Leona e no Rio Gaivota. Além desses minérios produz, cromita, ferro-liga, hematita e sinter de manganês. Encontra-se diamantes na região de Santa Maria. A mineração responde por 12% dos tributos colhidos no Estado e envolve cerca de 15 garimpos em atividade. O cavaco de pinus, produzido por uma empresa multinacional, representa mais de 50% da exportação total.

No Município de Mazagão explora-se a borracha e a castanha-do-pará. A exploração dos recursos pesqueiros do Estado é caracterizada, na sua totalidade, como artesanal, destacando-se na pesca industrial apenas a captura do camarão rosa. O principal produto agrícola é a mandioca, seguida pelo arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar e pimenta-do-reino.

Na pecuária predominam as criações de búfalos (85 mil), de gado bovino (61,6 mil) e de suínos (22,6 mil), principalmente nos campos alagadiços da planície litorânea, de forma extensiva, mas paralelamente vem se instalando a pecuária intensiva, em especial nos Municípios do Amapá e Calçoene.

O setor industrial baseia-se na extração mineral, na madeira e na pesca. Em parceria com o Governo Estadual, Prefeitura de Laranjal do Jari e da Empresa Jari Celulose, foram montadas duas indústrias de beneficiamento de castanha e firmados contratos de venda do produto *in natura* utilizado na merenda escolar.



Sua Capital, Macapá, e o vizinho Município de Santana são considerados área de livre comércio. Em 1992 foi criada em Macapá e Santana a Área de Livre Comércio que atraiu migrantes gerando maior demanda social no Estado.

História

As terras do atual Estado do Amapá pertenciam à Espanha, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, firmado entre Portugal e Espanha em 1494. O espanhol Vicente Yáñez Pinzón descobre e reconhece a costa do Território do Amapá, chegando até a foz do Rio Oiapoque ou Rio Vicente Pinzón. Nessas terras encontra-se madeira, resinas, frutos corantes, como o urucum, e óleos vegetais, além dos produtos de pesca, o que desperta o interesse de franceses, ingleses e holandeses.

Durante a União Ibérica, em 1637, a região é doada ao português Bento Maciel Parente com o nome de Capitania da Costa do Cabo Norte, mas as incursões estrangeiras continuam. Dá-se início também à plantação de fumo e cana-de-açúcar, ao fabrico de açúcar e aguardente, e à criação de gado.

A França, já de posse da Guiana Francesa, reclama o Território e em 1697, há uma invasão armada seguida de uma série de negociações que resultam na neutralidade da área até a conclusão de um acordo final, proibindo que colonos portugueses ou franceses se estabelecessem na região. Os franceses não o respeitam e continuam invadindo a região. Os portugueses protestam e anulam o acordo. Na Holanda, sob a mediação da Rainha Inglesa Anne, em 1713, ocorre a assinatura do Tratado de Utrecht entre Portugal e a França, que estabelece o Rio Oiapoque como limite entre o Brasil e a Guiana Francesa. A França, então passa a contestar dizendo que o Rio Oiapoque não é o Rio Vicente Pinzón e sim rios mais ao sul como o o Cassiporé, o Calçoene, o Cunani, o Carapapóris e o Araguari, chegando a ter alguns desses falsos limites aceitos internacionalmente e continua sem respeitar o acordo, chegando a fazer investidas no território para aprisionar índios a fim de escravizá-los.

O donatário da Capitania morre e ela é incorporada à Coroa. Os franceses são combatidos sem eficiência, até que tropas do Governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará conseguem expulsá-los.

Em 1738 os portugueses voltam, então, a se estabelecer na região, fixando em Macapá um destacamento militar. D. João batiza-a de Província dos Tucujus ou Tucujulândia, delimitando geograficamente seus limites, com o objetivo de planejar a defesa contra futuras investidas e ter controle sobre as nações indígenas.

Em 1750, após a assinatura do Tratado de Madri, Portugal começa a preocupar-se com a colonização da região e estimula a vinda de imigrantes, principalmente açorianos e marroquinos que iniciam a ocupação do território. Os portugueses prosseguem com a obra de desbravamento das terras e catequese dos índios. Fundam-se missões franciscanas e jesuíticas.

Em 1758, Macapá é elevada à categoria de Vila, com o nome de Vila de São José de Macapá. As lutas pela demarcação das fronteiras continuam. Com a construção da Fortaleza de São José do Macapá, a maior do Brasil Colonial, em 1764, os portugueses dificultam os ataques dos franceses.

É fundada Nova Mazagão com um grande contingente de marroquinos. Um Tratado de 1797 pôs a fronteira da Guiana no Calçoene, mas não foi ratificado por Portugal. O Tratado de Badajós (1801) adota o Rio Araguari. O Tratado de Madri (1801), o Carapanatuba. Todos são anulados pelo Príncipe Regente.



Com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, devido às invasões francesas em Portugal, no norte do Brasil ocorrem represálias contra os franceses. A Guiana é ocupada por paraenses, apoiados por uma pequena força naval, que dominam a região governando-a por 8 anos.

O Tratado de Paris (1814) ordena a restituição da Guiana à França com as fronteiras no Carapapóris. Portugal não ratifica essa decisão. O ato final do Congresso de Viena (1815) reconhece a antiga fronteira de Utrecht.

Por uma convenção celebrada em Paris, em 1817, Portugal compromete-se a efetuar a devolução em 3 meses, e concorda com a formação de uma comissão mista para demarcar a fronteira, o que não acontece.

Após a Independência, em 1822, o Amapá permanece ligado à Província do Pará e os problemas sobre a fronteira continuam. Durante a cabanagem, o território se opõe aos rebeldes e sofre depredações. Seus rebanhos são dizimados.

Em 1841, novamente o Amapá torna-se área neutra aguardando um acordo entre os dois Países, mas todas as negociações posteriores fracassam. Em 1886 uma República francesa independente é criada na Região do Cunani, entre o Cassiporé e o Calçoene. O próprio Governo francês encarrega-se, em 1887, de liquidar essa República.

Em 1893 a descoberta de ouro na Bacia do Rio Calçoene faz com que os ânimos reanimem. A região é invadida por aventureiros de todas as nacionalidades. Por vários anos a população explora a região a procura de grande quantidade de ouro, chegando a achar nas Bacias do Oiapoque, Cassiporé, Araguari e Vila Nova. Encontra-se também o diamante. O Governo da Guiana Francesa cuida logo de colocar um representante da França na região, fiscalizando-a e desviando a coleta do ouro para o lado francês, que cobra altas taxas de impostos. Os brasileiros resolvem criar um Governo Triúviro para dirigir a região.

Em 1895 ocorre outra invasão francesa, repelida por Francisco Xavier da Veiga Cabral (o Cabralzinho), o 'Herói do Amapá'. Em 1897, no Rio de Janeiro, é assinado um termo de compromisso entre a França e o Brasil delegando a resolução dos atritos à arbitragem do Presidente da Confederação Suíça, Walter Hauser, e o Barão do Rio Branco é escolhido para defender o Brasil. Em 1900, a sentença dá ao Brasil a posse definitiva da região contestada, que se situa entre o Oiapoque e o Araguari.

Inicialmente incorporado ao Pará, o Amapá tem o nome de Araguari. Em 1943, numa tentativa de apoiar o desenvolvimento da região, cria-se o Território Federal do Amapá, desvinculado do Pará, com Capital em Macapá e a parte ao norte do Rio Cassiporé passa a constituir o Município do Oiapoque.

O desenvolvimento do Amapá, na primeira metade do século XX, é lento até que em 1945 a descoberta de jazidas de manganês na Serra do Navio revoluciona a economia local. O manganês é explorado exclusivamente pela Empresa ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios S/A, conforme um contrato de arrendamento por 50 anos, firmado em 1953.

Em dezembro de 1957, cria-se o Município de Calçoene, ao norte do Rio Amapá Grande. Nos anos 70, junto do Rio Jari, na divisa com o Pará, é implantado o Projeto Jari, um programa extrativista e agroindustrial ligado à exploração de madeira, cultivo de arroz, produção de celulose, entre outras atividades, mas o projeto não se consolida.

Em 1988, o Território se transforma em Estado, instalado em 1991. Atualmente a economia do Estado já não é mais de subsistência, mas continua apoiada no extrativismo mineral e vegetal e na agropecuária e enfrenta graves problemas sociais, principalmente na área da saúde pública.

Infra-Estrutura

O Estado conta com um laboratório de pesquisa, o Instituto de Estudos e Pesquisas do Estado do Amapá - IEPA, que através do seu Centro de Plantas Medicinais, testa o potencial científico das plantas e fabrica medicamentos, desenvolve projetos de construção de hortos medicinais caseiros, escolares e comunitários, e estruturação de Laboratórios de Química de Produtos Naturais, Tecnologia de Alimentos e Controle de Qualidade, além de contar com os Museus Waldemiro Gomes e Costa Lima.

Abriga dois Portos, sendo que, o de Santana, em Macapá, ligado à Serra do Navio por 194 km de ferrovia eletrificada, escoar a produção de minérios. Há também uma Usina de Pelotização.

O transporte fluvial é o mais utilizado pela população e conta com barcos motorizados e navios de médio e pequeno porte, com apoio da infra-estrutura portuária de Santana, garantindo sua regularidade.

A malha rodoviária conta com a BR-156, com 791 km (apenas 155 asfaltados), que atravessa o Estado de Norte a Sul ligando a maioria dos Municípios e com a BR-210, chamada Perimetral Norte, com 195 km dando acesso à Serra do Navio, Porto Grande, Pedra Branca e às aldeias dos índios Waiãpi.

A ferrovia de 200 km, que o Grupo Caemi construiu para escoar o minério de manganês, corre paralelamente à Perimetral Norte e atualmente, com a desativação do projeto, se transforma em roteiro turístico.

O transporte aéreo do Estado opera no Aeroporto Internacional de Macapá garantindo 5 vôos diários entre Macapá e as principais Capitais do País, além de vôos semanais para Paramaribo e Caiena. Existem mais dois aeroportos no interior, nos Municípios de Amapá e Oiapoque.

A produção de energia elétrica no Estado está abaixo de seu consumo doméstico, conseqüentemente, insuficiente para a implantação de Parques Industriais.

Quadro Humano

O Amapá apresenta um povoamento pequeno e a grande parte da sua população encontra-se na porção oriental e mais da metade vive nas zonas urbanas (89%). A população concentra-se mais em Macapá e Santana. Apenas duas pequenas áreas do planalto são ocupadas: a região das nascentes do Rio Caciporé (antigas Minas de São Lourenço) e a região da Serra do Navio (jazidas de manganês).

Mulheres representam 49,8% da população e homens respondem por 50,2%. 64,1% são pardos, 28,9% brancos, 4,9% negros e 2,1% amarelos ou índios. É o primeiro Estado brasileiro a ter todas as terras indígenas demarcadas em 2 grandes reservas onde vivem as etnias Galibi, Karipuna, Palikur e Waiapi, sem conflitos com as comunidades tradicionais. Somam um total de 4.300 indígenas, e recebem apoio governamental: da assistência saúde à orientação para melhorar a qualidade de vida através de novas alternativas econômicas mas sem interferir na cultura diferenciada das etnias. Nas Reservas eles têm a Escola Bilingüe onde as crianças aprendem primeiro sua língua original. Possuem também uma pequena indústria de construção naval que produz pequenos barcos para toda a região e comercializam produtos agrícolas. Em Oiapoque, como são uma população razoavelmente grande, os índios têm peso político, participando das eleições, votando e se candidatando. Hoje, três caciques ocupam cargos de Vereadores na Câmara Municipal de Oiapoque.



A população local é, em sua maioria, descendente de portugueses que chegaram no período da colonização; de negros; e de índios que originaram os mestiços, representados pelos extrativistas vegetais, pescadores e ribeirinhos.

Quadro Natural

Seu relevo se apresenta na forma de planície litorânea e aluvial e planalto, com colinas e morros como a: Serra do Tumucumaque, Serra Lombard, Serra da Estrela, Serra da Agaminuara ou Uruaitu, Serra do Noucoru, Serra do Navio, Serra das Mungubas, Serra da Pancada, Serra do Iratapuru, Serra do Acapuzal, Serra Culari e Serra Aru. Cerca de 95% do território do Amapá encontra-se abaixo de 300 m de altitude, e 72%, abaixo de 200 m.

A planície litorânea, inundável nas cheias periódicas, se caracteriza pela presença de mangues e lagoas. O ponto mais elevado do Estado é a Serra do Tumucumaque, no Maciço das Guianas, com 540 m de altitude, situada em sua parte noroeste.

O Amapá apresenta clima equatorial super-úmido. A temperatura máxima absoluta fica em torno dos 36°C e a mínima em 20°C. Normalmente a máxima é atingida entre 17:00h e 19:00h e a mínima entre 5:00h e 7:00h. Durante o ano duas estações são definidas: o inverno e o verão.

Devido a sua localização, possui grande diversidade de ecossistemas com características amazônica, guianense e oceânica, abrigo campos inundáveis, mangues, cerrados e florestas virgens.

A Floresta Amazônica cobre quase todo o território e apresenta-se praticamente inalterada. Só 1% de sua área foi desmatada. A planície litorânea é constantemente alagada dando origem a manguezais que se estendem por todo o litoral. Os vegetais que se destacam em todo o Estado por sua importância econômica são: o cedro, a maçaranduba, o jatobá, a castanheira, a sucupira, etc., todos aproveitados pela indústria madeireira. Existe também grande quantidade de cipós e inúmeras palmeiras, como o açazeiro (a mais importante devido a sua múltipla utilização), as bacabeiras, o buritizeiro, o tucumanzeiro, o ubuçuzeiro e outras, além de plantas medicinais.

Suas terras incluem oito unidades de conservação e três áreas indígenas. A hidrografia do Estado pertence uma parte à Bacia Amazônica e a outra parte à do Atlântico Sul. Seus rios mais extensos são o Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa, e o Araguari; ambos correndo diretamente para o Oceano Atlântico e o Jari, afluente da margem esquerda do Amazonas. Destacam-se ainda os Rios Calçoene e Maracá.

Reservas Estaduais:

Reserva	Área total (ha)	Município
Biológica do Parazinho	111	Macapá
Extrativista do Rio Cajari	481.650	Laranjal do Jari e Mazagão

Turismo

O potencial do Estado se baseia no ecoturismo, pois suas paisagens diversificadas atraem muita curiosidade, principalmente num fenômeno natural chamado "Pororoca". A pororoca mistura beleza com violência quando as águas do mar se encontram com as águas do Rio Araguari, de janeiro a maio. As águas do mar correm rio a dentro com uma velocidade de 10 a 15 milhas por hora, subindo uma altura de 3 a 6 m, fazendo um barulho ensurdecedor e levando árvores das margens.



Seus rios, cheios de cachoeiras e corredeiras, têm grande variedade de peixes, destacando-se o Tucunaré, peixe símbolo da pesca esportiva. Conta com praias no Rio Amazonas, como a do Araxá e da Fazendinha, perto da Capital, além do Bosque Florestal e em Calçoene, a 400 km de Macapá, a Praia Oceânica do Goiabal, ainda com aspecto selvagem porém destacando-se pela beleza natural, pelas dimensões (mais de 20 km) e ainda pela abundância de peixes e revoadas de guarás.

Pode-se fazer um passeio de barco pelo Rio Amazonas e igarapés vizinhos, conhecer a mina e a extração de manganês na Serra do Navio, da ICOMI e o marco zero da linha do Equador, monumento com relógio de sol e terraço para observações, onde o turista pode ficar com um pé no Hemisfério Norte e outro no Hemisfério Sul.

Em Macapá, a Fortaleza de São José é o principal ponto de visitação e é considerada um dos mais imponentes monumentos militares do Brasil Colonial. A Igreja de São José é a construção mais antiga da Cidade.

Culinária Amapaense

A culinária do Amapá se caracteriza pela influência indígena usando peixes de água doce, pelos camarões e caranguejos, comuns na Capital; pelo jambu, que possui a capacidade de adormecer os lábios quando mordemos o seu talo e pela chicória.

Receitas:

Salgados
Bolinha de Camarão
Caldeirada de Tucunaré
Casquinha de Caranguejo
Fundo de Peixe
Maniçoba
Pato no Tucupi
Peixe na Telha
Sopa de Caranguejo
Tacacá
Tucupi
Unha de Caranguejo

Doces

Bolo de Pupunha
Bombom de Cupuaçu
Pudim de Açaí
Pudim de Cupuaçu
Tapiquinha
Torta de Cupuaçu



anexo 2: Sistematização das
proposições para a construção da rede
amazônica em educação ambiental

Levantamento-Diagnóstico das Experiências de Educação Ambiental na Região Amazônica

Anexo 2: Sistematização sobre as proposições da construção da rede de Educação Ambiental na região amazônica

O processo de construção

Seminários

Trabalhos em grupo

Analisar os princípios e ações?

As discussões sobre a criação de uma Rede de Educação Ambiental na Amazônia foram encaminhadas nos três pólos a partir de três questões principais. A primeira delas referente ao interesse ou não dos participantes de criarem uma rede de educação ambiental na região amazônica, a segunda sobre os princípios norteadores da rede e o terceiro quais as ações a serem desenvolvidas no processo de implantação desta.

A construção desta Rede de Educação Ambiental gerada a partir do projeto "Levantamento-diagnóstico das Experiências de Educação Ambiental na Região Amazônia" inicia a tornar-se realidade em Belém do Pará durante o I Encontro de duração Ambiental no Pólo Amapá - Pará no final de junho do corrente ano.

Quanto ao primeiro item no primeiro pólo, Para - Amapá, houve um certo desencontro de informações tendo ficado um pouco prejudicado as propostas face ao entendimento equivocado de algumas pessoas ligadas ao governo do estado do Pará que passaram a ver a criação da rede como uma proposta de esvaziamento da CIEA - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, em processo de formação no estado.

Os participantes do Acre foram favoráveis à criação da rede e entusiastas quanto ao papel desta como um espaço de articulação para @s educador@s ambientais da Amazônia.

Em Belém não houve respostas negativas a criação da rede, mas questionamentos inflamados sobre o papel do WWF que estaria entrando no estado como se nada estivesse sendo feito no âmbito da articulação local em Educação Ambiental como se estivesse desconhecendo o papel da CIEA.

Os participantes através de trabalho em grupos no fórum final apontaram para as respostas positivas sobre a criação da rede bem como indicaram quais os princípios e ações a serem desenvolvidas pela Rede de Educação Ambiental da Amazônia, sendo estas:

- Troca de Experiência;
- Agrupar os objetivos e metodologia;
- Articulação para comunicação e envolvimento comunitário;
- Potencializar as ações locais;
- Articular em nível regional;
- Diferenciar ações em áreas urbanas/rurais - formal/não formal;
- Eixos temáticos;
- Cartografia das experiências;
- Continuidade!?! - Parceria: OG+ ONG + Professores + Universidades;

- Promover encontros para troca das ações - reflexões em espaços escolarizados;
- Fortalecer políticas de formação de professores;
- Banco de Dados - Profissionais e Instituições - Linhas de ação, especialidades, etc.;
- Assumir compromissos (individuais e coletivos) na formação da rede)
- Buscar recursos para fortalecimento da rede;
- Desenho das redes locais;
- Encontro Amazônico;
- Publicação das experiências;
- Ampliação mais participativa CINEA;
- Lista de endereços e resumos do encontro;
- Definir eixos temáticos;
- Definir " papel " do WWF;
- Arqueologia virtual (indivíduo);
- Explicação de incertezas;
- Diálogo;
- Pacto;
- Ação-reflexão;
- Intercâmbios => Política;
- Avaliação;
- Resgatar a cultura local (biorregião);
- Política Pública democrática;
- Fórum Permanente de discussão;
- Criação de UC da Amazônia;
- Rede Amazônia (elos em cada Estado? Em cada área/setor?) - Redes Estaduais - Redes Municipais e Setoriais;
- Encontros => (Amazônia, Estaduais, Municipais e Setoriais);
- Diagnósticos (aprofundar?): Perfil => (Amazônia, Estaduais, Municipais e Setoriais);
- Publicações => (Amazônia, Estaduais, Municipais e Setoriais);
- Desenho das Redes = > (Amazônia, Estaduais, Municipais e Setoriais);
- Bandeiras de luta => (Amazônia, Estaduais, Municipais e Setoriais);
- Princípios = > (Amazônia, Estaduais, Municipais e Setoriais).

No polo Amazonas - Roraima se definiu pela criação da rede, saindo daqui a proposta de se denominá-la REEAM - Rede de Educação Ambiental da Amazônia, face a existência da Rede Amazônica de Televisão afiliada ao Rede Globo.

As propostas trabalhadas nos grupos no fórum de encerramento do encontro neste polo definiram como princípios e ações prioritárias para a implantação da rede os seguintes:

Princípios:

- Estrutura Horizontal

- Diversidade
- Igualdade
- Acessível e disponível a todos
- Formação de um Comitê Central (Pólo)
- Diálogo entre cultura e natureza
- Fazer emergir a "práxis" (ação e reflexão)
- Respeito e diversidade
- Que faça o casamento entre o saber popular e o científico dando voz ao saber popular sem esquecer o científico
- Articular parcerias para potencializar recursos e ações
- Encurtar distâncias facilitando a aproximação entre as ações, projetos, instituições, indivíduos, etc...
- Estímulo de discussões e disseminação de informações em Educação Ambiental
- Auto reflexão

Ações:

- Cooperação visando a socialização do conhecimento e das experiências
- Democráticos: Processo acessível a todos as instâncias
- Cidadania
- Formar Rede Eletrônica
- Difusão de material por meio de intercâmbio e encontros periódicos
- Apoio oficial das instituições envolvidas
- Conhecimento aprofundado dos grupos locais
- Troca de informações
- Relato de experiências
- Fortalecimento das relações de parceria
- Diálogo multidisciplinar e interinstitucional
- Divulgação de projetos na Rede
- Sistematizar as diversas experiências em Educação Ambiental
- Formação de Banco de Dados / Fórum
- Fornecer suporte técnico sobre a elaboração de projetos
- Continuidade do levantamento de grupos e experiências / capital e interior
- Fomentar meios de comunicação (livros, vídeos, materiais educativos, diagnósticos...) em uma perspectiva processual
- Buscar financiamento para (Re)construção da rede
- Formação de redes locais de acordo com as possibilidades e peculiaridades locais
- Encontro presencial da Região Amazônica
- Criação de uma lista de discussão eletrônica
- Criação de um cadastro eletrônico aos participantes
- Formar linhas de pesquisas / trabalho, partir do que já existe na prática
- Criar parcerias para troca de experiências

- Fortalecer grupos de trabalho que atuam na região
- Encontros periódicos para contados
- Busca de suporte financeiro
- Capacitação dos educadores e educandos
- Disponibilizar em site os projetos da Rede
- Articulação efetiva do fórum estadual
- Usar o rádio como meio de comunicação
- Usar os barcos como instrumento de comunicação
- Usar a Internet
- Cadastramento de projetos, etc...
- Iniciar com ações pontuais, por exemplo: uma lista de discussão pela internet, avançando para sistemas múltiplos de comunicação como: rádio, TV, cartas, jornais, atividades lúdicas, sinais de fumaça e rufar de tambores
- Criar pólos de potencialização através de discussões temáticas
- Priorizar os encontros
- Oficinas de formação por pólos
- Página regional da Rede Amazônica
- Calendário de eventos da Rede
- Lançar um livro a cada 2 anos sobre os projetos
- Criar uma Biblioteca Virtual
- Definir uma coordenação
- Seminário para definição das linhas da Política Estadual de Educação Ambiental
- Incentivar as diferenças de cada trabalho
- Trocar o nome "Rede"
- Funções: educacional, informática, pesquisa, políticas
- Servir para superar distâncias
- Ensinar os outros a continuar esse trabalho
- Alcance aos países vizinhos
- Usar a Rede para pautar a imprensa

As sugestões e encaminhamentos ocorridos no fórum final do Encontro Regional de Educação Ambiental no Pólo Acre - Rondônia estabeleceu os seguintes princípios e ações na busca da implantação da rede:

Princípios:

- Flexibilidade
- Residência
- Lutar pela qualidade de vida
- Organização local
- Compor organização da rede com representantes dos vários segmentos da sociedade

- Utilizar meios de comunicação virtual
- Facilitar o intercâmbio de informações de Educação Ambiental
- Utilização de recursos áudio visuais, escritos e hipertextos
- Rede Pública (ONGs / OGs)
- Transparência e objetividade (Ações concretas)
- Gerenciamento profissional
- Com inserção política
- Intercâmbio
- Divulgação das ações de Educação Ambiental na Amazônia
- Realizar parcerias
- Resgate dos trabalhos já implantados ou interrompidos (Ex. Maritaca)

Ações.

- Capitação de recursos para estruturação da Rede
- Socializar informações
- Influenciar na Política Pública
- Articulação política descentralizada
- Capacitação dos educadores através de cursos, palestras, etc
- Promover a capacitação com cursos de Educação Ambiental para professores
- Proporcionar a elaboração de materiais didáticos adequados para a realidade local para trabalhar a Educação Ambiental
- Propiciar a captação de recursos para a implementação / continuidade de projetos em Educação Ambiental
- Promoção de momentos de intercâmbio entre os projetos de Educação Ambiental, deste pólo
- Promoção de intercâmbio entre pólos
- Encontro com os participantes da rede com cursos, oficinas, palestras, apresentação trabalhos viabilizando debates para tratar de monitoramento, avaliação/ resultados
- Elaboração do site da Rede para catalogação dos trabalhos / instituições. Divulgação de eventos, projetos, dinâmicas, materiais didáticos, etc...
- Estabelecimento de parcerias
- Sistema virtual e real
- Banco de dados / sistema de informações
- Intercâmbio direto e ou virtual
- Fórum de debates
- Projetos e programas em Educação Ambiental
- Implementação de micro indústrias de reciclagem de resíduos sólidos e artesanato
- Educação técnica para aumento da produção nas bioregiões
- Balsa cooperativa para atender aos habitantes das bioregiões
- On line - Portal
- Seminários, publicações, reuniões, oficinas

- Capacitação
 - Visita em projetos
 - Estabelecer metas
 - Atribuir responsabilidades
 - Organização de grupos locais e um núcleo geral
 - Planejamentos de cursos
 - Divulgação da importância da rede
 - Fortalecer e ampliar a Rede Estadual de Educação Ambiental envolvendo a comunidade em geral, ONGs, universidades, órgãos governamentais, etc.
 - Promover intercâmbio entre as redes estaduais para divulgação de projetos e ações
 - Capacitar técnicos, multiplicadores para trabalhar Educação Ambiental na zona urbana e rural
 - Captação de recursos
 - Elaboração de material didático
-
- Estabelecer elos de ligação / monitoramento

Proposta da facilitação em Rondônia:

Rondônia: GTA, CIEARO

Acre: SOS Amazônia, UFAC

Sistematização de Heitor Medeiros



anexo 3: Relatório de reunião em
Belém - PA

**Levantamento-Diagnóstico das Experiências de Educação
Ambiental na Região Amazônica**



WWF-BRASIL
Universidade Federal de Mato Grosso / UFMT



Levantamento-Diagnóstico das Experiências de Educação Ambiental na Região Amazônica

SHIS EQ QL 6/8
Conjunto E, 2º andar
71620-430 Brasília Brasil
☎ 55 61 364-7400
FAX: 364-7474
@: irineu@wwf.org.br
<http://www.wwf.org.br>

Av. Fernando Corrêa da Costa, sn
78060-900 Coxipó
Cuiabá, MT Brasil
☎ 55 65 615-8443 / 615-8430
FAX: 615-8440
@: michele@cpd.ufmt.br
<http://go.to/eamt1>

Brasília e Cuiabá: 09 de agosto de 2001.

Levantamento-Diagnóstico das Experiências de Educação Ambiental na Região Amazônica

Relatório de Atividades Encontros Regionais

Equipe:

Irineu Tamaio - WWF (Coordenação)
Michèle Sato - Instituto de Educação / UFMT
Heitor Medeiros - UFMT/UNIVAG
Ângela Freitas - WWF

I. ANTECEDENTES

O WWF-Brasil é uma Organização Não Governamental (ONG) brasileira, que através de diversas parcerias estabelecidas na região amazônica, visa a promoção da Educação Ambiental (EA) para garantir a sustentabilidade biológica e cultural da região. A vasta experiência neste campo, aliada às intervenções datadas de um longo período, vem tentar concretizar um sonho amazônico: o início da formação de uma "Rede Amazônica em EA".

A experiência realizada com oito ONG da região permitiu um acúmulo de experiências com divers@s educador@s das comunidades, através da (re)construção de conhecimentos ambientais para participar efetivamente no manejo responsável de seus ambientes. Através desta rede de atividades, podemos observar que existem múltiplas iniciativas de EA elaboradas e implementadas pelas comunidades que nem sempre têm sido disseminadas, ao menos em suas propostas com maior potencial demonstrativo. Estas experiências metodológicas e resultados de EA local bem sucedidas estão por serem registrados e disseminados. Assim, a meta do projeto "Levantamento-Diagnóstico das Experiências em Educação Ambiental na

Amazônia” é contribuir com esta visibilidade, em três etapas fundamentais (Sato & Tamaio, 2001):

- **Primeira fase:** Levantamento de projetos e experiências em EA, aglutinando seis estados mais representativos da região amazônica - Acre (AC), Amapá (AP), Amazonas (AM), Pará (PA), Rondônia (RO) e Roraima (RR), que culminou num total de 117 experiências. Esta avaliação foi assistemática, com levantamento de dados à formação de um banco de dados em educação ambiental. A metodologia privilegiada foi o reconhecimento em *locus*, embora algumas vezes tenha se consultado documentos e *sites* disponíveis na Internet (finalizada);
- **Segunda fase:** Um grande fórum definiu alguns representantes de cada estado para as reuniões de trabalho, em 3 pólos, com processos de formação permanente, atualização do banco de dados, elaboração participativa de 16 critérios para uma avaliação sistemática das experiências em EA e 3 encontros regionais (um em cada pólo) para início da formação de uma rede amazônica, além dos intercâmbios, diálogos e construção dos conhecimentos em EA (finalizada); e
- **Terceira fase:** Publicação de um livro com visibilidade e divulgação das experiências, um encontro amazônico englobando todos os três pólos e o fortalecimento de uma política para a formação da rede amazônica em EA.

No contexto da multiplicidade amazônica, qualquer análise referente às ações e reflexões da EA é sempre um desafio. As metas do WWF-Brasil se somam, embora com certa independência entre si. A publicação do livro não significa o retrato das avaliações, nem a rede amazônica propõe exclusão das experiências. Diversos recortes podem ser oferecidos, sem contudo, mostrar um quadro real das diferentes “Amazônias”. Estamos convictos, pois, de que nosso retrato amazônico é um “*ponto de mutação*” (Capra, 1982) encontrando-se na dimensão dos valores individuais e coletivos, ancorados em aspirações e expectativas que possam compreender as interações dinâmicas e processuais da localidade. Representa muito mais uma “*metamorfose ambulante do que uma opinião formada sobre tudo*”¹.

Assim, a meta deste estudo é avaliar diversas experiências em EA na região, tentando manter uma interface necessária com os fundamentos ecológicos e sociais deste universo, respeitando e compreendendo as potencialidades e as limitações existentes neste mosaico amazônico. Julgamos, entretanto, que o projeto é apenas o início de uma “*meta-avaliação*”² onde cada grupo social envolvido fará a sua própria avaliação da trajetória estabelecida, através dos critérios construídos coletivamente, que possibilitarão uma efetiva avaliação dos processos desencadeados na EA.

Este relatório situa-se na narrativa dos encontros regionais realizados durante os meses de junho e julho, em 3 pólos distintos: a) Pólo Acre (AC) e Rondônia (RO); b) Pólo Amapá (AP) e Pará (PA); e c) Pólo Amazonas (AM) e Roraima (RR). Todos os encontros iniciaram com duas palestras, com Irineu Tamaio mostrado o histórico

¹ Raul Seixas: *Metamorfose ambulante* (Warner Chappell).

² Depresbiteris (2001) nos ensina que uma meta-avaliação não se limita à avaliação de projetos através de critérios, mas essencialmente busca o concreto transformador, através da auto-avaliação e da avaliação participativa dos grupos sociais envolvidos.



crítico do projeto WWF e caminhos traçados; e Michèle Sato, avaliando os resumos apresentados no evento, através de 16 critérios democraticamente eleitos pel@s representantes estaduais. As mesas redondas variaram de acordo com as indicações regionais, permanecendo sempre:

- *Marcos Sorrentino, prof. dr. ESALQ/USP*: retratou a importância da formação de redes de diálogos em EA, além de oferecer alguns passos criteriosos para o início desta formação da rede amazônica;
- *Léa Depresbiteris, prof^a dr^a Inst. Brasil de EA*: que trouxe elementos de avaliação educacional, desmistificando o rigor exagerado e tradicional de uma avaliação e a importância do mesmo nos caminhos da EA.

1. Pólo AP/PA

Data de realização: 28 e 29/junho/01

Local: Belém/PA

Itens	AP	PA
Total de trabalhos	6	33
OG	4	26
ONG	2	7
EA escolarizada	4	21
Não formal	2	12
Enfoques mais presentes	Gestão ambiental, unidades de conservação e saúde	Gestão ambiental, biorregiões, representações sociais e diagnósticos

Os trabalhos foram ricamente apresentados, com ampla participação e com novas experiências somadas ao Banco de Dados já existente no WWF. Intensificou-se a participação da Universidade Federal do Pará (UFPA), com envolvimento de diversos estudantes da graduação de diversas áreas do conhecimento. Como fruto deste envolvimento, observou-se significativo aumento na participação paraense, somado ao local do evento (Belém), que favoreceu ampla presença d@s estudantes. Embora os trabalhos apresentados relacionassem mais com aspectos das representações sociais, diagnósticos e estudos teóricos, houve uma rica apresentação de diversas experiências ancoradas na reflexão da ação, garantindo riqueza e alta qualidade nas trajetórias da EA.

Contribuição na mesa-redonda:

Marilena Loureiro, prof^a MS UFPA/PA: considerou alguns referenciais teóricos educativos, com enfoque na pedagogia crítica vinculada ao pensamento mais complexo.

A discussão sobre a formação das redes foi marcada por equívocos na comunicação entre a equipe WWF e algumas pessoas presentes, ora compreendida e orientada como "Rede Amazônica", ora como "Rede Paraense". Felizmente, a maioria teve bons entendimentos sobre o processo, propondo a seguinte sistematização:

- Troca de Experiências;
- Agrupar os objetivos e metodologia;
- Articulação para comunicação e envolvimento comunitário;
- Potencializar as ações locais;
- Articular em nível regional;
- Diferenciar ações em áreas urbanas/rurais - formal/não formal;

- Eixos temáticos;
- Cartografia das experiências;
- Continuidade e mais Parcerias: OG+ ONG + Professores + Universidades;
- Promover encontros para troca das ações - reflexões em espaços escolarizados;
- Fortalecer políticas de formação de professores;
- Banco de Dados - Profissionais e Instituições - Linhas de ação, especialidades, etc.;
- Assumir compromissos (individuais e coletivos) na formação da rede;
- Buscar recursos para fortalecimento da rede;
- Desenho das redes locais;
- Encontro Amazônico;
- Publicação das experiências;
- Ampliação mais participativa CINEA;
- Lista de endereços e resumos do encontro;
- Definir eixos temáticos;
- Definir o "papel" do WWF;
- Arqueologia virtual (indivíduo);
- Explicação de incertezas;
- Diálogo;
- Pacto;
- Ação-reflexão;
- Intercâmbios => Política;
- Avaliação;
- Resgatar a cultura local (biorregião);
- Política Pública democrática;
- Fórum Permanente de discussão;
- Criação de UC da Amazônia;
- Rede Amazônia (elos em cada Estado? Em cada área/setor?) - Redes Estaduais - Redes Municipais e Setoriais;
- Encontros => Amazônia, Estaduais, Municipais e Setoriais;
- Atualização dos diagnósticos com melhor Perfil => Amazônia, Estaduais, Municipais e Setoriais;
- Publicações => Amazônia, Estaduais, Municipais e Setoriais;
- Desenho das Redes = > Amazônia, Estaduais, Municipais e Setoriais;
- Bandeiras de luta => Amazônia, Estaduais, Municipais e Setoriais;
- Princípios = > Amazônia, Estaduais, Municipais e Setoriais.

No tocante à avaliação do encontro, observou-se boa organização e infra-estrutura, com auxílio fundamental da SECTAM, disponibilizando técnicas e apoio logístico que determinaram o sucesso do evento. As avaliações feitas, pelos participantes, para as palestras, mesa-redonda e apresentação dos trabalhos também revelaram alto índice de satisfação, contribuindo para o fortalecimento da EA. Recados, mensagens e felicitações marcaram o prazer do encontro, além do rico momento de intercâmbio e diálogos para a formação da rede amazônica. A confraternização ocorreu nas dependências do IPAM, que lançava um livro em EA, além de um conjunto musical ricamente presente para a animação.

2. Pólo AM/RR

Data de realização: 2 e 3/julho/01

Local: Manaus/AM

Itens	AM	RR
Total de trabalhos	20	5
OG	17	4
ONG	3	1
EA escolarizada	15	2
Não formal	5	3
Enfoques mais presentes	Gestão ambiental, potencial hídrico e formação de professor@s	Uso da terra, biodiversidade e gestão ambiental

Os trabalhos foram ricamente apresentados, com ampla participação e com novas experiências somadas ao Banco de Dados já existente no WWF. Intensificou-se a participação da Universidade do Amazonas (UA) e do Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica (INPA), com envolvimento de diversos estudantes da graduação e de pós-graduação de diversas áreas do conhecimento. A presença do programa de pós-graduação, pesquisador@s, ONGs, secretarias e demais órgãos existentes e atuantes na área da EA, garantiram a riqueza epistemológica do encontro, em visões diferenciadas e fortalecidas.

Contribuição na mesa-redonda:

Maria Inês Higuti, prof^a dr^a INPA/AM: sob a análise da Antropologia social, mostrou diversos estudos de caso dos habitantes da floresta e os caminhos para a construção da EA na Amazônia.

A discussão sobre a formação das redes foi marcada por grandes momentos de riqueza e início de diálogos, com compreensão da importância da formação da rede amazônica, que iniciava com os diálogos locais. Tanto o estado do Amazonas como Roraima demonstraram claro interesse e iniciaram suas articulações. As sistematizações dos dados revelam:

Princípios:

- Estrutura Horizontal
- Diversidade
- Igualdade
- Acessível e disponível a todos
- Formação de um Comitê Central (Pólo)
- Diálogo entre cultura e natureza
- Fazer emergir a "práxis" (ação e reflexão)
- Respeito e diversidade
- Que faça o casamento entre o saber popular e o científico dando voz ao saber popular sem esquecer o científico
- Articular parcerias para potencializar recursos e ações
- Encurtar distâncias facilitando a aproximação entre as ações, projetos, instituições, indivíduos, etc.
- Estímulo de discussões e disseminação de informações em Educação Ambiental
- Auto-reflexão

Ações:

- Cooperação visando a socialização do conhecimento e das experiências
- Democráticos: Processo acessível a todos as instâncias
- Cidadania
- Formar Rede Eletrônica

- Difusão de material por meio de intercâmbio e encontros periódicos
- Apoio oficial das instituições envolvidas
- Conhecimento aprofundado dos grupos locais
- Troca de informações
- Relato de experiências
- Fortalecimento das relações de parceria
- Diálogo multidisciplinar e interinstitucional
- Divulgação de projetos na Rede
- Sistematizar as diversas experiências em Educação Ambiental
- Formação de Banco de Dados / Fórum
- Fornecer suporte técnico sobre a elaboração de projetos
- Continuidade do levantamento de grupos e experiências / capital e interior
- Fomentar meios de comunicação (livros, vídeos, materiais educativos, diagnósticos...) em uma perspectiva processual
- Buscar financiamento para construção da rede
- Formação de redes locais de acordo com as possibilidades e peculiaridades locais
- Encontro presencial da Região Amazônica
- Criação de uma lista de discussão eletrônica
- Criação de um cadastro eletrônico aos participantes
- Formar linhas de pesquisas / trabalho, partir do que já existe na prática
- Criar parcerias para troca de experiências
- Fortalecer grupos de trabalho que atuam na região
- Encontros periódicos para contatos
- Busca de suporte financeiro
- Capacitação dos educadores e educandos
- Disponibilizar em *site* os projetos da Rede
- Articulação efetiva do fórum estadual
- Usar o rádio como meio de comunicação
- Usar os barcos como instrumento de comunicação
- Usar a Internet
- Cadastramento de projetos, etc...
- Iniciar com ações pontuais, por exemplo: uma lista de discussão pela internet, avançando para sistemas múltiplos de comunicação como: rádio, TV, cartas, jornais, atividades lúdicas, sinais de fumaça e rufar de tambores
- Criar pólos de potencialização através de discussões temáticas
- Priorizar os encontros
- Oficinas de formação por pólos
- Página regional da Rede Amazônica
- Calendário de eventos da Rede
- Lançar um livro a cada 2 anos sobre os projetos
- Criar uma Biblioteca Virtual
- Definir uma coordenação
- Seminário para definição das linhas da Política Estadual de Educação Ambiental
- Incentivar as diferenças de cada trabalho
- Trocar o nome "Rede" (já existente uma da Fundação Roberto Marinho)
- Funções: educacional, informática, pesquisa, políticas
- Servir para superar distâncias

- Ensinar os outros a continuar esse trabalho
- Alcance aos países vizinhos
- Usar a Rede para pautar a imprensa

No tocante à avaliação do encontro, observou-se boa organização e infra-estrutura, com auxílio fundamental da UA e da própria infra-estrutura do hotel, disponibilizando todo apoio logístico que determinaram o sucesso do evento. As avaliações feitas, pelos participantes, para as palestras, mesa-redonda e apresentação dos trabalhos também revelaram alto índice de satisfação, contribuindo para o fortalecimento da EA. Recados, mensagens e felicitações marcaram o prazer do encontro, além do rico momento de intercâmbio e diálogos para a formação da rede amazônica. O momento cultural foi marcado por uma demonstração de um grupo indígena, que sensibilizou a platéia e teve seu destaque merecido.

3. Pólo AC/RO

Data de realização: 5 e 6/julho/01

Local: Porto Velho/RO

Itens	AC	RO
Total de trabalhos	27	10
OG	24	3
ONG	3	7
EA escolarizada	17	8
Não formal	10	2
Enfoques mais presentes	Uso da terra, representações sociais (diagnósticos) e biodiversidade	Biodiversidade, turismo, unidades de conservação, e formação de professor@s

Igualmente em outros pólos, os trabalhos foram ricamente apresentados, com ampla participação e com novas experiências somadas ao Banco de Dados já existente no WWF. Intensificou-se a participação da Universidade Federal do Acre (UFAC), com envolvimento de diversos estudantes da graduação e de pós-graduação de diversas áreas do conhecimento. Embora o estado de Rondônia tenha favorecido o encontro em não divulgar, a presença de menor número de trabalhos não significou baixa qualidade. A presença de autoridades estaduais de RO, na mesa de abertura, também mostrou a importância da EA no estado.

Contribuição na mesa-redonda:

Miguel Scarcello, SOS Amazônia/AC: sob a análise de uma ativa ONG que atua na região há longos anos, centralizou a discussão dos problemas amazônicos e suas estratégias de superação.

A discussão sobre a formação das redes foi marcada por grandes momentos de riqueza e início de diálogos, com compreensão da importância da formação da rede amazônica, que iniciava com os diálogos locais. Tanto o estado do Acre como Rondônia demonstraram claro interesse e iniciaram suas articulações. As sistematizações dos dados revelam:

Princípios:

- Flexibilidade
- Residência

- Lutar pela qualidade de vida
- Organização local
- Compor organização da rede com representantes dos vários segmentos da sociedade
- Utilizar meios de comunicação virtual
- Facilitar o intercâmbio de informações de Educação Ambiental
- Utilização de recursos áudio visuais, escritos e hipertextos
- Rede Pública (ONGs / OGs)
- Transparência e objetividade (Ações concretas)
- Gerenciamento profissional
- Com inserção política
- Intercâmbio
- Divulgação das ações de Educação Ambiental na Amazônia
- Realizar parcerias
- Resgate dos trabalhos já implantados ou interrompidos (Ex. Maritaca)

Ações.

- Capitação de recursos para estruturação da Rede
- Socializar informações
- Influenciar na Política Pública
- Articulação política descentralizada
- Capacitação dos educadores através de cursos, palestras, etc
- Promover a capacitação com cursos de Educação Ambiental para professores
- Proporcionar a elaboração de materiais didáticos adequados para a realidade local para trabalhar a Educação Ambiental
- Propiciar a captação de recursos para a implementação / continuidade de projetos em Educação Ambiental
- Promoção de momentos de intercâmbio entre os projetos de Educação Ambiental, deste pólo
- Promoção de intercâmbio entre pólos
- Encontro com os participantes da rede com cursos, oficinas, palestras, apresentação trabalhos viabilizando debates para tratar de monitoramento, avaliação/ resultados
- Elaboração do *site* da Rede para catalogação dos trabalhos / instituições. Divulgação de eventos, projetos, dinâmicas, materiais didáticos, etc...
- Estabelecimento de parcerias
- Sistema virtual e real
- Banco de dados / sistema de informações
- Intercâmbio direto e ou virtual
- Fórum de debates
- Projetos e programas em Educação Ambiental
- Implementação de micro indústrias de reciclagem de resíduos sólidos e artesanato
- Educação técnica para aumento da produção nas biorregiões
- Balsa cooperativa para atender aos habitantes das biorregiões
- Online - Portal
- Seminários, publicações, reuniões, oficinas
- Capacitação
- Visita em projetos
- Estabelecer metas

- Atribuir responsabilidades
- Organização de grupos locais e um núcleo geral
- Planejamentos de cursos
- Divulgação da importância da rede
- Fortalecer e ampliar a Rede Estadual de Educação Ambiental envolvendo a comunidade em geral, ONGs, universidades, órgãos governamentais, etc.
- Promover intercâmbio entre as redes estaduais para divulgação de projetos e ações
- Capacitar técnicos, multiplicadores para trabalhar Educação Ambiental na zona urbana e rural
- Captação de recursos
- Elaboração de material didático
- Estabelecer elos de ligação / monitoramento

No tocante à avaliação do encontro, observou-se boa organização e infra-estrutura, com notório reconhecimento da Ângela Freitas, disponibilizando todo apoio logístico que determinaram o sucesso do evento. As avaliações feitas, pelos participantes, para as palestras, mesa-redonda e apresentação dos trabalhos também revelaram alto índice de satisfação, contribuindo para o fortalecimento da EA. Recados, mensagens e felicitações marcaram o prazer do encontro, além do rico momento de intercâmbio e diálogos para a formação da rede amazônica. O momento cultural foi marcado por uma demonstração de um grupo local, que animadamente marcou o som brasileiro, convidando-nos para dançar em comemoração ao final do encontro.

II. CAMINHOS ADIANTE

1. PROJETO DE PUBLICAÇÃO

Para a publicação em questão, o desenho obedecerá três critérios fundamentais, em consonância com as intervenções anteriores e os objetivos gerais do projeto: o debate sobre os critérios escolhidos entre o WWF e os representantes de cada estado envolvido; o enfoque dos temas privilegiados e sua reflexão crítica; e as especificidades e riquezas regionais de cada estado, garantindo melhor estudo da arte deste mosaico amazônico, que não possa ser confundido com este nome genérico, mas que respeite as particularidades e as realidades individuais. Na parte final, nomes e endereços deverão compor uma lista de finalização do livro.

- Critérios
 1. Participação ativa da comunidade
 2. Comprometimento com a construção da cidadania
 3. Valorização da educação formal e não formal
 4. Potencial de replicabilidade
 5. Diversidade do público
 6. Tempo de duração
 7. Potencial de sustentabilidade
 8. Aspectos metodológicos
 9. A existência de uma equipe de trabalho
 10. O apoio institucional
 11. A legitimidade do reconhecimento das experiências

12. A sedução da construção do conhecimento
13. A existência dos processos de avaliação
14. A criatividade e a inovação da proposta educacional
15. A diversidade de materiais
16. A inserção da EA nos currículos

De uma forma geral, é possível dizer que os critérios estão presentes na região amazônica, com alta participação comunitária, equipe presente e apoio institucional. Verifica-se a intenção cidadã, a diversidade de público, a riqueza material e a criatividade das intervenções. Citações de autores e autoras da EA estão presentes e a metodologia é reforçada pela literatura.

- **Temas privilegiados**

Dos diversos temas presentes (tabela 1), o tema mais abordado ancora-se na gestão de resíduos sólidos, talvez justificados pela facilidade e pela percepção imediata do problema local. Tema altamente popular em todo cenário nacional e internacional, vem no sentido de alertar os problemas urbanos, cujos impactos ambientais vem sendo causados também em função do êxodo rural. As políticas de gestão, assim, devem pressupor a compreensão das inter-relações dos processos culturais e ecológicos, exigindo, assim, processos multidisciplinares, considerando a inserção do Brasil na era globalizada (Novaes, 2000).

Temas	%
Resíduos sólidos (coleta seletiva, reciclagem de papel)	18
Uso da terra (agricultura, queimada, reflorestamento)	16
Biodiversidade (conservação e manejo)	12
Formação de professor@s (currículo, didática, representações)	11
Biorregiões (comunidades locais e indígenas)	9
Turismo (unidades de conservação, trilhas, vivências pedagógicas)	8
Potencial hídrico (assoreamento, matas ciliares, poluição)	7
Políticas públicas (legislação, programas e políticas)	6
Saúde (malária, doenças respiratórias)	5
Áreas específicas nas disciplinas (representações e diagnósticos)	3
Clima (mudanças climáticas, chuva/seca, umidade)	2
Outros temas	3
TOTAL	100

Tabela 1: Temas mais presentes na Amazônia

No contexto deste movimento, o WWF-Brasil surge como uma possibilidade para o fortalecimento de uma EA mais política. Um dos caminhos que a equipe acreditou, foi a formação de uma rede em EA, em parceria com diversos órgãos públicos, escolas, universidades, associações, Organizações Não-Governamentais (ONG), e empresas que possam tecer uma rede da EA, a exemplo das diversas redes estaduais brasileiras e da própria Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA).

- Particularidades regionais

Para que este imenso mosaico amazônico não seja generalizado em suas funções, dinâmicas e realidades sociais, um estudo sobre a realidade estadual poderá oferecer melhor estudo do estado da arte da EA na região.

A. RONDÔNIA E ACRE

Rondônia conta com várias entidades não-governamentais e um conjunto valioso de informações sistematizadas sobre sua situação ambiental, mas não foram relatados nem conhecidos pessoalmente projetos de educação ambiental em curso pautados por uma metodologia que envolva planejamento, monitoramento, avaliação e capacitação de recursos humanos e, no caso específico do ensino formal, que sejam contemplados num plano coletivo que abranja a relação com a comunidade, a gestão ambiental da escola e a inserção transversal nos conteúdos disciplinares.

A educação ambiental acaba emergindo como um aspecto indireto na realização de atividades das entidades não-governamentais, como na implementação de planos de desenvolvimento e utilização nas Resex (Reservas Extrativistas). Cresce atualmente a preocupação de explicitar o componente Educação Ambiental com a realização de projetos específicos, a exemplo da proposta que está sendo elaborada pela OSR (Organização dos Seringueiros de Rondônia), em parceria com órgãos governamentais, para um trabalho com populações do entorno das Resex. Também há um elemento favorável à EA na sensibilidade à temática demonstrada por várias entidades visitadas. Há uma demanda por capacitação e desenvolvimento de propostas em EA, porém faltam recursos humanos e financeiros e materiais de apoio.

As iniciativas mais explícitas de EA e desenvolvidas a partir de um esquema de planejamento, monitoramento e avaliação foram implementadas no âmbito do Planafloro (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia). Apesar dos inúmeros problemas vividos pelo Planafloro, o programa propiciou a captação de recursos razoáveis para a realização de sólidos projetos de Educação Ambiental, com a contratação de profissionais qualificadas da área e a produção de um valioso acervo de registros sistematizados das experiências, que, aliás, é uma das maiores contribuições do programa.

O Estado do Acre prenuncia um espaço politicamente fértil para o fortalecimento do campo da Educação Ambiental, em decorrência do movimento histórico dos seringueiros e ONGs na luta pelas áreas extrativistas, que este ano passou a responder pela administração do Estado, com a vitória do candidato do PT, Jorge Viana, nas eleições de 1998, em coligação com outras forças políticas.

Há um caldo rico de experiências educativas não-governamentais que devem ser observadas, em função da concepção metodológica, embora muitas vezes a EA surja como aspecto indireto. Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC), CTA (Centro dos Trabalhadores da Amazônia) e SOS Amazônia desenvolvem atividades diretamente vinculadas à educação, com planejamento, monitoramento, avaliação, produção de materiais didáticos e capacitação de recursos humanos. Suas experiências são demonstrativas para a Amazônia e o Brasil como um todo.

Uma das ONGs mais ativas do Estado, a SOS Amazônia, por exemplo, dispõe de um acúmulo valioso de experiências com projetos de Educação Ambiental junto a escolas de Rio Branco e planejou iniciar no segundo semestre de 1999, novo projeto estendendo suas atividades para o interior do Acre. A contribuição que a SOS oferece para toda a Amazônia foi ter desenvolvido um método de planejamento participativo na escola para a inserção transversal da EA nos conteúdos disciplinares do Ensino Fundamental.

B. AMAZONAS E RORAIMA

Apesar do Estado do Amazonas e Roraima apresentarem contextos históricos, sociais e ambientais diferenciados, as experiências em EA nestes estados ainda são novas e em número reduzido, com pouca participação de escolas, ONGs e órgãos governamentais. Há falta de priorização da educação ambiental nas políticas públicas, uma vez que as equipes de EA são reduzidas, com poucos recursos e possibilidades de capacitação, o que dificulta o processo de discussão das questões ambientais, sociais, políticas e econômicas de maneira diferenciada. Mas há também a boa vontade de muitos dos envolvidos, com o objetivo pessoal de que as comunidades tenham um processo educacional integrado.

Em ambos os estados os respectivos Fóruns de Educação Ambiental encontravam-se completamente desarticulados até setembro de 1999. Eles foram criados com apoio do MEC, durante o processo de discussão e capacitação em EA que o MEC promoveu nacionalmente, processo este que fortaleceu as respectivas DEMECs e, apoiou as experiências dos outros órgãos. Com a desestruturação das DEMECs e sua extinção (janeiro de 1999), os Estados do Amazonas e Roraima perderam o elemento de referência que tinham na organização dos Fóruns, que por sua vez se esvaziaram.

Um elevado número de parcerias demonstra uma diferença marcante entre os projetos realizados há 6 anos atrás assinalados no 1º levantamento realizado pelo WWF, quando cada projeto de educação ambiental foi indicado como tendo uma única instituição executora. Este fato corrobora o processo de mudança de políticas e estratégias de ação dos diferentes setores governamentais e da sociedade civil na questão ambiental. Em alguns projetos, pareceu haver uma integração inter e intra-institucional surpreendente, legitimando o projeto. Em outros casos a parceria pareceu ser mais formal, devido apenas ao fato do projeto incluir área de atuação do órgão governamental.

C. PARÁ E AMAPÁ

O sistema de EA não pode ser entendido a partir de elementos isolados. É necessário um contexto mais amplo, fruto do desenvolvimento dos projetos nas etapas que se seguem, onde, a participação dos sujeitos será fundamental para estabelecer linhas de ação específicas para a efetiva inserção da EA no ensino fundamental.



De uma maneira geral a EA na Amazônia Oriental, vem adotando a vertente ambiental mais social, na maioria dos projetos realizados com êxito, gerando a autonomia da comunidade.

Enquanto no Amapá o governo lidera o movimento de inserção da EA no ensino fundamental, com base na experiência da Escola Bosque para a criação do futuro Sistema Estadual de EA, no estado do Pará, experiências isoladas desenvolvidas por instituições como a Universidade Federal-UFPA e Museu Emílio Goeldi, por exemplo, trazem/apresentam as experiências mais consistentes e bem sucedidas de propostas/projetos de inserção da EA nas escolas das redes oficiais.

Ambos os estados, têm redes formadas - Fóruns, Comissões interinstitucionais, parcerias - trabalhando e discutindo Políticas de EA a sua inserção no ensino fundamental. Muitos projetos demonstrativos de EA, inseridos ou não no ensino formal, têm contribuições metodológicas fundamentais para a qualidade da implementação de um modelo de educação próprio para a Amazônia. A questão é: como operacionalizar, potencializar, instrumentalizar, apoiar, mediar as redes já criadas e os projetos demonstrativos, visando dar qualidade ao ensino EA e agilizar o processo já em curso nos dois estados.

III. REDE AMAZÔNICA

De acordo com Sato (2001), as redes foram propostas pelas Organizações Não-Governamentais (ONG), através da luta pela democracia, pela independência e soberania participativa nas tomadas de decisões e na apropriação comunitária das condições culturais, econômicas e ecológicas. Hoje, entretanto, agregam todos os setores engajados na EA, inclusive os organismos governamentais. A maioria destas redes promove eventos ou cursos pautados em diversos temas, além de fortalecerem os meios de comunicação através de publicações, listas de discussão online, jornais, programas de vídeo ou outros veículos de informação (REBEA, 2000). A meta das redes, assim, é o fortalecimento da EA em todos os níveis e idades.

Os encontros regionais ofereceram alguns caminhos preliminares para a construção da rede amazônica. É possível dizer que a região amazônica, exuberantemente admirável do seu ponto de vista natural, vai desenhando suas propostas de acordo com sua própria beleza cultural. Os desejos da EA estão presentes nas necessidades locais, ora representando uma dicotomia, ora um *continuum* que se interconvertem. Marques (1999) nos lembra que este é um território tênue, onde as necessidades de algumas pessoas representam os desejos de outras. De qualquer forma, o horizonte se mostra para andarmos de mãos dadas na construção de um melhor Brasil, desde que ao mudarmos um pedaço do mundo, também mudamos o mundo.

Nessas escolhas se revelará a importância cada vez maior que a questão ambiental, neste caso a floresta amazônica, terá sobre a posição do Brasil no mundo. Essa importância é material, física, econômica, pois as riquezas ali guardadas representam uma reserva significativa de tudo aquilo que o mundo inteiro necessitará. Um grande tesouro em três reinos, mineral, vegetal e animal, a serviço da manutenção de uma relativa estabilidade do planeta, ameaçada frente ao risco do desaparecimento da floresta. Mas é também uma importância simbólica, um tesouro do reino humano,

tanto pela sabedoria ancestral de povos que habitam a floresta, quanto pelo significado que ela tem para toda a humanidade. A Amazônia é a fronteira da civilização. Representa os limites da possibilidade de domínio total sobre a natureza, justamente porque, gigantesca e delicada, a Amazônia nos alerta para o desastre que o não reconhecimento desse limite pode provocar. Pensar na contribuição que a floresta pode dar ao futuro é, antes de mais nada, garantir que haja realmente um futuro.
(Silva, 2001)

Os encontros regionais apontaram a necessidade de um grande encontro amazônico, que poderá coincidir com o V Fórum Nacional de EA, promovido pela Rede Brasileira de EA (REBEA), em Belém do Pará, em junho ou julho de 2002. Sob a coordenação do José Carlos Arroyo (Banco do Povo), da Gorda (IPAM) e da Ana Izabel (SECTAM), é possível inserirmos um evento satélite antes do fórum nacional, com atenção específica à construção da rede amazônica. Os encaminhamentos deverão ser analisados e debatidos até a sua realização. Para este fim, o WWF se compromete a buscar recursos e apoio institucional ao evento.

Uma lista de discussão foi criada para facilitar o intercâmbio, com os seguintes passos para a inscrição:

- A página a ser acessada no yahoo é:
<http://groups.yahoo.com/group/rebeagroup>

- Cadastro: enviar mensagem de seu e-mail para:
rebeagroup-subscribe@yahoogroups.com

Após alguns minutos você receberá uma mensagem de confirmação automática da inscrição, que deve ser respondida apenas com o reply.

- A partir deste momento você está habilitado a enviar e receber mensagens da lista. Para isso, utilize o endereço:

rebeagroup@yahoogroups.com

- Se alguém quiser sair da lista ou ficar afastado por motivo de viagem, por exemplo, a mensagem a ser enviada é:

rebeagroup-unsubscribe@yahoogroups.com

VI. ESTRUTURA DO PROJETO - 3ª FASE

O projeto está constituído em três fases:

1. Publicação e disseminação das experiências significativas por:
 - 16 critérios de avaliação para a EA
 - eixos temáticos presentes na Amazônia
 - particularidades estaduais
 - Lista de nomes com projetos e experiências em EA
2. Atuação estratégica política junto aos órgãos estaduais de planejamento de políticas educacionais, em conjunto com as instituições parceiras; e



3. Formação de uma rede amazônica com educador@s, desenvolvendo trocas de informações, parte fundamental para a formação de políticas públicas

Atividades	2001						2002						
	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	ma	abr	mai	jun	jul
Sistematização da 2ª fase	x												
Relatório de atividades		x											
Reunião em Belém		x											
Relatório final da 2ª fase			x										
Preparo para a publicação		x	x	x	x								
Planejamento e avaliação					x	x							
Entrega da 1ª versão						x							
Replanejamento e avaliação						x	x						
Entrega da 2ª versão								x					
Editoração e finalização									x	x			
Publicação											x		
Fortalecim. da rede amazônica	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Org. do V Fórum Nacional	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
V fórum e evento satélite													x
Entrega do relatório final													x

Equipe WWF

Ângela Freitas

Heitor Medeiros

Irineu Tamaio (coordenação geral)

Michèle Sato